DESEMBARGADOR DO RN NA 1ª CÂMARA DE DIREITO EMPRESARIAL DE SP • PÁGINA 11

TRIBUNA DO NORTE

FUNDADOR: ALUÍZIO ALVES – 1921 – 2006 · 75 ANOS · Ano 74 • Número 217 • Sexta-feira, 31 de janeiro de 2025

Pequenos negócios impulsionam novo recorde na geração de empregos no RN

« TRABALHO » Os pequenos negócios impulsionaram uma geração recorde de empregos no RN em 2024. Ao todo, as micro e pequenas empresas registraram um saldo de 23.907 vagas, representando a maior contribuição para o crescimento do mercado de trabalho local nos últimos três anos, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O Estado registrou um saldo total de 34.294 empregos gerados, um recorde, com alta de 52,6% em relação a 2023. « PÁGINA 9 »

DIVULGAÇÃO



« VIVER » A cantora e compositora potiguar, Dani Cruz, lançará no dia 02 (domingo), em seu canal no Youtube, a videoarte "Alvorada", com música e poesia. « PÁGINA 17 »

'Fátima viu que PT não está ao lado do NE', diz Carla Dickson

A deputada Carla Dickson, que faz oposição ao governo federal, confessa que se surpreendeu com a posição da governadora Fátima Bezerra, que cobrou mais do presidente Lula no Nordeste. « PÁGINA 4 »

Programa do Metrópole Digital recebe 5 novas startups

O Metrópole Parque, do Instituto Metrópole Digital, recebeu 5 novas startups no programa de incubação. Atualmente, o parque abriga cerca de 150 empresas credenciadas. « PÁGINA 8 »

Queda de preços na refinaria pode segurar reajuste dos combustíveis

Empresa que controla a Refinaria Clara Camarão, no RN, reduziu o preço da gasolina tipo A em R$ 0,05 e do diesel S-500 em R$ 0,08. A medida pode minimizar impacto da alta no ICMS Combustíveis. « PÁGINA 9 »

Falta de insulina em Natal preocupa pacientes

A falta de insulina no PROSUS, localizado na Policlínica Dr. José Carlos Passos, na Ribeira, tem gerado preocupação entre pacientes que dependem do medicamento. « PÁGINA 11 »

Área da Via Costeira atrai turistas mesmo sem estrutura

Mesmo sem estrutura, o chamado Vale das Cascatas, na Via Costeira, segue sendo frequentado por moradores e turistas. Área continua sem banheiros, lixeiras ou segurança. « PÁGINA 16 »

ALEX RÉGIS



« PRAIA » A maré alta avançou sobre um trecho da engorda da praia de Ponta Negra, ultrapassando os 50 metros previstos no projeto para esse tipo de ocorrência. Embora o episódio tenha levantado questionamentos sobre a obra, Prefeitura explicou que o fenômeno é natural, pontual e excepcional. « PÁGINA 16 »

América e ABC podem garantir oitavas de forma antecipada

No sábado (1), o ABC recebe o Globo no Frasqueirão e o América encara o Potiguar na Arena das Dunas. Se times de Natal vencerem, avançam para as oitavas do Estadual. « PÁGINA 20 »

VICTOR SILVA



« MERCADO » Clubes brasileiros bateram recorde em transferências em 2024. Luiz Henrique liderou. « PÁGINA 20 »

NOTAS E COMENTÁRIOS
PT quer insistir com narrativa sobre alta de juros do BC. « PÁGINA 2 »

NEY LOPES
Trunfos políticos da governadora Fátima Bezerra. « PÁGINA 2 »

CENA URBANA
Mineiro na Câmara Federal continuou o militante histriônico. « PÁGINA 3 »

ALEX MEDEIROS
Com muito marketing, Lula prometeu um futuro de glória nacional. « PÁGINA 4 »

RUBENS LEMOS FILHO
A volta de Neymar será para prepará-lo para a Copa. « PÁGINA 20 »

POLÍTICA
Tensão entre o Lula 3 e PSD cresce após críticas de Kassab. « PÁGINA 3 »

TOTAL DE PÁGINAS DESTA EDIÇÃO: 20 páginas

FALE CONOSCO: PABX: 4006-6100 · Redação: 4006-6113 · Assinaturas: 4006-6111 · Venda avulsa: 4006-6103 · Comercial: 4006-6173 · Classificados: 4006-6161 · Circulação: 4006-6103 · Reclamações: 4006-6111

SITE: www.tribunadonorte.com.br · REDAÇÃO (Pauta): pauta@tribunadonorte.com.br

NO FACEBOOK facebook.com/tribunarn · NO TWITTER @tribunadonorte

PREÇO DESTA EDIÇÃO: R$ 3,00

Notas & Comentários

[colunanotas@tribunadonorte.com.br]

Sílvio pulou de 300 para 3.000

Um número chamou a atenção dos presentes na inauguração da STA Caminhões Mercedes-Benz, no distrito industrial de Macaíba (RN). Foi durante a fala do secretário estadual de desenvolvimento econômico, Sílvio Torquato. Ele fez uma prestação de contas do governo de Fátima Bezerra (PT), sobre a Reta Tabajara, recuperação de estradas e largou que naquele momento, quarta-feira (29) a noite, estavam sendo entregues 3 mil casas do Minha Casa, Minha Vida, em Mossoró (RN). Mas a primeira entrega do Minha Casa, Minha Vida de 2025 realizada em Mossoró (RN) refere-se ao terceiro módulo do Residencial Mossoró, composto de 300 apartamentos. Sigamos.

Narrativa

"O PT passou 2 anos culpando a administração anterior do Banco Central pelos aumentos na taxa de juros que, segundo todos os analistas sérios, foram necessários em razão do descontrole fiscal de Lula 3. Agora, sob um novo presidente do BC e outras seis indicações do PT, querem insistir na mesma narrativa! O rei está nu!", explicou o senador Rogério Marinho (PL-RN).

Que rua Lula?

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a criticar nesta quinta-feira (30) a disseminação de fake news relacionadas ao governo. Ele afirmou que é "fácil" disseminar mentiras na internet e "difícil ter coragem" para ir às ruas conversar com a população. E desde quando o presidente Lula tem feito ações de rua com a população. Em dois anos do Lula 3 foram somente eventos palacianos. Em entrevista a jornalistas no Palácio do Planalto, o chefe do executivo, com popularidade em queda, mostra a intenção, segundo ele, de "visitar a sociedade brasileira e estabelecer uma conversa muito verdadeira".

Desaprovado

As declarações de Lula foram feitas após o episódio da crise do Pix, que afetou a imagem do Executivo, segundo a avaliação de aliados do governo. Pesquisa Genial/Quaest divulgada na segunda-feira (27) mostrou queda de cinco pontos percentuais na aprovação do governo Lula em janeiro deste ano, atingindo 47%. Foi a primeira vez que o índice de desaprovação, que chegou a 49%, superou o de aprovação na série histórica do levantamento, iniciada em fevereiro de 2023. Detalhe pequeno bebê: Dois anos de gestão Lula 3 são piores do que dois anos de uma pandemia mundial que matou milhões de pessoas.

Fora Moraes

O Senado Federal registrou sete novos pedidos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em janeiro. Desses, seis são contra o ministro Alexandre de Moraes e um contra o ministro Dias Toffoli.Os requerimentos foram protocolados ao longo de 2024 mas só em janeiro foram inseridos no sistema da Casa Legislativa.

PM do PT

Acredite. Um sargento PM foi punido com detenção por algemar um bandido dentro da viatura. Segundo o processo, foi uma "ação desarrazoada e desproporcional, sem fundamento plausível que justificasse aquela conduta. Ferindo desse modo preceitos castrenses". O homem pertence ao efetivo da 7ª CIPM e ficará detido por quatro dias. Aqui é poste mijando no cachorro. Uma completa inversão de valores. E valorização do manos.

Verão

"Hoje (quarta-feira 29), tive o prazer de confraternizar o verão em tarde muito alegre com amigos deputados e deputadas. Agradeço as presenças e reconheço as agendas dos que não puderam estar presentes. Um feliz 2025 pra todos nós!", disse o deputado estadual Gustavo Carvalho (PL) em foto com Nelter, Adjuto, Bernardo, Taveira, Kerginaldo, Tomba, Eudiane, Cristiane, Teresinha e José Dias. O ex-vice-governador Fábio Dantas, também figura na foto.

Codern

O engenheiro agrônomo e professor, Paulo Sidney Gomes Silva, foi exonerado do cargo de diretor-presidente do Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte (IGARN). Paulo Sidney é esposo da ex-deputada e ex-vereadora Larissa Rosado, presidente do PSB do Rio Grande do Norte. Ele deverá ser nomeado para um cargo na Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN), que seria ocupado pelo cunhado, ex-vereador Lairinho Rosado (PSB)

Patrimônio A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, localizada no município de Caicó, agora integra oficialmente a lista de patrimônios culturais, históricos e religiosos do Rio Grande do Norte. A medida foi sancionada pela governadora do estado e publicada no Diário Oficial desta quinta-feira (30), por meio da Lei nº 12.049, de 29 de janeiro de 2025.

Preço A Brava Energia, controladora da Refinaria Clara Camarão, em Guamaré, anunciou na quinta-feira (30), a redução no preço do litro da gasolina e do diesel, que são comercializados com as distribuidoras. Para a gasolina Tipo A, a diminuição foi de cinco centavos, enquanto para o litro do diesel S-500, o valor será de oito centavos. A alteração no preço acontece após duas semanas de estabilidade e se equivale ao valor praticado na segunda semana de janeiro deste ano.

Tolerância em um mundo plural

DOM JOÃO SANTOS CARDOSO
Arcebispo de Natal

No mundo contemporâneo, marcado pela convivência de múltiplas culturas, religiões e ideologias, a tolerância emerge como uma virtude indispensável para promover o convívio pacífico, especialmente diante do agravamento das polarizações ideológicas amplificadas pelas novas mídias de comunicação e pelo controle exercido pelas Big Techs. Com base nas reflexões de Tomáš Halík, em Quero que sejas. Podemos acreditar no Deus do Amor? (2018), pode-se entender a tolerância ocidental moderna como um caminho para vivenciar o respeito ao diferente e desenvolver a capacidade de acolher o outro.

A tolerância, conceito típico do Ocidente moderno, enraizado no Iluminismo e nos conflitos religiosos decorrentes da Reforma Protestante, foi explorado por John Locke e está associada à ideia de "suportar" ou "aguentar" aquilo que nos desafia, como observa Tomáš Halík. Embora tenha se mostrado eficaz na redução de conflitos abertos, essa forma de tolerância muitas vezes não resolve o problema de fundo, resultando em guetos culturais que promovem apenas um convívio lado a lado, sem construir comunidades verdadeiras. No mundo contemporâneo, transformado em uma "aldeia global", essa abordagem torna-se insuficiente, pois a proximidade inevitável entre pessoas e culturas intensifica os conflitos e demanda um modelo que vá além da mera convivência, promovendo o respeito mútuo e o acolhimento genuíno da alteridade.

A tolerância de Locke, como lembra Ulrich Beck, funcionou em contextos religiosos homogêneos, mas se mostra insuficiente no cenário globalizado e multicultural. A "aldeia global" exige regras que vão além do simples "não perturbar os círculos dos outros". Precisamos de um modelo que promova o diálogo e a cooperação genuína entre culturas e tradições diversas.

O multiculturalismo ocidental, fundamentado na tolerância, enfrenta sérias dificuldades em sociedades marcadas por conflitos religiosos e culturais intensos. Halík critica o que chama de "imperialismo do amor", uma postura que, em nome de uma fraternidade universal, busca minimizar as diferenças ao enfatizar apenas as semelhanças. Um exemplo disso é o conceito de "cristãos anônimos" de Karl Rahner, que, embora reconheça a bondade no outro e sugira semelhanças entre tradições religiosas, pode ser percebido como uma forma de arrogância. Essa abordagem, ao tentar enquadrar outras tradições nos moldes do cristianismo, muitas vezes desconsidera a singularidade e a autonomia espiritual do outro, reduzindo a riqueza da diversidade a uma uniformidade superficial. Em vez de promover um diálogo autêntico e respeitoso, ela pode ser interpretada como desrespeitosa, negando a alteridade e o direito do outro a manter sua identidade própria.

A tolerância ocidental, em sua forma iluminista, muitas vezes cai no relativismo, resumido no mantra "cada um tem sua própria verdade". No entanto, Halík nos adverte que esse relativismo pode obscurecer o verdadeiro encontro com o outro. A verdade, como valor supremo, exige uma busca ativa, que respeite as diferenças e permita o crescimento mútuo.

O modelo ideal de convivência deve ir além da mera tolerância, que muitas vezes se limita a uma aceitação passiva, e do chamado "imperialismo do amor", que tenta homogeneizar as diferenças em nome de uma fraternidade universal. A tradição cristã propõe algo mais profundo: o amor aos inimigos. Esse amor, incondicional e universal, não busca assimilar ou negar o outro, mas reconhecê-lo em sua dignidade e alteridade.

Contatos

DÁCIO GALVÃO
Mestre em Literatura Comparada, doutor em Literatura e Memória Cultural/UFRN e diretor da Fundação Cultural Helio Galvão

Em 1917, surgem publicações do movimento artístico "Dada". Dirigidas por coletivo de ativistas: Marcel Duchamp, Man Ray, o romeno Tristan Tzara.... O escritor Câmara Cascudo o citaria -periódico Bulletin de Ariel- apontando método de abordagem literária: "Tzara diz que a ausência do método, é um método, e muito mais simpático". Reiterando conceito anarco-niilista da antiarte. Pilar dadaísta em contraposição a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Cascudo era contaminado - por poéticas-visuais do "Futurismo" de Felippo Marinetti. Vide texto poético "Não Gosto de Sertão Verde". Mário de Andrade seu parceiro intelectual no Prefácio Interessantíssimo: "...Disse e repito. Tenho pontos de contato com o Futurismo." É curioso relacionar escritas cascudianas as de Oswald de Andrade. Poeta vivíssimo! Celebrando 70 anos -2025- da sua morte física. No cenário de modernidade CC se insere mais na perquirição folclórica e etnológica. Comete poemas consoantes ao primitivismo. Cuja depuração contacta o Manifesto Pau-Brasil -idealizado por OA- que sugere a "natureza folclórica" e de "étnicos" conforme Benedito Nunes. Exemplos em "Lundu de Collen Moore" e "Shimmy".

No enredo do poema "Lundu de Collen Moore" -atriz estadunidense- há o deboche. Traço do lundu, gênero musical e de dança no Brasil. Atitude desrecalcada geradora do "contrapeso da originalidade nativa" rechaçando valores internacionais exóticos. Expõe eixos de relação do tradicional (lundu) e o moderno (filme estrangeiro) explorando contradições. Na tela o estranhamento gestual e linguístico. Referente a fala popular e ao fomento industrial. A ambiguidade vai da ironia passional ao nativismo nacional. O mnemônico da cena, olhos, branco da tez e o falar estrangeiro são refutados. É a "reação contra o assunto invasor". A exclusão de demandas alienantes e de "novas formas da indústria" dominante. Mas atento em preservar a "volta do sentido puro". Ou o "regional e puro em sua época"! O aspeado está no estatuto oswaldiano do MP-B.

Em "Shimmy" o poetar se reinventa na originalidade da fauna local. A serpente cascavel é metáfora. Figura feminina a dançar shimmy! A escolha seletiva recai no animal selvático e na coreografia de música americana. É a tradução antropofágica. Ou a deglutição de valores do colonizador associados aos aportes identitários brasileiros. A pertinência de procedimentos estão contidas nos Manifestos: Pau-Brasil e Antropófago. Propondo "revolução caraíba", e o "bárbaro tecnizado" preconizado por OA. Nativismo sendo ferramenta crítica. Assimilando o interessante e destituindo o alienante. Contrapontos. Originalidade no combate ao domínio cultural europeu ou estadunidense interessando a concreção de culturas de povos originários, afrodescendentes, eurodescencendentes e asiodescendentes. Elegendo o parodístico, o humor. Poemas de CC contêm esses ingredientes.

Ney Lopes

[nl@neylopes.com.br]

Trunfos políticos de Fátima Bezerra

Muitos indagam porquê a governadora Fátima Bezerra resolveu inesperadamente advertir o governo Lula, de que estava perdendo espaço político no Nordeste e isso comprometeria a sucessão de 2026. Terá sido orientada pelo próprio governo a assim agir, na medida em que desperta ministros inoperantes e responsáveis por esse desgaste?

No PT, a governadora Fátima Bezerra é respeitada pela sua história de coerência partidária. No governo do RN, o seu desempenho é questionado por uns como sofrível e por outros razoável. Como deputada e senadora, ela participou ativamente da política nacional, aliada a "linha dura" do PT.

Em termos de RN, Fátima tem sido pouco contemplada por Lula, considerando a sua lealdade e vínculos passados. Não há obras essenciais e emblemáticas em andamento e até aquelas de rotina, como recuperação de estradas, estão em atraso. Politicamente, enfrenta a sua maior dificuldade, que é a escassez de nomes expressivos no seu partido, que possam suceder-lhe. Aí surge a possibilidade de apoio ao vice-governador Walter Alves (MDB) como candidato de uma ampla coligação.

Ao contrário do que muitos pensam, Fátima ainda tem trunfos nas mãos, sobretudo pela ausência de escândalos no seu governo. É preciso que os adversários, hoje melhor posicionados, não a subestimem. Em eleições passadas, subestimá-la garantiu-lhe a vitória. Que o erro não se repita!

DIA NA HISTÓRIA

1542 — Descoberta das Cataratas do Iguaçu.
1942 — Segunda Guerra Mundial: as forças aliadas são derrotadas pelos japoneses na Batalha da Malásia e retiram-se para Singapura.
1956 — Posse do presidente Juscelino Kubitschek no Brasil, assegurada pelo Movimento de 11 de novembro.
1958 — Primeiro satélite americano bem-sucedido detecta o cinturão de radiação de Van Allen.
1961 — Programa Mercury: Mercury-Redstone 2: Ham, o chimpanzé viaja pelo espaço sideral.
1966 — União Soviética lança a nave espacial não tripulada Luna 9 como parte do Programa Luna.
1971 — Programa Apollo: Apollo 14: os astronautas Alan Shepard, Stuart Roosa e Edgar Mitchell, a bordo de um Saturno V, partem para uma missão às terras-altas
2000 — Voo Alaska Airlines 261: um MD-83, com problemas de estabilizador horizontal, cai no oceano Pacífico ao largo da costa de Point Mugu, Califórnia, matando todas as 88 pessoas a bordo.
2001 — Nos Países Baixos, um tribunal escocês condena o líbio Abdelbaset al-Megrahi e absolve outro cidadão líbio por sua participação na explosão do voo 103 da Pan Am sobre Lockerbie, na Escócia, em 1988.
2009 — No Quênia, pelo menos 113 pessoas morrem e mais de 200 ficam feridas após a explosão de um caminhão-tanque em Molo, dias após o incêndio no supermercado Nakumatt em Nairóbi ter matado pelo menos 25 pessoas.
2018 — Superlua azul de sangue e eclipse lunar total.
2020 — Reino Unido sai formalmente da União Europeia, dando início a um período de transição de onze meses.

CURTINHAS

● Até 2030, o governo do Reino Unido quer que 80 por cento dos carros novos sejam elétricos. Estão sendo tomadas medidas necessárias para acelerar a transição.

● Economia dos EUA cresceu a uma taxa de 2,3% no quarto trimestre O número surge depois que o presidente do Fed disse que não havia pressa em cortar as taxas de juros.

● O presidente dos EUA, Donald Trump, nomeou um crítico papal para servir como seu representante no Vaticano. Brian Burch, um ativista político de direita e crítico de Francisco lidera o CatholicVote, um grupo de defesa conservador

● Descontrole do colesterol em idosos pode aumentar o risco de demência em 60% A pesquisa foi publicada na revista científica Neurology

● Um asteroide de 100 metros de largura acionou procedimentos globais de defesa planetária depois que observações telescópicas revelaram que há uma chance de colidir com a Terra em 2032. O asteroide foi detectado por um telescópio automatizado no Chile em 27 de dezembro passado, mas desde então subiu para o topo das listas de risco de impacto mantidas pelas agências espaciais dos EUA e da Europa.

■ **Artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor**

TRIBUNA DO NORTE
Empresa Jornalística Tribuna do Norte
Av. Tavares de Lira, 101 - Ribeira
Natal/RN
CEP: 59010-200
Fone: (PABX) 4006-6100
Fax: (0xx84) 4006-6124

Diretor presidente: Henrique Eduardo Alves
Superintendente: Fernando Fernandes
Diretor de redação: Danilo Sá
Gerente comercial: Aluênia Alves

Comercial/publicidade legal 4006-6173
Comercial 4006-6161
Redação 4006-6113
Assinaturas 4006-6111

FILIADO AO INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO IVC
FILIADO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS ANJ

SISTEMA TRIBUNA
TRIBUNA DO NORTE
www.tribunadonorte.com.br
JP NEWS 93.5 NATAL

@tribunadonorteRN
@jovempannewsnatal
@tribunadonorte
jovempannewsnatal
@tribunadonorte
@jovempannewsnatal
tribunadonorte
jovempannewsnatal

Cena Urbana

VICENTE SEREJO
SEREJO@TERRA.COM.BR

Do ofício de amar

Como se estivesse diante de um escrivão de juizado de paz, declaro, para todos os fins, inclusive psiquiátricos, que todo vivente há de esconder em algum lugar mais recôndito - que belo proparoxítono parnasiano, não? - uma forma leve de neurose, ou, pelo menos, de uma mania de perseguição. No meu caso, ando certo de que os livros, sempre disfarçados, fogem dos olhos de vez em quando, cansados de serem incomodados na vida monótona de suas moradas. Só pode ser.

É verdade que esta caverna de livros anda longe de ser um exemplo de organização pelo desmazelo do seu guardião. Quando eram poucos, foram mais obedientes. Com os anos, lá se vão algumas décadas, desde 1966, os de datação mais antiga, foram devorando todos os espaços com tal liberdade que agora, livres de qualquer controle, já andam pelas salas como se tivessem pernas. Diria, feito antigamente, que perderam a cerimônia, fartos da obediência e encantados com a fuga.

Algumas vezes, a alma em paz, lembro da alegria que é fugir. Não a fuga do medo, mas aquela feliz, dos que um dia encontram a porta aberta, e fogem. A vida, nesta caverna de livros velhos, não é muito fácil, mas é prazerosa. Há sempre um olhar de amor desses e para esses velhos companheiros silenciosos. Mas, também tem um sol negro que, às vezes, sai de casa e vai jogando sombras. É bom ter cuidado. A vida, avisou o poeta Vinícius de Morais, não é de brincadeira não.

Por falar em amor, não conheço - mas não duvido que possa existir - uma história de amor mais bonita nesta América Latina de tão grave vocação para ditadores, do que aquela contada por Ernesto Sábato, o argentino que viveu um século (1911-2011). Está no seu livro 'Antes do Fim", traduzido por Sérgio Molina e lançado no Brasil em dois mil pela Companhia das Letras. É nele que Sábato confessa não ter uma boa memória como "um modo de recordar apenas o que se deve".

Ele escreve: "Estremeceu-me uma notícia que li esta manhã no jornal". Para ele, os jornais ajudam a viver. "Uma mulher, em um inverno rigoroso, vestindo uma camiseta e uma calça, fugiu de um hospital psiquiátrico no desejo de procurar seu companheiro. Aproveitando a distração do maquinista, roubou uma locomotiva, e, fazendo-a funcionar sem dificuldade, começou a sua odisseia. Ele havia trabalhado na ferrovia e a ensinara a conduzir trens e muitas outras coisas".

Contida quando partia, foi levada para a delegacia, afinal, e segundo a dura lei dos homens, é crime tentar roubar propriedades privadas ou mesmo públicas. Mas, ainda assim, dizia aos que a conduziam à força: "Se vocês soubessem o que é o amor, me deixariam continuar!". Repetia e repetia, no seu desespero, mas, não era ouvida. Até que, aos prantos, fez um último apelo aos policiais que a levavam. Olhou bem para um deles, e perguntou: "Você nunca fez nada por amor?".

PALCO

SERÁ? – Contestado, e ouvido, o Lobo-Guará acha que o PT, acima dos merecimentos, pode fazer até três federais: Fátima Bezerra (se não tentar o Senado), Natália Bonavides e Fernando Mineiro.

MAS – Concorda com a pobreza de gestos do deputado Fernando Mineiro. Ao longo do mandato continuou o militante histriônico. Aquele dos dejetos na Reitoria e da troca de tapas no aeroporto.

ESTRANHO – A solenidade após a encenação da Conferência do Potengi, na Rampa, contou este ano com uma presença estranha: o Padre Kelmon. Aquele que se anuncia como enviado do Senhor.

PALCO – O general Elieser Girão, deputado da ala mais radical do PL de Jair Bolsonaro, foi quem teve a ideia de convocá-lo ao palco. Partidarização que não cabia. Só feriu o grande fato histórico.

HISTÓRICO – A editora 34 lança 'Nebulosas', de Narcisa Amália, edição tecnicamente perfeita que o Brasil devia. Foi lançado originalmente em 1872 e já tem várias edições ainda em catálogo.

ARROJO – Narcisa (1824-1924), é uma pioneira na defesa do abolicionismo e da luta republicana. O livro 'Nebulosas' levou a crítica a duvidar que os versos fossem saídos "da pena de uma mulher".

POESIA – De Arthur Rimbaud avisando da grandeza da vida e da pobre glória humana, agora que os homens reinam em tudo: "Ela foi encontrada. O quê? A eternidade. É o mar que se foi com sol".

LIMITE – De Nino, o filósofo melancólico do Beco da Lama, apascentando a fúria de Absalão, o intrépido: "Devagar, homem de Deus. A noite é grande. Nela cabem todos os sonhos e pesadelos".

CAMARIM

MEMÓRIA – A pesquisadora Maria Elza Bezerra Cirne deu por encerrada a pesquisa sobre a história da Viúva Machado, personagem que fez parte do retrato humano, social e econômico de Natal. O livro ainda não tem data prevista para ser lançado, mas deve sair no primeiro semestre deste ano.

AGENDA – O prefeito Paulinho Freire pode ter uma agenda de negociações intensa com algumas categorias. Não por culpa sua, mas em razão de insatisfações com a ausência de uma política de reajuste salarial que vem se alongando nas últimas gestões. É sensível a perda do poder aquisitivo.

CRISE – Uma pesquisa Gallup mostrou uma grande crise de confiança que deve se aprofundar ao longo deste ano. A projeção é de que o governo Trump incentive uma campanha para enfraquecer a credibilidade dos veículos jornalísticos O que é uma ameaça à própria liberdade de expressão.

Styvenson vai lutar para se manter no "alto clero"

« ARTICULAÇÃO » Senador pelo RN busca recondução para o cargo de 4º secretário da Mesa Diretora do Senado na eleição deste sábado (1º)

WALDEMIR BARRETO- AGÊNCIA SENADO



Valentim lamenta a falta de unificação do Podemos dificultando a conquista de espaços no Senado

Atualmente o senador Styvenson Valentim (Podemos) é o único parlamentar do Rio Grande do Norte com assento numa das Mesas das duas Casas do Congresso Nacional. A eleição da Mesa do Senado Federal será renovada neste sábado (1º de fevereiro), mas Valentim acha "muito difícil" sua recondução ao cargo de 4º secretário: "Vou me mexer sozinho pra ver se me mantenho no "alto clero" Mesa Diretora".

O senador Styvenson Valentim explicou que a bancada do seu partido conta com seis senadores na Casa, mas lamenta que tenha duas candidaturas à presidência do Senado da República - o senador Marcos do Val, do Espírito Santo e a senadora Soraya Thronicke, do Mato Grosso do Sul. "Isso não demonstra unificação da bancada em um candidato", alertou.

Valentim afirmou que "cada um fez o que quis, isso não mostra unificação do partido, se não tem uma unidade, não tem nem como pleitear nada, porque o partido tem seis senadores e dois se lançam candidatos sem conversar com o restante, sem saber se a gente vota ou não neles, não tem como ter possibilidade nenhuma de argumentar algum espaço".

Escolha do presidente

A eleição da Mesa do Senado ocorre para os cargos de presidente, dois vice-presidentes, quatro secretários titulares e quatro secretários suplentes para mandato de dois anos. O presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), assinou o Ato 2/2025, que prevê as regras desse processo eleitoral.

A escolha do novo presidente é feita de forma exclusiva na primeira reunião preparatória, marcada para 10 horas do sábado (1º). Todos os senadores que quiserem concorrer ao cargo têm de formalizar a intenção, por escrito, na Secretaria-Geral da Mesa, até que se inicie o uso da palavra pelo primeiro candidato inscrito. Os trabalhos dessa primeira reunião serão conduzidos pelos senadores da Mesa anterior, cabendo ao presidente comunicar ao Plenário as candidaturas formalizadas.

Os concorrentes terão 15 minutos para defesa de suas candidaturas, sendo chamados a discursar conforme ordem alfabética dos nomes parlamentares. Nenhum outro senador terá direito ao uso da palavra.

Pode haver retirada de candidatura, mas o candidato deve manifestar-se nesse sentido por escrito ou oralmente até o encerramento do uso da palavra pelo último candidato chamado para discursar.

Votação

Após os discursos, será iniciada a votação por escrutínio secreto, quando houver mais de um candidato, ou por meio sistema eletrônico de votação, em caso de candidatura única.

Quando houver duas ou mais candidaturas, a escolha será feita por meio de cédula única que conterá os nomes dos candidatos em ordem alfabética, com espaço para a sinalização e escolha de um único candidato pelos senadores votantes.

As cédulas serão rubricadas pelo presidente e pelo primeiro vice-presidente. Os senadores serão chamados à cabine de votação pela ordem de criação das unidades federativas. Em seguida, o votante deverá depositar o envelope com a cédula na urna localizada na Mesa, onde também assinará a lista de votação. Os votos serão apurados pelo presidente, auxiliado pelo terceiro e pelo quarto-secretário da Mesa anterior, com supervisão de senador escrutinador.

Após a confirmação da quantidade de cédulas e encerrada a contagem dos votos, o presidente anunciará a quantidade de votos de cada candidato. Ao final, as cédulas serão trituradas.

Para ser eleito, o candidato deve obter, no mínimo, a quantidade de votos equivalente à maioria absoluta da composição do Senado, ou seja, 41 senadores. Caso isso não ocorra, será feito novo turno de votação com os dois candidatos mais bem votados, sendo facultado o uso da palavra a eles por mais 10 minutos. Também nesse caso, será considerado eleito quem obtiver a maioria absoluta da composição da Casa.

Eleito, o novo presidente assume os trabalhos imediatamente, podendo se dirigir ao Plenário antes de encerrar a primeira reunião preparatória. Após, cabe a ele convocar a segunda reunião preparatória para a escolha dos demais membros da Mesa.

Segunda reunião preparatória

A segunda reunião preparatória está prevista para 11 horas de sábado (1º). Esse é o horário limite para a formalização das candidaturas pela Secretaria-Geral da Mesa para os cargos de primeiro e segundo-vice-presidentes, primeiro a quarto-secretários e suplentes.

Caberá ao presidente eleito anunciar ao Plenário as candidaturas formalizadas. Em seguida, os candidatos que disputam o mesmo cargo serão chamados em ordem alfabética para fazer uso da palavra por dez minutos. Também aqui cabe a retirada de candidatura.

A votação será feita por escrutínio secreto, nos mesmos moldes da escolha para presidente. Os senadores votantes somente poderão assinalar uma opção para cada cargo na cédula de votação. Também com auxílio do terceiro e do quarto-secretário da Mesa anterior, o presidente fará a apuração dos votos. Para os cargos em que houver apenas um candidato inscrito, a votação será feita por meio do sistema eletrônico, com votação única para todos os candidatos.

Conforme o Regimento Interno, para a eleição dos membros da Mesa é exigida maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado. Deve ser assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação na Casa.

Fonte: Agência Senado

« GESTÃO »

Tensão entre o Lula 3 e PSD cresce após críticas de Kassab

Presidente do partido insinuou que, se as eleições fossem agora, o PT não teria chances

AGÊNCIA BRASIL



Kassab disse que Lula não é o favorito para as eleições de 2026

A relação entre o governo Lula e o PSD passou por um momento delicado após o presidente do partido, Gilberto Kassab, criticar a gestão econômica do ministro Fernando Haddad. Essa situação gerou preocupações entre os aliados do presidente, que interpretaram as declarações de Kassab como um indicativo de que o apoio do PSD à reeleição de Lula poderia estar em risco, mesmo com o partido ocupando três ministérios.

Durante um evento, Kassab não poupou críticas a Haddad, afirmando que sua atuação à frente do Ministério da Fazenda é insatisfatória. Ele ainda insinuou que, se as eleições fossem realizadas naquele momento, o PT não teria grandes chances de vitória. No Palácio do Planalto, essas declarações foram vistas como um sinal de que o PSD poderia não aceitar perder influência em cargos importantes.

Em resposta às críticas, membros do PT saíram em defesa de Haddad, ressaltando suas realizações, como a aprovação da reforma tributária e a criação de novos postos de trabalho. Kassab, ao ser questionado sobre suas declarações, reafirmou suas críticas, mas enfatizou que não tinha a intenção de atacar o governo de Lula.

A situação se complicou ainda mais com a ausência do governador do Paraná, Ratinho Júnior, em um evento no Palácio do Planalto, o que gerou desconforto entre os aliados do presidente. Além disso, o senador Omar Aziz, também do PSD, manifestou sua preocupação em relação à possível nomeação de Gleisi Hoffmann para a Secretaria-Geral da Presidência, levantando dúvidas sobre a relação dela com Haddad. Embora tenha sido mencionado que Lula convidou Gleisi para assumir um ministério, ela negou ter recebido qualquer convite formal.

Lula ironiza Kassab

Na quinta-feira (30), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva respondeu às críticas de Gilberto Kassab. Na perspectiva de Lula, o presidente do PSD foi injusto ao chamar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de "fraco". O petista ainda ironizou a previsão de Kassab sobre uma possível uma derrota nas próximas eleições.

Lula ressaltou a relevância do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na aprovação da PEC da Transição, enfatizando a importância de sua atuação para o governo. "Quando eu vi a história do companheiro Kassab, eu comecei a rir. Eu olhei no calendário e vi que a eleição vai ser só daqui a dois anos eu fiquei muito despreocupado, porque hoje não tem eleição", declarou o presidente.

O chefe de Estado ainda mencionou que é inegável o impacto do trabalho do ministro no governo. "Eu posso não gostar de uma pessoa e ter crítica pessoal a uma pessoa, mas não reconhecer que ele começou nosso governo coordenando a PEC da Transição, porque nós não tínhamos dinheiro para governar em 2023, e conseguimos, em um Congresso totalmente adverso, aprovar a PEC que permitiu a gente ter dinheiro para fazer as políticas e ainda pagar as dívidas do governo passado", acrescentou Lula.

Alex Medeiros
[INSTAGRAM @alexmedeiros1959]

O Orgulho da Bulgária

Na memória do povo da Bulgária, ele será sempre cultuado pelo carinhoso apelido da infância, Gundy. Em 1999, mais de 20 anos após sua morte, ele foi eleito postumamente o maior jogador do futebol búlgaro no século XX. Georgi Rangelov Asparuhov, um craque na definição clássica, foi a porção de alegria da torcida do PFC Levski e da seleção búlgara durante os anos de angústia e terror das ditaduras comunistas que avassalaram as nações do leste europeu.



Tinha apenas 16 anos quando levou seu time a ganhar o campeonato nacional de juniores e com 17 já era referência no ataque do time principal. O virtuosismo do jovem levou o Levski a ganhar diversos torneios entre os anos de 1965 e 1971. Em 1962, numa breve participação no time do Botev Plovdiv, fez a diferença para a conquista da taça nacional, provocando a reação do Levski que o mandou buscar de volta ao berço esplêndido. Ele já era um ídolo.

O brilho do craque do povo ofuscava a vaidade dos porcos comunistas. Ninguém pode destacar-se mais do que o partido, como ensinavam as mofadas e ridículas cartilhas revolucionárias do "leninismo" e do "stalinismo".

A presença de Gundy na lista de candidatos a melhor jogador do mundo, da revista France Football, em 1965, foi motivo para que o PC búlgaro procurasse impedir a propagação do nome do jogador além da "Cortina de Ferro".

Além dos muitos gols que marcou no campeonato do seu país, Georgi Asparuhov ganhou fama no resto do mundo pelo espetáculo que dava na sua seleção, como aconteceu no templo de Wembley, em Londres, em 1967.

Uma partida contra o "real team", o mesmo que acabara de conquistar a Copa do Mundo de 1966. O gol de Gundy seria repetido contra a própria Inglaterra na Copa do México, em 1986, por um baixinho argentino metido a ser deus.

O artilheiro, já naquela época tratado por seus compatriotas como "O Orgulho da Bulgária" – como uma espécie de revide às perseguições do PC – driblou cinco ingleses em sequência fantástica, deu um toque no goleiro e marcou.

Seus feitos romperam a Cortina de Ferro e atraíram o Ocidente, principalmente o Milan, o supertime italiano. Até uma operação de migração clandestina chegou a ser planejada pelos milaneses, mas o craque quis ficar na sua terra.

E quanto mais crescia a idolatria, mas o aproximava da própria desgraça. Seus posicionamentos pessoais não agradavam o poder na capital Sófia, que tratou de usar o tradicional clube local, o CSKA, como uma arma de retaliação.

Os jogadores do CSKA encararam o craque do Levski como um inimigo numa guerra. A rebeldia de Gundy nada tinha de valentia, estava mais para George Best do que para Eric Cantona; em hipótese nenhuma ele usava violência.

Foi presa fácil dos adversários e principalmente para um marcador implacável chamado Yankov, um delinquente pau-mandado do comitê central do partido, um assassino moral sem qualquer escrúpulo nas agressões ao ídolo.

Yankov entendia de jogo tático como um militante comunista entende de democracia; era escalado com a missão de agredir Asparuhov, de preferência quebrando pernas e depenando alma com ataques verbais e cusparadas.

Nas publicações búlgaras que contam a gloriosa trajetória de Asparuhov, cujo estádio do PFC Levski tem seu nome e exibe na entrada uma grande estátua sua, levantam a hipótese de sabotagem na morte do craque, em 1971.

Em 28 de junho daquele ano, ele foi mais uma vez caçado em campo pelo carrasco, sem que o juiz intervisse. Ferido física e emocionalmente, sentindo-se perseguido pelo regime político, ele decidiu viajar dois dias depois.

Dirigiu a toda para um jogo festivo, levando o colega Nikola Kotkov. Minutos após dar carona a um estranho, o carro saiu da pista. Todos morreram e até hoje não se sabe a identidade do estranho e o que de fato ocorreu.

Durante os primeiros anos após sua morte, a ditadura comunista chegou à desfaçatez de proibir que sua viúva e seus familiares usassem luto. Um hino ainda toca em sua memória, comparando-o a gênios da bola e da ciência.



Coletiva Quem entendeu o artigo de ontem, "a crise e o marketing", constatou o fator Sidônio na entrevista do Stalinácio para falar sobre as pesquisas que mostram a popularidade despencando em todas as regiões, até mesmo no Nordeste.

Piada Diante de uma penca de jornalistas bem comportados, Lula prometeu um futuro de glória nacional com crescimento econômico nos píncaros da história. E disse que aprendeu com a mãe que não se deve gastar mais do que se ganha.

As castas Mais uma manchete ilustrando o contraste entre a bastilha de Pindorama e a sociedade que paga os impostos: "Lula, ministros do STF e parlamentares ganham aumento de salário em fevereiro". E na vida real, a inflação galopa.

A farsa Na mesma semana em que um diretor médico inglês declarou que a obrigatoriedade da vacina covid foi decisão 100% política, o diretor-geral da OMS disse que a entidade não impôs o lockdown e nem uso de máscaras.

Kennedy "Uma pessoa saudável tem mil sonhos. Uma pessoa doente tem apenas um. Hoje, mais da metade dos nossos compatriotas são cronicamente doentes". E Robert Kennedy Jr., durante sabatina na quarta-feira no Senado dos EUA.

Depravação Não faz tempo, tanto a justiça quanto a mídia e a intelectualidade contextualizaram no caso de um famoso com uma menina de 13 anos. Depois acharam normal um marmanjo nu numa galeria de arte ao lado de crianças.

Depravação II A cumplicidade tácita vem se repetindo há três dias diante da abominável declaração da atriz Claudia Raia, 59, de que deu um vibrador para a filha de 12 anos e que o ato foi algo como uma orientação médica. Já Claudia Leitte...

Estultice O índio imortal da ABL, Ailton Krenak, disse que é preciso não endeusar magnatas da tecnologia, pois estes só trabalham em benefício próprio. Me mandem o nome de alguém que não trabalha para si mesmo e para os seus.

'Fátima viu que PT não está ao lado do NE', diz Carla

« ANÁLISE » Deputada de oposição se surpreende com Fátima ao reconhecer que Lula não está fazendo absolutamente nada pelo Rio Grande do Norte

A deputada Carla Dickson (União) integra a bancada de oposição ao governo federal, mas confessa que se surpreendeu com o posicionamento político adotado por uma governadora do Partido dos Trabalhadores, Fátima Bezerra, aliada do presidente Lula: "Quando li as declarações da governadora eu fiquei surpresa, porque finalmente parece que está acordando e se dando conta que o PT não está ao lado do povo do Nordeste".

Para a deputada Carla Dickson, realmente, "o papel dela não é ficar passando pano pra quem não está fazendo absolutamente nada pelo Rio Grande do Norte, que é o caso do Presidente Lula".

Lembro bem do ex-presidente Bolsonaro que a essa altura do campeonato, já tinha vindo ao Estado várias vezes e não pra passear, mas pra entregar obras importantes, como os VLTs, o avanço significativo da duplicação da Reta Tabajara e a Barragem de Oiticica", enumerou Dickson.

Finalmente, Carla Dickson disse que "o governo atual precisa mostrar a que veio porque até aqui eu desconheço obra importante do governo Lula para nosso Estado".

ACERVO TN



Carla Dickson diz que em 2 anos Bolsonaro fez entregas no RN

Ubaldo concorda com Fátima e critica Lula 3

O deputado Ubaldo Fernandes (PSDB) que integra a bancada de apoio ao governo estadual na Assembleia Legislativa, acha que "a governadora Fátima Bezerra está corretíssima no seu posicionamento em relação ao governo federal. O Nordeste tem sido um dos estados da Federação muito bem avaliado no que se refere ao apoio ao presidente Lula. O Nordeste, o percentual de votos que Lula teve foi imenso. E a retribuição que o governo federal está dando ao Nordeste ainda é muito pouco, muito tímido".

Ubaldo Fernandes disse que a governadora do Estado "tem se esforçado para fazer uma administração boa, mas tudo depende do recurso do governo federal. Inclusive do plano de aceleração do crescimento, o PACS, onde o Rio Grande do Norte tem valores volumosos de recursos para receber".

Mas., admite Fernandes, " a lentidão é muito grande, estamos já com mais de dois anos de governo federal e do governo estadual E a retribuição ao Rio Grande do Norte tem sido pouca No sentido da agilidade dos processos de licitação como também de liberação dos recursos, par poder as obras acontecerem".

Para Fernandes, a chefe do Executivo Estadual "tem tido essa preocupação em fazer com que haja um impacto na sua gestão em relação às obras do governo federal, isso não está acontecendo e o tempo se passando, então o alerta que serve para o governo federal para que tanto o presidente Lula como os ministros estejam sempre presentes no Nordeste, trazendo os recursos e a equipe técnica elaborando os projetos para acontecerem as obras, né? Os ministros chegam ao Estado, anuncia a determinada obra, mas nós não estamos vendo com clareza, com precisão, as obras acontecendo".

Deputado teme o Fundo da Caatinga

Deputados de oposição ao governo do Estado na Assembleia Legislativa voltam a analisar as declarações da governadora Fátima Bezerra (PT), exigindo mais presença do governo Lula e de seus ministros na região Nordeste, conforme entrevista em "O Globo" da segunda-feira (27). "O PT perdeu a mão na economia, excedeu nos impostos e quis dar um mata leão fiscal na sociedade com o monitoramento do Pix, de olho nas multas e na arrecadação que poderia gerar no futuro como um efeito colateral do monitoramento", destacou o deputado Luiz Eduardo (Podemos).

"Isso trouxe um desgaste monumental, diminuiu a popularidade de Lula no Nordeste e acentuou o processo de divórcio que o eleitor de centro já havia notificado à Esquerda nas eleições de 2024 - quando o PT e os partidos acessórios fracassaram nas prefeituras e câmaras de vereadores", avaliou Luiz Eduardo.

Para Luiz Eduardo, "o que chamou mais a atenção nas declarações de Fátima ao Globo é o peso que ela está dando à implementação de um programa chamado "Fundo da Caatinga", pelo Consórcio Nordeste. Meu temor é que esse fundo seja desvirtuado e transformado em distribuição de dinheiro ao povo pobre do Nordeste em época pré-eleitoral, tentando levantar a popularidade do presidente Lula utilizando a seca e a miséria na região. Precisamos ficar atentos a isso".

Segundo Luiz Eduardo, "o PT também vai continuar insistindo no discurso de que é ele, Lula, o grande guardião da Democracia. Mentira. Lula gosta de Ditadores. Abraça maduro e é visto em fotos com outros tiranos da América Latina, ao mesmo tempo que admoesta a maior democracia do mundo, que são os Estados Unidos".

Para o Rio Grande do Norte, o Governo Lula "foi muito ruim", continuou Luiz Eduardo: "Antes tínhamos dois ministros irrigando o nosso Estado com recursos e prestígio. Hoje não temos nenhum ministério e vivemos um momento de baixíssima produtividade em relação ao que o Governo Federal pode desenvolver no RN".

Falta de gestão

Já a deputada Terezinha Maia (PL) disse que "o governo do PT, tanto na esfera estadual quanto na nacional, enfrenta uma crescente desaprovação por não estar alinhado aos anseios da população". "Sem falar na falta de gestão por parte desses governantes, que por muitas vezes parecem estar sem direção, perdidos", adiantou Terezinha Maia.

A deputada do Partido Liberal concluiu que, "infelizmente, quem mais sofre com essa situação é a população mais pobre, que depende de políticas públicas eficazes para melhorar sua qualidade de vida".

RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
CONCESSÃO DA RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA - Nº 2024-219899/TEC/RLS-0459
TUCANO HOLDING I S.A., CNPJ 33.113.381/0001-74, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA a Renovação da Licença Simplificada nº 2024-219899/TEC/RLS-0459, com prazo de validade até 28/01/2031, em favor do **ACESSO INTERNO AMA B 14**, localizado na zona rural do Município de Lajes/RN.
Jarbas Amaro de Souza Filho - Representante Legal

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2025-PGJ
PGEA Nº 20.23.0464.0000007/2025-16
A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UASG Nº 925603), por meio do Agente de Contratação, torna público que fica aberto o certame supracitado, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinada ao REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS. A Sessão Pública para disputa de preços terá inicio às 9h (Horário de Brasília/DF) do dia 13 DE FEVEREIRO DE 2025. O Edital poderá ser adquirido nos seguintes endereços eletrônicos: **www.mprn.mp.br** e **www.gov.br/pncp/pt-br**. Outras informações pelo fone (84) 99972-1651 ou correio eletrônico **cpl@mprn.mp.br**.
Natal/RN, 30 de janeiro de 2025.
JORGE ALVARES NETO – Agente de Contratação

Prefeitura de PAU DOS FERROS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N° 6/2025-0005

O Município de Pau dos Ferros, por intermédio da Pregoeira da Prefeitura Municipal, torna público que às **09:00 horas** do dia **14/02/2025**, fará realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico N° 6/2024-0005**, tipo menor preço por lote, para **Registro de Preço,** que tem como objeto **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação e manutenção, incluindo o fornecimento de peças e acessórios para câmaras frigoríficas da Administração Pública de Pau dos Ferros/RN a fim de atender demandas da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SEDRU,** de acordo com o que determina a legislação vigente. O certame será realizado por meio do portal "BOLSA NACIONAL DE COMPRAS", no endereço eletrônico https://bnccompras.com/Home/Login pela pregoeira Maíra Louise Fernandes Alves.
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto no Decreto Executivo Municipal nº 471/2023, Lei Federal Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, lei Municipal de Regionalização nº 1947 de 2023 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site http://paudosferros.rn.gov.br/licitacao.php https://bnccompras.com/Home/Login e poderá ser solicitado através do e-mail: licitapaudosferros.rn.gov.br.

Pau dos Ferros – RN, 30 de janeiro de 2025.

Maíra Louise Fernandes Alves
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
PORTARIA 022/2025

Prefeitura de PAU DOS FERROS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N° 6/2025-0006

O Município de Pau dos Ferros, por intermédio do Pregoeiro da Prefeitura Municipal, torna público que às **09:00 horas** do dia **17/02/2025**, fará realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico N° 6/2025-0006**, tipo menor preço por lote, para **Registro de Preço,** que tem como objeto **Aquisição de material de limpeza, a fim de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Governo e demais Unidades Administrativas vinculadas a mesma,** de acordo com o que determina a legislação vigente. O certame será realizado por meio do portal "BOLSA NACIONAL DE COMPRAS", no endereço eletrônico https://bnccompras.com/Home/Login pela pregoeira Maíra Louise Fernandes Alves.
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto no Decreto Executivo Municipal nº 471/2023, Lei Federal Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, lei Municipal de Regionalização nº 1947 de 2023 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site http://paudosferros.rn.gov.br/licitacao.php https://bnccompras.com/Home/Login e poderá ser solicitado através do e-mail: licitapaudosferros.rn.gov.br.

Pau dos Ferros – RN, 30 de janeiro de 2025.

Maíra Louise Fernandes Alves
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
PORTARIA 022/2025

PUBLICIDADE LEGAL COM DUPLA FORÇA!
No jornal de maior circulação do RN e no portal de notícias mais acessado, com certificação digital garantida.
ALCANCE, CREDIBILIDADE E VISIBILIDADE
EM TODAS AS PLATAFORMAS!
Orçamento: (84) 4006-6173
noticiario@tribunadonorte.com.br
Atendimento de Segunda à Sexta, 8h às 18h.



CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ/MF nº 13.341.988/0001-02

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	2
Aplicações financeiras	4	1.367	838
Contas a receber	5 e 9	1.911	1.837
Estoques		28	28
Impostos a recuperar		14	14
Despesas antecipadas		117	30
		3.438	**2.749**
Não Circulante			
Contas a receber		1.129	437
Imobilizado	6 e 7	45.509	48.031
		46.638	**48.468**
Total do Ativo		**50.076**	**51.217**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	8 e 9	29	46
Obrigações tributárias		284	273
Dividendo a pagar	9	2.737	2.843
Arrendamentos a pagar	7	155	148
		3.205	**3.310**
Não circulante			
Provisão para desmobilização	7	496	456
Arrendamentos a pagar	7	2.381	2.620
		2.877	**3.076**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		32.102	32.102
Reservas de lucros		11.892	12.729
		43.994	**44.831**
Total do passivo e patrimônio líquido		**50.076**	**51.217**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**32.102**	**2.507**	**11.536**	-	**46.144**
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Redução de capital		-	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	11.971	**11.971**
Reserva legal	11.b	-	599	-	(599)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(2.843)	**(2.843)**
Distribuição de dividendos	11.c	-	-	(10.441)	-	**(10.441)**
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	8.529	(8.529)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**32.102**	**3.105**	**9.624**	-	**44.831**
Lucro do exercício		-	-	-	11.524	**11.524**
Reserva legal	11.b	-	576	-	(576)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(2.737)	**(2.737)**
Distribuição de dividendos	11.c	-	-	(9.624)	-	(9.624)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	8.211	(8.211)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**32.102**	**3.681**	**8.211**	-	**43.994**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	12	**19.216**	**19.502**
(-) Custo dos produtos vendidos	13	(6.968)	(6.781)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**12.248**	**12.721**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(85)	(155)
Outras receitas/(despesas) líquidas	13		(28)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**12.163**	**12.538**
Receitas financeiras	14	301	454
Despesas financeiras	14	(267)	(267)
(=) Resultado financeiro líquido		**54**	**187**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**12.217**	**12.725**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	15	(693)	(754)
(=) Lucro líquido do exercício		**11.524**	**11.971**
Lucro líquido por ação		**0,351**	**0,365**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

		2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	11	**11.524**	**11.971**
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente do exercício		**11.524**	**11.971**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		**11.524**	**11.971**
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	6	2.435	2.443
Juros e variações monetárias		234	256
		14.193	**14.670**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		(529)	634
Conta s receber		(74)	(184)
Estoques		-	117
Impostos a recuperar		-	(12)
Despesas antecipadas		(87)	(4)
Outras contas a receber		(692)	(121)
Aumento líquido /(redução) nos passivos			
Fornecedores		(18)	(1.492)
Obrigações tributárias		11	38
Outras contas a pagar		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**12.804**	**13.646**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	6	-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	-
Arrendamentos pagos		(338)	(349)
Financiamentos pagos		-	-
Dividendos pagos	12.c	(12.467)	(13.299)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(12.805)**	**(13.648)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(2)**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2	4
No fim do exercício		1	2
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(2)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 7.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Campina Potiguar Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Miguel do Gostoso, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Canto da Ilha de Cima, s/nº, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Resolução Autorizativa nº 4.117, de 14 de maio de 2013 e o Despacho nº 3.271 de 27 de setembro de 2013, com o início de sua operação em abril de 2014. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos VII, no município de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, com 14.400 kW de capacidade instalada constituída por nove unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de janeiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 5** -Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 16** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; • **Nota 7** - Provisões para desmobilização; • **Nota 10** - Provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024.:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Bancos conta movimento	1	2
Aplicações financeiras **(a)**	1.367	838
	1.368	**840**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 13,03% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:

	2024	2023
Contas a receber – partes relacionadas (Nota 9)	1.911	1.837
	1.911	**1.837**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. Imobilizado:

	2024	2023
Aerogeradores	39.780	41.835
Instalações e benfeitorias	1.499	1.577
Máquinas e equipamentos	2.070	2.175
Direito de uso	2.160	2.444
	45.509	**48.031**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições / Baixa / Transf.	2023	Adições / Baixa / Transf.	2024
Aerogeradores	-	61.651	-	61.651	-	61.651
Instalações e benfeitorias	-	2.318	-	2.318	-	2.318
Máquinas e equipamentos	-	3.175	-	3.175	-	3.175
		67.144	-	**67.144**	-	**67.144**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(17.761)	(2.055)	(19.816)	(2.055)	(21.871)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(664)	(77)	(741)	(77)	(818)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(894)	(106)	(1.000)	(106)	(1.106)
		(19.319)	**(2.238)**	**(21.557)**	**(2.238)**	**(23.795)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		3.106	150	3.256	(87)	3.169
(-) Amortização		(608)	(204)	(812)	(197)	(1.009)
		2.498	**(54)**	**2.444**	**(284)**	**2.160**
		50.323	**(2.292)**	**48.031**	**(2.522)**	**45.509**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2024	2023
Direito de uso do ativo arrendado	3.169	3.256
Amortização do período	(1.009)	(812)
Saldo contábil líquido	**2.160**	**2.444**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	338	349
(-) Juros a apropriar	(183)	(201)
	155	**148**
Arrendamento a pagar	3.383	3.844
(-) Juros a apropriar	(1.002)	(1.224)
Provisão para desmobilização	496	456
	2.877	**3.076**
Saldo contábil líquido	**3.032**	**3.224**

Passivo: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	2024
2025	167
2026	180
2027	193
2028	208
2029	224
2030 em diante	1.409
	2.381

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	29	46
Fornecedores – partes relacionadas (nota 9)	-	-
	29	**46**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra para geração de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladoras.

9. Partes relacionadas:

Descrição	Ativo 2024	Ativo 2023	Passivo 2024	Passivo 2023
Ventos Potiguares (a)	1.911	1.837	-	-
Ventos Fortes (b) (nota 11.c)	-	-	2.737	2.843
	1.911	**1.837**	**2.737**	**2.843**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem aos dividendos propostos do exercício. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10. Provisão para demandas judiciais:
As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

11. Patrimonio líquido: (a) Capital Social: O capital social integralizado de R$32.102 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 18.376 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$3.681mil em 31 de dezembro de 2024 (R$3.105mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Resultado do Exercício	11.524	11.971
	5%	5%
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	**576**	**599**

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendos mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício após reserva legal	11.524	11.971
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**2.737**	**2.843**
Dividendos pagos		
Dividendos mínimos pagos (i)	2.843	2.858
Dividendos adicionais pagos do exercício (i)	9.624	10.441
Total	**12.467**	**13.299**

(i) Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R$12.467 mil, desse valor R$9.624 referem se a dividendos adicionais de 2023, e R$ 2.843 mil referem se a dividendos propostos de 2023 pagos durante o exercício de 2024.

(d) Reserva de lucros: Após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos a Companhia detém de reserva de lucros no montante de R$8.211 mil em 31 de dezembro de 2024 (de R$9.624mil em 31 de dezembro de 2023).

12. Receita líquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração e são geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	2024	2023
Venda de energia mercado livre	19.944	20.241
	19.944	**20.241**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(130)	(132)
COFINS sobre faturamento	(598)	(607)
	(728)	**(739)**
Receita líquida de vendas	**19.216**	**19.502**

13. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **13.1. Custos de energia elétrica:**

Classificação por função	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(6.968)	(6.781)
Despesas administrativas e gerais	(85)	(155)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	(28)
	(7.053)	**(6.964)**

13.2. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:

Custos/Despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/despesas administrativas e gerais	2024 Total	2023 Total
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição	(895)	-	(895)	(834)
Despesas com pessoal	(445)	(10)	(454)	(420)
Material	(52)	-	(52)	(160)
Serviços de terceiros	(2.843)	(16)	(2.860)	(2.737)
Depreciação e amortização (i)	(2.435)	-	(2.435)	(2.442)
Seguros	(177)	-	(177)	(176)
Tributos e taxas	(64)	(26)	(90)	(72)
Arrendamento	-	-	-	(3)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(58)	(32)	(90)	(120)
	(6.969)	**(84)**	**(7.053)**	**(6.964)**

14. Receitas e despesas financeiras líquidas:

Receitas financeiras	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	301	453
Outras	-	1
	301	**454**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	-	-
Juros sobre arrendamento	(234)	(256)
Despesas bancárias	(6)	(5)
Outras	(7)	(6)
	(247)	**(267)**

15. Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Imposto de Renda	2024	2023
Receita bruta	**19.944**	**20.241**
Alíquota	8%	8%
	1.596	**1.619**
Outras receitas, inclusive financeiras.	301	454
Base de cálculo	**1.897**	**2.074**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(285)	(310)
Adicional federal de 10%	(166)	(183)
Imposto apurado	**(450)**	**(494)**
Contribuição social		
Receita bruta	**19.944**	**20.241**
Alíquota	12%	12%
	2.393	**2.429**
Outras receitas, inclusive financeiras.	301	454
Base de cálculo	**2.695**	**2.883**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(243)**	**(259)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(693)**	**(754)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	20.245	20.695
Imposto calculado (IR/CS)	(693)	(754)
	3,42%	**3,64%**

16. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **16.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **16.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	29		

16.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **16.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$3.279, (R$2.677 em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **16.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **16.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo 2024	Valor justo 2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1	2
Aplicações financeiras	1.367	838
Contas a receber	1.911	1.837
Total	**3.279**	**2.677**
Passivos financeiros		
Fornecedores	29	46
Total	**29**	**46**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria:**

2024	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	1.367	-
Contas a receber	1.911	-	-
Total	**1.912**	**1.367**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	29
Total	-	-	**29**

2023	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-
Aplicações financeiras	-	838	-
Contas a receber	1.837	-	-
Total	**1.839**	**838**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	46
Financiamentos	-	-	-
Total	-	-	**46**

16.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **16.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2022) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento 25%	Aumento 50%	Redução 25%	Redução 50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	301	12,15%	37	46	56	28	19
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(247)	7,43%	(18)	(23)	(27)	(14)	(9)
Resultado financeiro			**19**	**23**	**29**	**14**	**10**

17. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1SP252875/O-1

GRUPOSERVENG

PONTAL DO NORDESTE GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ/MF nº 13.336.415/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	2
Aplicações financeiras	4	3.466	2.144
Contas a receber	5 e 9	1.688	1.623
Estoques		1	1
Impostos a recuperar		12	12
Despesas antecipadas		117	30
		5.285	**3.812**
Não Circulante			
Depósitos judiciais		27	27
Imobilizado	6 e 7	46.255	48.594
Outras contas a receber		1.028	328
		47.310	**48.949**
Total do Ativo		**52.595**	**52.761**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	8	27	26
Financiamentos e Debêntures		-	-
Obrigações tributárias		255	236
Dividendo a pagar	11.c	2.217	2.350
Arrendamentos a pagar	7	150	133
Outras contas a pagar		-	-
		2.649	**2.745**
Não circulante			
Provisão para desmobilização	7	639	587
Arrendamentos a pagar	7	2.298	2.339
		2.937	**2.926**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		37.714	37.714
Reservas de lucros		9.295	9.376
		47.009	**47.090**
Total do passivo e patrimônio líquido		**52.595**	**52.761**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	12	**16.977**	**17.229**
(-) Custo dos produtos vendidos	13	(6.985)	(6.741)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**9.992**	**10.488**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(83)	(163)
Outras receitas/(despesas) líquidas	13	-	(58)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**9.909**	**10.267**
Receitas financeiras	14	364	621
Despesas financeiras	14	(296)	(253)
(=) Resultado financeiro líquido		**68**	**368**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**9.977**	**10.635**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	15	(643)	(738)
(=) Lucro líquido do exercício		**9.334**	**9.897**
Lucro líquido por ação		**0,245**	**0,259**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	11	**9.334**	**9.897**
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		**9.334**	**9.897**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		**9.334**	**9.897**
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Depreciação e amortização	6	2.453	2.444
(+) Juros e variações monetárias		240	246
(+) Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados		-	-
		12.027	**12.587**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		(1.322)	1.484
Conta s receber		(65)	(542)
Estoques		-	-
Impostos a recuperar		-	(13)
Despesas antecipadas		(87)	(4)
Outras contas a receber		(700)	(65)
Aumento líquido/(redução) nos passivos			
Fornecedores		2	(1.038)
Obrigações tributárias		19	93
Outras contas a pagar		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**9.874**	**12.502**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	6	-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	-
Arrendamentos pagos		(327)	(311)
Financiamentos pagos		-	-
Dividendos pagos	11.c	(9.548)	(12.193)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(9.875)**	**(12.504)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(2)**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2	4
No fim do exercício		1	2
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(2)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**37.714**	**1.684**	**10.084**	-	**49.482**
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Redução de capital		-	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	9.897	9.897
Reserva legal	11.b	-	494	-	(494)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(2.350)	(2.350)
Dividendos adicional	11.c	-	-	(9.939)	-	(9.939)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	7.053	(7.053)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**37.714**	**2.178**	**7.198**	-	**47.090**
Lucro do exercício		-	-	-	9.334	9.334
Reserva legal	11.b	-	467	-	(467)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(2.216)	(2.216)
Dividendos adicional	11.c	-	-	(7.198)	-	(7.198)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	6.651	(6.651)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**37.714**	**2.645**	**6.651**	-	**47.010**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Nossa Senhora do Patrocínio, s/nº, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Resolução Autorizativa nº 4.120, de 14 de maio de 2013 e o Despacho nº 3.285, de 30 de setembro de 2013, com o início de sua operação em abril de 2014. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos X, no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, com 14.400 kW de capacidade instalada constituída por nove unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de janeiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 5** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 16** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; • **Nota 7** - Provisões para desmobilização; • **Nota 10** - Provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Bancos conta movimento	1	2
Aplicações financeiras **(a)**	3.466	2.144
	3.467	**2.146**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:

	2024	2023
Contas a receber – partes relacionadas **(a)** (Nota 9)	1.688	1.623
	1.688	**1.623**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. Imobilizado:

	2024	2023
Aerogeradores	41.264	43.382
Instalações e benfeitorias	1.675	1.761
Máquinas e equipamentos	1.233	1.292
Direito de uso	2.083	2.159
	46.255	**48.594**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições	2023	Adições	2024
Aerogeradores	-	63.536	-	63.536	-	63.536
Instalações e benfeitorias	-	2.568	-	2.568	-	2.568
Máquinas e equipamentos	-	1.797	-	1.797	-	1.797
		67.901	-	**67.901**	-	**67.901**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(18.036)	(2.118)	(20.154)	(2.118)	(22.272)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(722)	(86)	(808)	(85)	(893)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(444)	(60)	(504)	(60)	(564)
		(19.202)	**(2.264)**	**(21.466)**	**(2.263)**	**(23.729)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		2.804	142	2.946	114	3.060
(-) Amortização		(607)	(180)	(787)	(190)	(977)
		2.197	**(38)**	**2.159**	**(76)**	**2.083**
		50.896	**(2.302)**	**48.594**	**(2.339)**	**46.255**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2024	2023
Direito de uso do ativo arrendado	3.060	2.946
Amortização do período	(977)	(787)
Saldo contábil líquido	**2.083**	**2.159**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	327	312
(-) Juros a apropriar	(177)	(179)
	150	**133**
Arrendamento a pagar	3.265	3.433
(-) Juros a apropriar	(967)	(1.093)
Provisão para desmobilização	639	587
	2.937	**2.926**
Saldo contábil líquido	**3.087**	**3.059**

Passivo: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	
2025	161
2026	173
2027	187
2028	201
2029	217
2030 em diante	1.359
	2.298

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2)/IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	27	26
	27	**26**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos tem vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladoras.

9. Partes relacionadas:

Descrição	Ativo 2024	Ativo 2023	Passivo 2024	Passivo 2023
Ventos Potiguares **(a)**	1.688	1.623	-	-
Ventos Potiguares **(b)**	-	-	2.217	2.350
	1.688	**1.623**	**2.217**	**2.350**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem aos dividendos propostos do exercício. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10. Provisão para demandas judiciais: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

11. Patrimonio líquido: (a) Capital Social: O capital social integralizado de R$37.714 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 38.151 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$2.645mil em 31 de dezembro de 2024 (R$2.178mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Resultado do exercício	9.334	9.897
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	5%	5%
	467	**494**

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício após reserva	8.867	9.403
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**2.216**	**2.350**
Dividendos pagos		
Dividendos mínimos pagos **(i)**	2.350	2.254
Dividendos adicionais pagos do exercício **(i)**	7.198	9.939
Total	**9.548**	**12.193**

(i) Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R$ 9.548 mil, desse valor R$ 7.198 referem se a dividendos adicionais de 2024, e R$ 2.350 mil referem se a dividendos propostos de 2023 pagos durante o exercício de 2024. **(d) Reserva de lucros:** Após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos a Companhia detém de reserva de lucros no montante de R$ 6.651 mil em 31 de dezembro de 2024 (de R$ 7.198 mil em 31 de dezembro de 2023).

12. Receita liquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração e são geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	2024	2023
Venda de energia mercado livre	17.620	17.882
	17.620	**17.882**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(115)	(116)
COFINS sobre faturamento	(528)	(537)
	(643)	**(653)**
Receita líquida de vendas	**16.977**	**17.229**

13. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **13.1. Custos de energia elétrica:**

Classificação por função	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(6.985)	(6.741)
Despesas administrativas e gerais	(83)	(163)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	(58)
	(7.068)	**(6.962)**

13.2. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:

Custos/Despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/despesas administrativas e gerais	2024 Total	2023 Total
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição	(905)	-	(905)	(844)
Despesas com pessoal	(445)	(10)	(455)	(450)
Material	(44)	-	(44)	(51)
Serviços de terceiros	(2.840)	(16)	(2.856)	(2.693)
Depreciação e amortização (i)	(2.454)	-	(2.454)	(2.444)
Seguros	(177)	-	(177)	(176)
Tributos e taxas	(64)	(24)	(88)	(74)
Arrendamentos	-	-	-	(67)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(58)	(31)	(89)	(163)
	(6.987)	**(81)**	**(7.068)**	**(6.962)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 7.

14. Receitas e despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	363	620
Descontos obtidos	1	1
	364	**621**
Despesas financeiras		
Juros comissionados	(46)	-
Juros sobre arrendamento	(240)	(246)
Despesas bancárias	(5)	(5)
Outras	(5)	(2)
	(296)	**(253)**

15. Imposto de renda e contribuição social – corrente

Imposto de Renda	2024	2023
Receita bruta	17.620	17.882
Alíquota	8%	8%
	1.410	**1.431**
Outras receitas, inclusive financeiras.	364	621
Base de cálculo	**1.774**	**2.052**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(266)	(308)
Adicional federal de 10%	(153)	(181)
Imposto apurado	**(419)**	**(489)**
Contribuição social		
Receita bruta	17.620	17.882
Alíquota	12%	12%
	2.114	**2.146**
Outras receitas, inclusive financeiras.	364	621
Base de cálculo	**2.479**	**2.767**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(223)**	**(249)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(643)**	**(738)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	17.984	18.503
Imposto calculado (IR/CS)	(643)	(738)
	3,57%	**3,99%**

16. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **16.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **16.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	27	-	

16.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **16.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$5.155, (R$3.769 em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **16.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **16.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

Ativos financeiros	Valor justo 2024	Valor justo 2023
Caixa e equivalentes de caixa	1	2
Aplicações financeiras	3.466	2.144
Contas a receber	1.688	1.623
Total	**5.155**	**3.769**
Passivos financeiros		
Fornecedores	27	26
Total	**27**	**26**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria:**

2024

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	3.466	-
Contas a receber	1.688	-	-
Total	**1.689**	**3.466**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	27
Total	-	-	**27**

2023

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-
Aplicações financeiras	-	2.144	-
Contas a receber	1.623	-	-
Total	**1.625**	**2.144**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	26
Financiamentos	-	-	-
Total	-	-	**26**

16.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **16.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento 25%	Aumento 50%	Redução 25%	Redução 50%
Aplicação financeira							
Receita financeira	364	12,15%	44	55	66	33	22
Financiamentos							
(-) Despesa financeira	(296)	7,43%	(22)	(28)	(33)	(17)	(11)
Resultado financeiro			**22**	**27**	**33**	**16**	**11**

17. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1SP252875/O-1

GRUPOSERVENG

TORRES DE PEDRA GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ/MF nº 13.336.463/0001-70

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	2
Aplicações financeiras	4	2.190	918
Contas a receber	5 e 9	2.716	2.611
Estoques		79	79
Despesas antecipadas		181	46
		5.167	**3.656**
Não Circulante			
Depósitos judiciais		42	42
Outras contas a receber		1.500	423
Imobilizado	6 e 7	73.230	77.025
		74.772	**77.490**
Total do Ativo		**79.939**	**81.146**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	8	47	45
Obrigações tributárias		407	392
Dividendo a pagar	9	3.609	3.812
Arrendamentos a pagar	7	291	260
		4.354	**4.509**
Não circulante			
Provisão para desmobilização	7	815	751
Arrendamentos a pagar	7	3.491	3.628
		4.306	**4.379**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		55.943	55.943
Reservas de lucros		15.336	16.315
		71.279	**72.258**
Total do passivo e patrimônio líquido		**79.939**	**81.146**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**55.943**	**2.948**	**16.077**	-	**74.969**
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
Redução de capital		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.053	16.053
Reserva legal	11.b	-	803	-	(803)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(3.813)	(3.813)
Dividendos adicional	11.c	-	-	(14.952)	-	(14.952)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	11.438	(11.438)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**55.943**	**3.751**	**12.563**	-	**72.257**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.194	15.194
Reserva legal	11.b	-	760	-	(760)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(3.609)	(3.609)
Dividendos adicional	11.c	-	-	(12.563)	-	(12.563)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	10.826	(10.826)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**55.943**	**4.510**	**10.826**	-	**71.280**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	12	**27.314**	**27.720**
(-) Custo dos produtos vendidos	13	(10.992)	(10.462)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**16.322**	**17.258**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(131)	(231)
Outras receitas/(despesas) líquidas	13	-	(59)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**16.191**	**16.968**
Receitas financeiras	14	399	621
Despesas financeiras	14	(411)	(463)
(=) Resultado financeiro líquido		**(12)**	**158**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**16.179**	**17.126**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	15	(985)	(1.073)
(=) Lucro líquido do exercício		**15.194**	**16.053**
Lucro líquido por ação		**0,261**	**0,276**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	11	**15.194**	**16.053**
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		**15.194**	**16.053**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		**15.194**	**16.053**
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Depreciação e amortização	6	3.955	3.921
(+) Juros e variações monetárias		351	447
(+) Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado		-	38
		19.500	**20.459**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		(1.272)	870
Conta s receber		(105)	(913)
Estoques		-	219
Impostos a recuperar		-	-
Despesas antecipadas		(135)	(6)
Depósitos judiciais		-	-
Outras contas a receber		(1.078)	(101)
Aumento líquido /(redução) nos passivos			
Fornecedores		(1)	(1.093)
Obrigações tributárias		15	138
Outras contas a pagar		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**16.927**	**19.573**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		-	(341)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		**-**	**(341)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	-
Arrendamentos pagos		(552)	(532)
Financiamentos pagos		-	-
Dividendos pagos	11.c	(16.375)	(18.703)
Caixa Liquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(16.927)**	**(19.235)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(3)**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2	4
No fim do exercício		1	2
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(2)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Torres de Pedra Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Boca de Campo, s/nº, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Resolução Autorizativa nº 3.126, de 13 de setembro de 2011e o Despacho nº 4.310, de 03 de novembro de 2011, com o início de sua operação em abril de 2014. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos II, no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, com 22.400 kW de capacidade instalada constituída por quatorze unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de janeiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 5** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 16** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; • **Nota 7** - Provisões para desmobilização; • **Nota 10** - Provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Bancos conta movimento	1	2
Aplicações financeiras **(a)**	2.190	918
	2.191	**920**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2023 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:

	2024	2023
Contas a receber - partes relacionadas **(a)** (Nota 9)	2.716	2.611
	2.716	**2.611**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente

6. Imobilizado:

	2024	2023
Aerogeradores	65.171	68.531
Instalações e benfeitorias	2.307	2.425
Máquinas e equipamentos	2.533	2.671
Direito de uso	3.219	3.398
	73.230	**77.025**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições/ Baixa/ Transf.	2023	Adições/ Baixa/ Transf.	2024
Aerogeradores	-	100.795	-	100.795	-	100.795
Instalações e benfeitorias	-	3.544	-	3.544	-	3.544
Máquinas e equipamentos	-	3.493	219	3.712	-	3.712
		107.832	**219**	**108.051**	**-**	**108.051**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(28.904)	(3.360)	(32.264)	(3.360)	(35.624)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(1.001)	(118)	(1.119)	(118)	(1.237)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(922)	(119)	(1.041)	(138)	(1.179)
		(30.827)	**(3.597)**	**(34.424)**	**(3.616)**	**(38.040)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		4.669	122	4.791	160	4.951
(-) Amortização		(1.070)	(323)	(1.393)	(339)	(1.732)
		3.599	**(201)**	**3.398**	**(179)**	**3.219**
		80.604	**(3.579)**	**77.025**	**(3.795)**	**73.230**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2024	2023
Direito de uso do ativo arrendado	4.951	4.791
Amortização do período	(1.732)	(1.393)
Saldo contábil líquido	**3.219**	**3.398**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	563	540
(-) Juros a apropriar	(272)	(280)
	291	**260**
Arrendamento a pagar	4.695	5.044
(-) Juros a apropriar	(1.204)	(1.416)
Provisão para desmobilização	815	751
	4.306	**4.379**
Saldo contábil líquido	**4.597**	**4.639**

Passivo: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	2024
2025	314
2026	338
2027	364
2028	393
2029	423
2030 em diante	1.659
	3.491

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2)/ IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	47	45
	47	**45**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra para geração de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladoras.

9. Partes relacionadas:

Descrição	Ativo 2024	Ativo 2023	Passivo 2024	Passivo 2023
Ventos Potiguares **(a)**	2.716	2.611	-	-
Ventos Potiguares **(b)**	-	-	3.609	3.812
	2.716	**2.611**	**3.609**	**3.812**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem aos dividendos propostos do exercício. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10. Provisão para demandas judiciais: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

11. Patrimonio líquido: (a) Capital Social: O capital social integralizado de R$55.943 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 28.117 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$4.510mil em 31 de dezembro de 2024 (R$3.751 mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Resultado do exercício	15.194	16.053
	5%	5%
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	**760**	**803**

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.194	16.053
Constituição da reserva legal (5%)	(760)	(803)
Base de Cálculo dos dividendos	**14.434**	**15.250**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**(3.609)**	**(3.813)**
Dividendos pagos		
Dividendos mínimos pagos **(i)**	(3.816)	(3.751)
Dividendos adicionais pagos do exercício **(i)**	(12.563)	(14.951)
Total	**(16.375)**	**(18.702)**

(i) Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R$ 16.375 mil, desse valor R$12.563 referem se a dividendos adicionais de 2024, e R$3.816 mil referem se a dividendos propostos de 2023 pagos durante o exercício de 2024. **(d) Reserva de lucros:** Após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos a Companhia detém de reserva de lucros no montante de R$10.826 mil em 31 de dezembro de 2023 (de R$ 12.563 mil em 31 de dezembro de 2023).

12. Receita liquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração e são geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	2024	2023
Venda de energia mercado livre	28.348	28.770
	28.348	**28.770**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(183)	(187)
COFINS sobre faturamento	(851)	(863)
	(1.034)	**(1.050)**
Receita líquida de vendas	**27.314**	**27.720**

13. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **13.1. Custos de energia elétrica:**

Classificação por função	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(10.992)	(10.462)
Despesas administrativas e gerais	(131)	(231)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	(59)
	(11.123)	**(10.752)**

13.2. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:

Custos/Despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/ despesas administrativas e gerais	2024 Total	2023 Total
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição	(1.394)	-	(1.394)	(1.299)
Despesas com pessoal	(691)	(15)	(706)	(684)
Material	(80)	(0)	(80)	(80)
Serviços de terceiros	(4.418)	(25)	(4.443)	(4.149)
Depreciação e amortização **(i)**	(3.954)	-	(3.954)	(3.921)
Seguros	(275)	-	(275)	(273)
Tributos e taxas	(97)	(39)	(136)	(141)
Arrendamento de terra	-	-	-	(4)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(82)	(53)	(135)	(201)
	(10.991)	**(132)**	**(11.123)**	**(10.752)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 7.

14. Receitas e despesas financeiras líquidas:

Receitas financeiras	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	398	619
Outras	1	2
	399	**621**
Despesas financeiras		
Juros sobre comissionamento	(43)	-
Juros sobre arrendamento	(351)	(447)
Despesas bancárias	(5)	(5)
Outras	(12)	(11)
	(411)	**(463)**

15. Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Imposto de Renda	2024	2023
Receita bruta	28.348	28.770
Alíquota	8%	8%
	2.268	**2.302**
Outras receitas, inclusive financeiras.	399	621
Base de cálculo	**2.666**	**2.923**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(400)	(437)
Adicional federal de 10%	(243)	(268)
Imposto apurado	**(643)**	**(707)**
Contribuição social		
Receita bruta	28.348	28.770
Alíquota	12%	12%
	3.402	**3.452**
Outras receitas, inclusive financeiras	399	621
Base de cálculo	**3.800**	**4.073**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(342)**	**(367)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(985)**	**(1.073)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	28.747	29.391
Imposto calculado (IR/CS)	(985)	(1.073)
	3,43%	**3,65%**

16. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **16.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **16.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	47	-	-

16.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **16.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$4.907, (R$3.531 em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **16.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **16.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo 2024	Valor justo 2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1	2
Aplicações financeiras	2.190	918
Contas a receber	2.716	2.611
Total	**4.907**	**3.531**
Passivos financeiros		
Fornecedores	47	45
Total	**47**	**45**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria:**

2024

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	2.190	-
Contas a receber	2.716	-	-
Total	**2.717**	**2.190**	**-**
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	47
Total	**-**	**-**	**47**

2023

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-
Aplicações financeiras	-	918	-
Contas a receber	2.611	-	-
Total	**2.613**	**918**	**-**
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	45
Financiamentos	-	-	-
Total	**-**	**-**	**45**

16.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **16.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento 25%	Aumento 50%	Redução 25%	Redução 50%
Aplicação financeira							
Receita financeira	399	12,15%	48	60	72	36	24
Financiamentos							
(-) Despesa financeira	(463)	7,43%	(31)	(39)	(47)	(23)	(16)
Resultado financeiro			**17**	**21**	**25**	**13**	**8**

17. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1SP252875/O-1

FACEBOOK
Acesse notícias da Tribuna do Norte via Facebook @tribunadonorteRN

INSTAGRAM
Acesse notícias da Tribuna do Norte via Instagram @tribunadonorte

Aponte a câmera e ouça a JP News Natal 93.5

Metrópole Digital recebe cinco novas startups

« INCUBADORA » Empresas passarão por ciclo de amadurecimento através de mentorias especializadas e oportunidades de networking

MAGNUS NASCIMENTO

Evento de boas-vindas no auditório do IMD marcou o ingresso das empresas à incubadora

O Metrópole Parque, do Instituto Metrópole Digital (IMD), recebeu cinco novas startups no programa de incubação. Atualmente, o parque abriga cerca de 150 empresas credenciadas e gera aproximadamente 3.200 postos de trabalho diretos.

As novas integrantes da incubadora são as empresas Beelif, Capte.AI, KenAI, Tríade e X-TRI. Com o ingresso, elas passam contar com uma estrutura moderna, mentorias especializadas e oportunidades de networking.

A entrada das startups ocorreu oficialmente na última quinta-feira (30), como resultado de um processo seletivo. No Metrópole Parque, elas passarão por um processo de amadurecimento que visa impulsionar negócios de base tecnológica em diferentes segmentos, como saúde, educação e comunicação.

A chegada das novas startups reforça o papel do equipamento como um polo estratégico para o desenvolvimento de negócios inovadores no Estado. O modelo de incubação permite que empreendedores tenham suporte especializado e acesso a uma rede de colaboração.

"Estamos muito felizes em receber esses novos projetos, que vêm para agregar ainda mais ao nosso ecossistema. Algumas delas surgiram de iniciativas como o programa Decola RN, e ver esses negócios amadurecendo é muito gratificante", diz Rodrigo Romão, diretor do parque tecnológico.

O impacto da iniciativa se reflete na expansão do ecossistema do parque. Além disso, a presença de startups no ambiente acadêmico do IMD possibilita uma interação direta com alunos, pesquisadores e especialistas. A incubação é um processo estruturado para apoiar startups no desenvolvimento de seus negócios.

"Fazemos um diagnóstico situacional para entender os avanços da empresa dentro da nossa metodologia de desenvolvimento e, a partir disso, traçamos um plano de ação", explica Romão.

Dentre as startups recém-incubadas, a Capte.AI se destaca pelo uso de inteligência artificial para auxiliar outras empresas na captação de recursos.

"Éramos uma consultoria tradicional e, há sete meses, passamos a utilizar tecnologia para escalar nosso serviço. Desenvolvemos uma plataforma baseada em IA que estrutura projetos conforme as exigências dos editais de financiamento", explica Gileno Negreiros, CEO da empresa. Segundo ele, a incubação no Metrópole Parque "proporcionará suporte estratégico, incluindo planejamento financeiro, jurídico e de marketing, fundamentais para o crescimento da startup".

Já no setor educacional, a X-TRI foca na aplicação da Teoria de Resposta ao Item (TRI) para aprimorar o desempenho acadêmico. "Nosso sistema aplica a TRI em provas customizadas, transformando os resultados em dados estratégicos para as instituições. Esse modelo permite acompanhar a evolução dos alunos e melhorar a preparação para o Enem. A perspectiva agora é de crescimento, que a gente melhore nosso ecossistema em TRI", afirma Alexandre Emerson, CEO da empresa.

Além dessas, outras startups ingressaram na incubadora. A Beelif desenvolveu uma plataforma voltada à saúde mental, conectando pacientes a profissionais da área. No campo da produção audiovisual, a KenAI oferece um serviço baseado em inteligência artificial para a criação de vídeos automatizados via WhatsApp.

Já a Tríade busca aprimorar a experiência de cursinhos preparatórios para o Enem e concursos públicos, fornecendo ferramentas para gestão de alunos e conteúdos.

Pelo menos 200 projetos de inovação já passaram pela incubadora do Metrópole Parque. Com o ingresso das novas startups, o Metrópole Parque passa a contar com 33 empresas incubadas, sendo 15 em fase de pré-incubação e 18 já incubadas.

"O crescimento contínuo reforça a importância do parque para o setor de tecnologia do Estado, um ambiente dinâmico para o avanço de soluções inovadoras e geração de novas oportunidades no mercado de TI", completa Romão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN

AVISO A LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025

O Pregoeiro do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público que irá realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, no dia **20 de fevereiro de 2025, às 10h01min** (horário de Brasília) no Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN.** A solicitação do edital poderá ser feita na sede da Prefeitura no horário de atendimento das 08:00h às 12:00h e 14:00h às 17:00h ou cpldixsept@gmail.com.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 30 de janeiro de 2025.
Ramon Bezerra Pereira
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000004/2025

O **MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN**, por intermédio da sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 207/2023 – GP, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **"MENOR PREÇO POR GRUPO"**, destinado a **aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores**, conforme especificações contidas no Edital. A sessão pública será **às 09:00h** (Horário de Brasília) do **dia 14 DE FEVEREIRO DE 2025** e as propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico **até às 08:00h** (Horário de Brasília) do **dia 14 DE FEVEREIRO DE 2025**, no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, para maiores informações podem ser solicitadas através do e-mail: licitacao@jandaira.rn.gov.br.

Jandaíra/RN, 30 de janeiro de 2025.
MARINA NAYARA SILVA DOS SANTOS
Pregoeira do Município

CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

São Pedro Aquicultura LTDA, CNPJ nº 46.946.482/0001-78, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema a *Licença de Operação*, com prazo de validade até 28/01/2031, em favor do empreendimento de **carcinicultura**, localizada no **Sítio Passagem de Pedra, nº 9820, Cais Porto de Santo Antônio, Anexo B, Zona Rural, Município de Mossoró/RN, Cep: 59.635-000.**

Edilene Pimentel da Rocha Carvalho
Sócio-administrador

GESTÃO MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO SERIDÓ
A MAIS BONITA DO BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 006/2025
PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2025
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Exclusiva para empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para os itens com valor total de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

A Comissão de Contratação do **Município de São José do Seridó/ RN** vem a público comunicar que no **dia 31 de janeiro de 2025**, nos sites: www.pncp.gov.br, www.saojosedoserido.rn.gov.br e http://www.portaldecompraspublicas.com.br será disponibilizado o Edital de Licitação, destinado ao **Registro de preços para possível contratação gradativa de empresa especializada no transporte de pessoas e cargas em veículo individualizado.** A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 18 de fevereiro de 2025, às 08:00 horas (horário de Brasília)**, no site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: cplpmsjs@gmail.com.

São José do Seridó/ RN, 30 de janeiro de 2025.
Inácia Alice Medeiros dos Santos
Presidente

MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024
PROCESSO N° 30.140/2024

OBJETO: O objeto da presente licitação para Aquisição de materiais esportivos necessários para dar continuidade às atividades educativas e esportivas da ESCOLA MUNICIPAL DO ESPORTE (EMEP), promovidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Adjudico e Homologo o objeto da presente licitação em favor das empresas:

Z NORTE COMERCIO E SERVIÇO LTDA, CNPJ: 46.027.640/0001-96, nos itens 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 17, 18, 19, 21, 27, 28 e 31, no valor total de R$ 22.234,00 (vinte e dois mil, duzentos e trinta e quatro reais); **LA GUNA ESPORTE LTDA, CNPJ:** 52.307.066/0001-22, nos itens 04, 12, 13, 14 e 15, no valor total de R$ 3.761,90 (três mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa centavos); **DANDARA SPORT LTDA, CNPJ:** 51.543.641/0001-23, nos itens 16, 29 e 30, no valor total de R$ 16.476,00 (dezesseis mil, quatrocentos e setenta e seis reais); e **VERTENES MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ:** 52.755.750/0001-77, nos itens 01 e 20, no valor total de R$ 2.828,00 (dois mil, oitocentos e vinte e oito reais).

Parnamirim/RN, 22 de janeiro de 2025.
Anderson Quirino Oliveira de Lima
Secretário de Administração e dos Recursos Humanos

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SEDE CENTRAL – Filiado à CSP/CONLUTAS / ILAESE
PABX: (0xx84) 3027-2830 – CNPJ: 24518060/0001-69
Avenida Rio Branco, 874 – Cidade Alta - Natal-RN - CEP: 59.025-003
Site: sindsaudern.org.br - **E-mail: sindsauderncomissaoeleitoral@gmail.com**

EDITAL Nº 01/COMISSÃO ELEITORAL SINDSAÚDE/RN
Eleição Estadual – Triênio 2025/2028

A Comissão Eleitoral do Sindsaúde/RN, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca a Eleição Estadual para escolha da Diretoria Colegiada Estadual e do Conselho Fiscal para os dias 02 e 03 de abril de 2025, no horário das 06h30min às 20h00min, nas unidades que funcionam em regime de plantão; e nas demais unidades de saúde, das 07h30min às 17h00min.

O prazo para inscrições de **CHAPAS** será de 31/01/2025 a 01/03/2025, nos termos do art. 72 do Estatuto. O pedido de registro de candidaturas deve ser feito na Secretaria da Comissão Eleitoral, na sede do Sindsaúde/RN, situada na Avenida Rio Branco, nº 874, Cidade Alta, no horário de 08h00min às 12h00 min e de 13h00min às 17h00min.

URNAS FIXAS

1. Na sede do Sindsaúde/RN (Natal).
2. Na sede da SESAP (Natal).
3. No Hospital Walfredo Gurgel 1.
4. No Hospital Walfredo Gurgel 2.
5. No Hospital Santa Catarina 1.
6. No Hospital Santa Catarina 2.
7. No Hospital Giselda Trigueiro.
8. No Hospital João Machado.
9. No Hospital Maria Alice Fernandes.
10. No Hospital da Polícia Militar.
11. No Hospital Deoclécio Marques de Lucena.
12. No Hospital Regional Alfredo Mesquita Filho (Macaíba).
13. No Hospital Regional Tarcísio Maia 1.
14. No Hospital Regional Tarcísio Maia 2.
15. Hospital Regional da Mulher Parteira Maria Correia
16. Na sede do Sindsaúde/RN (Mossoró).
17. No Hospital Rafael Fernandes.
18. No Hospital Regional de Assú.
19. No Hospital Regional do Seridó.
20. Na Sede da IV URSAP (Caicó).
21. No Hospital Regional de Currais Novos.
22. No Hospital Regional de São José de Mipibu.
23. No Hospital Regional de Santo Antonio
24. No Hospital Regional Aluísio Bezerra/Santa Cruz.
25. No Hospital Regional Carlos Cleodon de Andrade/Pau dos Ferros.
26. No Hospital Regional de João Câmara.
27. No Hospital Municipal Materno-Infantil Araken Irerê Pinto.

URNAS VOLANTES

Nas demais Unidades de Saúde de todo o estado, as urnas serão volantes. Os roteiros serão elaborados e publicados pela Comissão Eleitoral.

Natal/RN, 30 de janeiro de 2025.

Fernando Antonio Soares dos Santos

COMISSÃO ELEITORAL
Fernando Antonio Soares dos Santos
Núbia Maria Carneiro da Rocha
Fernando Jussieu da Silva
Marcelo de Macedo Tinoco
Francisco Alberto Silva de Farias

Ficam ESDRAS FIRMINO DA SILVA, inscrito no CPF/MF nº 283.639.574-53, e KATIA JACQUELINE ROCHA DO VALE, inscrita no CPF/MF nº 751.086.904-87, intimados da realização do Leilão Extrajudicial do imóvel objeto da matrícula 44.885 do ORI de Parnamirim/RN, promovido pela credora MARIA JOVITA GALHARDE, inscrita no CPF n.º 035.081.578-06. Das datas: início do 1º Leilão 10/02/2025, às 15:00hs e se encerrará no dia 12/02/2025, às 15:00hs, caso não haja licitantes no 1º Leilão, automaticamente iniciará o 2º Leilão, que se estenderá até o dia 19/02/2025 às 15:00hs. O leilão será realizado pelo site www.destakleiloes.com.br. Nos termos dos §§ 1º e 2º-B, do art. 27 da Lei 9.514/97, V.Sa. poderá exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel até o evento do 2º leilão, podendo para tanto, contatar-nos através do endereço eletrônico contato@destakleiloes.com.br ou telefone (11)3107-0933. MARIA JOVITA GALHARDE. São Paulo/SP, 28/01/2025. K-30,31/01e01/02

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 90005/2025

O **MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN**, código **UASG 981661**, através de seu Pregoeiro instituído pela Portaria nº 0127 de 07 de janeiro de 2025, comunica aos interessados que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO por ITEM**, que tem como objeto o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço relacionados a gestão de ponto eletrônico de frequência funcional, incluindo a locação de dispositivos e sistemas para captação e gestão de dados**, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência. A sessão se dará **às 9:00 horas** (horário local) do dia **17 de fevereiro de 2025**, através do sítio Local: https://www.gov.br/compras/pt-br, conforme Lei nº 14.133/21 e decreto federal nº 11.462/23.

Currais Novos/RN, 30 de janeiro de 2025.
Francisco Fernandes Dias de Medeiros
Agente de Contratação – Pregoeiro

Prefeitura de
PAU DOS FERROS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO – N° 6/2025-0007

O Município de Pau dos Ferros, por intermédio do Pregoeiro da Prefeitura Municipal, torna público que às **09:00 horas** do dia **13/02/2025**, fará realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico N° 6/2025-0007**, tipo menor preço, que tem como objeto **Contratação para a aquisição de veículo de passeio, modelo Hatch com capacidade para 05 (cinco) pessoas passageiros (4+1) a fim atender a necessidades do Núcleo de Apoio aos Pacientes com Câncer da AAPCMR, através da Secretaria Municipal de Governo - SEGOV**, conforme condições, de acordo com o que determina a legislação vigente. O certame será realizado por meio do portal de compras públicas, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br pelo pregoeiro Maíra Louise Fernandes Alves.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto no Decreto Executivo Municipal nº 471/2023, Lei Federal Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site http://paudosferros.rn.gov.br/licitacao.php www.portaldecompraspublicas.com.br e poderá ser solicitado através do e-mail: licitapmpf@gmail.com.

Pau dos Ferros – RN, 30 de Janeiro de 2025.

Maíra Louise Fernandes Alves.
Agente de contratação
Portaria 022/2025

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO RIO GRANDE DO NORTE
ATO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, nos termos doas Artigos 23, 24 e 25 da Lei nº 3.268/57, o Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte - CREMERN, Autarquia Federal, CONVOCA todos os médicos inscritos em pleno gozo de seus direitos, da jurisdição deste Regional, para Assembleia Geral Extraordinária, a correr no dia 07 de março de 2025, em primeira CONVOCAÇÃO, às 11:30 horas, com maioria absoluta dos médicos inscritos, e em segunda e última CONVOCAÇÃO às 12:00 horas, com qualquer número de médicos presentes, na sede do CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO RIO GRANDE DO NORTE, na Avenida Rio Branco, 398 – Cidade Alta, Natal/RN, para tratar do seguinte assunto: Primeiro ouvir a leitura e discutir o Relatório e Contas da Diretoria referente ao exercício de 2024.

Natal/RN, 30 de janeiro de 2025.
Marcos Antônio Tavares Jácome da Costa Britto
Presidente

UNIMED NATAL SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ/MF nº 08.380.701/0001-05 - NIRE Nº 24400000016
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
(1ª, 2ª e 3ª Convocação)

O Diretor-Presidente da **UNIMED NATAL SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os senhores cooperados, atualmente em número de **1.567** (mil quinhentos e sessenta e sete), a se fazerem presentes na **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, que será realizada no dia **12 DE FEVEREIRO DE 2025,** às **17 horas,** em primeira convocação, às **18 horas,** em segunda convocação e às **19 horas,** em terceira e última convocação, de **modo presencial, nos termos da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e do Estatuto Social.**

Para melhor acomodação dos cooperados e por falta de espaço físico na sede da Cooperativa, a AGE – Assembleia Geral Extraordinária, será realizada, excepcionalmente, fora da sede social da Cooperativa, na **Av. Antônio Basílio, 3598 - Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59056-285, nesta capital, por se tratar de área em obra, o acesso dar-se-á pela Rua Desembargador João Dantas Sales, nº 45 - Lagoa Nova, Natal/RN – Complexo de Saúde Unimed Natal**, para a seguinte **ORDEM DO DIA:**

Matérias Informativas:

1)**Atualização da obra do Complexo de Saúde Unimed Natal;**

2)**Apresentação do Relatório de Gestão;**

3)**Apresentação do Resultado Financeiro de 2024.**

Nota:

a)**Quórum de Instalação**: O quórum de instalação é de: **(i)** 2/3 (dois terços) do número dos cooperados em condições de votar, em primeira convocação; **(ii)** metade e mais um dos cooperados, em segunda convocação; e **(iii)** no mínimo de 10 (dez) cooperados, em terceira convocação.

Natal (RN), 31 de janeiro de 2025.

Dr. Fernando José Pinto de Paiva
Diretor-Presidente

ANS - nº 33559-2
Unimed Natal

JP NEWS
Aponte a câmera do seu celular aqui.
E escute agora!

Pequenos negócios impulsionam geração recorde de empregos no RN

« CAGED » As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) tiveram um saldo de 23.907 vagas, maior contribuição para o mercado de trabalho nos últimos três anos; ao todo, RN registrou ganho de 34.294 empregos

Os pequenos negócios impulsionaram uma geração recorde de empregos no Rio Grande do Norte em 2024, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Ao todo, as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) registraram um saldo de 23.907 vagas, representando a maior contribuição para o crescimento do mercado de trabalho local nos últimos três anos, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Ao todo, o RN registrou um saldo de 34.294 empregos, sendo as MPEs responsáveis, portanto, por quase 70% dos postos gerados no Estado. No cenário geral, o RN registrou 242.463 admissões nos últimos 12 meses, sendo que 163.290 ocorreram nas MPEs.

Foram 208.169 desligamentos registrados, gerando um saldo positivo de 34.294 empregos formais. O estoque total de trabalhadores com carteira assinada no Estado chegou a 536.215 em 2024.

"Quem gera emprego no Rio Grande do Norte de forma significativa é a pequena empresa, que precisa de políticas específicas e de apoio. Não temos programa de desenvolvimento econômico que dê um apoio efetivo para os pequenos. Esse ano foi surpreendentemente bom, um dos melhores dos últimos anos", declarou o superintendente do Sebrae no Rio Grande do Norte, Zeca Melo.

"O Caged não é pesquisa, é gente com carteira assinada contra gente que não tinha carteira assinada. São dados concretos, dados da realidade. Ficamos satisfeitos com o resultado e com o trabalho do Sebrae. Vamos seguir para termos um 2025 semelhante", acrescentou o superintendente.

No tocante às Micro e Pequenas Empresas em 2024, os setores que ofertaram mais postos de trabalho no período foram os de Serviços (9.069), Comércio (5.521) e Construção (5.366).

Os municípios que mais geraram empregos nesses empreendimentos em 2024 foram Natal (6.699), Mossoró (3.552), Parnamirim (1.972), Currais Novos (1.715) e Assú (1.712). No ranking regional, o Rio Grande do Norte ocupa a 6ª posição no saldo da geração de empregos nas micro e pequenas empresas no período, ficando atrás da Bahia (71.488), Pernambuco (52.245), Ceará (49.089), Paraíba (24.003) e Maranhão (23.952).

NÚMEROS

16,5%
Foi o crescimento do saldo de empregos no Brasil em 2024 em relação ao saldo registrado em 2023

52,6%
Foi o crescimento do saldo de empregos no Rio Grande do Norte em 2024 em comparação com 2023

70%
Dos empregos gerados no RN no ano passado foram provenientes das Micro e Pequenas Empresas

ANDERSON RÉGIS


As Micro e Pequenas empresas geraram a maior parte dos empregos no Rio Grande do Norte, segundo dados divulgados pelo Caged

Setor de serviços gera metade dos empregos

O setor de Serviços foi destaque no RN em 2024 na geração de empregos, segundo dados do Caged. O segmento registrou 17.088 novos empregos no Estado em 2024, número que é 50% em relação ao total registrado no RN no ano passado, que foi de 11.363. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (30).

O Comércio também teve um desempenho expressivo, com 6.099 postos de trabalho formais criados, seguido pelos setores da Construção (com 5.150 vagas a mais), Indústria (com alta de 4.876 vagas) e Agropecuária (com incremento de 1.088 vagas).

O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, destacou a importância do bom desempenho econômico do Estado para a geração de empregos. "Esse resultado reflete o aumento dos investimentos privados no estado, a ampliação do crédito para as famílias e a redução da alíquota do ICMS durante a maior parte do ano". Ainda segundo ele, esses são fatores que estimularam o crescimento econômico e o consumo no estado, fortalecendo o mercado de trabalho, especialmente nos segmentos do Comércio e Serviços.

O RN encerrou 2024 com um saldo positivo de 34.294 novos postos de trabalho formais, registrando um crescimento de 52,6% em relação a 2023, quando foram geradas 22.472 vagas. O desempenho do ano passado é o melhor da série histórica, desconsiderando 2021, quando houve a recuperação das perdas causadas pela pandemia.

Apesar do saldo anual positivo, dezembro foi o único mês de 2024 com resultado negativo, registrando 2.617 postos de trabalho fechados, um movimento sazonal. Ainda assim, o setor de Comércio manteve saldo positivo, com 44 vagas abertas, enquanto os demais segmentos encerraram o ano em retração.

Brasil

O saldo de empregos em 2024 (janeiro a dezembro) teve um crescimento de 16,5% em relação ao saldo registrado em 2023. Segundo o Novo Caged, que mede o emprego com carteira assinada no País, em 2024 foram gerados 1.693.673 postos de trabalho contra 1.454.124 no ano de 2023. O saldo em dezembro de 2024 apresentou uma redução de 535.547 empregos, variação relativa de -1,12%.

Do total de empregos, 83,5% dos postos gerados podem ser considerados típicos e 16,5% não típicos, principalmente 30 horas ou menos (+150.341) e intermitentes (+87.359).

Segundo os dados do Novo Caged, foram 3.147.797 postos de trabalho gerados no país desde janeiro de 2023, com o estoque de vínculos celetistas ativos contabilizando 47.210.948 em dezembro, uma variação de 3,7% em relação ao estoque do ano anterior, quando foram contabilizados 45.517.275 vínculos.

Queda de preços na refinaria pode segurar alta dos combustíveis

« REDUÇÃO » Apesar da diminuição, Brava Energia explicou que os ajustes podem ocorrer conforme critérios técnicos e de mercado

A Brava Energia, empresa que controla a Refinaria Clara Camarão, no Rio Grande do Norte, reduziu nesta quinta-feira (30) o preço do litro da gasolina tipo A em R$ 0,05, enquanto o diesel S-500 ficou R$ 0,08 mais barato. A medida pode minimizar o impacto do aumento no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que passa a vigorar neste sábado (1º) sobre gasolina e diesel.

A companhia informou que os preços dos produtos derivados seguem parâmetros de mercado - tais como o dólar, o valor de referência internacional do petróleo, custos logísticos para recebimento de derivados na região Nordeste, entre outros. "Vale destacar que ajustes nos preços podem ocorrer de forma recorrente, amparados por critérios técnicos e condições de mercado. A Companhia reporta esses valores semanalmente", declarou a Brava Energia.

Segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Rio Grande do Norte (Sindipostos-RN), Maxwell Flor, a redução surpreendeu positivamente o setor. "Poderá diminuir ou até anular os impactos do reajuste do ICMS. Não podemos precisar o que vai acontecer, pois adquirimos os produtos das distribuidoras, que, por sua vez, compram das refinarias. Dependemos da precificação que elas irão adotar", disse.

Maxwell pontua que, historicamente, segundo dados da própria ANP (Agência Nacional de Petróleo), os preços praticados pelos postos tendem a acompanhar os movimentos de alta e baixa feitos pelas distribuidoras.

A medida da Brava Energia chega em boa hora para os consumidores potiguares, uma vez que, a partir deste sábado (1º), haverá um reajuste de 7% no ICMS da gasolina (R$ 0,10 por litro) e de 5% no diesel (R$ 0,06). O aumento, que valerá para todos os estados do Brasil, foi anunciado em outubro de 2024, mas só entra em vigor agora por conta do princípio constitucional da anterioridade, segundo o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz). Com isso, as novas alíquotas passam a ser de R$ 1,47 por litro para a gasolina, R$ 1,12 por litro para o diesel e R$ 1,39 por quilo para o gás liquefeito de petróleo (GLP), sendo que este último teve uma redução de R$ 0,02.

Antes mesmo que comece a valer essa mudança, postos de gasolina anteciparam os aumentos, fazendo com que o Procon Natal iniciasse fiscalizações para identificar possíveis irregularidades. A instituição recebeu denúncias sobre reajustes antecipados e busca averiguar se há violação ao Código de Defesa do Consumidor. Caso sejam identificadas irregularidades, serão abertos processos administrativos contra os postos suspeitos.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de 19 a 25 de janeiro, o preço médio da gasolina comum no Rio Grande do Norte era de R$ 6,09, com valores variando entre R$ 5,54 e R$ 6,69, mas em Natal os valores já variam entre R$ 6,63 e R$ 6,89.

NÚMEROS

R$ 0,05
Foi a redução no preço do litro da gasolina tipo A aplicada pela refinaria Clara Camarão

R$ 0,08
Foi quanto reduziu o valor do litro do diesel S-500 no Rio Grande do Norte

ADRIANO ABREU



Sindipostos afirma que redução poderá conter ou até anular os impactos do reajuste do ICMS

GRUPOSERVENG

ILHA DOS VENTOS GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ/MF nº 13.336.428/0001-51

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	2	Fornecedores	8 e 9	3.265	20
Aplicações financeiras	4	4.779	808	Obrigações tributárias		257	189
Contas a receber	5 e 9	1.339	1.303	Dividendo a pagar	9	1.783	1.834
Estoque		7	-	Arrendamentos a pagar	7	116	103
Impostos a recuperar		17	17			**5.421**	**2.146**
Despesas antecipadas		91	22	**Não circulante**			
Outras contas a receber		6.286	-	Provisão para desmobilização	7	391	359
		12.521	**2.152**	Arrendamentos a pagar	7	1.788	1.820
Não Circulante						**2.179**	**2.179**
Depósitos judiciais	9	21	102				
Contas a receber		829	292	**Patrimônio líquido**	11		
Imobilizado	6 e 7	35.788	37.614	Capital social		28.223	28.223
		36.638	**38.008**	Reservas de lucros		13.336	7.612
						41.559	**35.835**
Total do Ativo		**49.159**	**40.160**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**49.159**	**40.160**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**28.233**	**1.433**	**7.894**	-	**37.550**
		-	-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
Redução de capital		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.725	**7.725**
Reserva legal	11.b	-	386	-	(386)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(1.835)	**(1.835)**
Dividendos adicional	11.c	-	-	(7.605)	-	**(7.605)**
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	5.504	(5.504)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**28.233**	**1.819**	**5.793**	-	**35.835**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.509	**7.509**
Reserva legal	11.b	-	375	-	(375)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(1.783)	**(1.783)**
Dividendos adicional	11.c	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	5.350	(5.350)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**28.223**	**2.194**	**11.143**		**41.561**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	12	**13.468**	**13.669**
(-) Custo dos produtos vendidos	13	(5.453)	(5.244)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**8.015**	**8.425**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(76)	(217)
Outras receitas/(despesas) líquidas	13	(15)	(54)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**7.924**	**8.154**
Receitas financeiras	14	328	376
Despesas financeiras	14	(225)	(264)
(=) Resultado financeiro líquido		**103**	**112**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**8.027**	**8.266**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	15	(518)	(541)
(=) Lucro líquido do exercício		**7.509**	**7.725**
Lucro líquido por ação		**0,263**	**0,271**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

		2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	11	7.509	7.725
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		**7.509**	**7.725**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		**7.509**	**7.725**
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Depreciação e amortização	6	1.915	1.908
(+) Juros e variações monetárias		178	237
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado		-	(57)
		9.602	**9.813**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		(3.971)	1.034
Conta s receber		(36)	(472)
Estoques		(7)	-
Impostos a recuperar		-	(10)
Despesas antecipadas		(69)	(2)
Outras contas a receber		(6.824)	(50)
Depósitos judiciais		81	-
Aumento líquido /(redução) nos passivos			
Fornecedores		(3.245)	(1.000)
Obrigações tributárias		68	93
Outras contas a pagar		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**2.089**	**9.406**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	6	-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	-
Arrendamentos pagos		(254)	(243)
Financiamentos pagos		-	-
Dividendos pagos	12.c	(1.835)	(9.165)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(2.089)**	**(9.408)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		-	**(2)**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2	4
No fim do exercício		2	2
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		-	**(2)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 7.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Carnauba Enterrada, s/nº, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Resolução Autorizativa nº 2.939, de 07 de junho de 2011e o Despacho nº 3.273, de 27 de setembro de 2013, com o início de sua operação em abril de 2014. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos IX, no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, com 11.200 kW de capacidade instalada constituída por sete unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de janeiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 5** -Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 16** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; • **Nota 7** - Provisões para desmobilização; • **Nota 10** - Provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações especificas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024.:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2024	2023
Bancos conta movimento	2	2
Aplicações financeiras **(a)**	4.779	808
	4.781	**810**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:	2024	2023
Contas a receber – partes relacionadas (a) (Nota 9)	1.339	1.303
	1.339	**1.303**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. Imobilizado:	2024	2023
Aerogeradores	31.647	33.291
Instalações e benfeitorias	999	1.050
Máquinas e equipamentos	1.512	1.579
Móveis e utensílios	9	15
Direito de uso	1.621	1.679
	35.788	**37.614**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições / Baixa / Transf.	2023	Adições / Baixa / Transf.	2024
Aerogeradores	-	49.318	-	49.318	-	49.318
Instalações e benfeitorias	-	1.521	-	1.521	-	1.521
Máquinas e equipamentos	-	2.002	-	2.002	-	2.002
Móveis e utensílios	-	56	-	56	-	56
		52.897	-	**52.897**	-	**52.897**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(14.383)	(1.644)	(16.027)	(1.644)	(17.671)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(421)	(51)	(472)	(51)	(523)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(356)	(67)	(423)	(67)	(490)
Móveis e utensílios	10	(36)	(5)	(41)	(6)	(47)
		(15.196)	**(1.767)**	**(16.963)**	**(1.768)**	**(18.731)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		2.182	110	2.292	89	2.381
(-) Amortização		(473)	(139)	(612)	(147)	(759)
		1.709	**(29)**	**1.680**	**(58)**	**1.622**
		39.410	**(1.796)**	**37.614**	**(1.826)**	**35.788**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2024	2023
Direito de uso do ativo arrendado	2.381	2.292
Amortização do período	(759)	(612)
Saldo contábil líquido	**1.622**	**1.680**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	254	243
(-) Juros a apropriar	(134)	(140)
	120	**103**
Arrendamento a pagar	2.540	2.670
(-) Juros a apropriar	(752)	(850)
Provisão para desmobilização	391	359
	2.179	**2.179**
Saldo contábil líquido	**2.299**	**2.282**

Passivo total: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	
2025	125
2026	135
2027	145
2028	156
2029	169
2030 em diante	1.058
	1.788

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	3.265	20
	3.265	**20**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de equipamentos para substituição de peças referente ao sinistro em uma das torres de aerogeradores. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladas e coligadas.

9. Partes relacionadas:	Ativo		Passivo	
Descrição	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ventos Potiguares (a)	1.339	1.303	-	-
Ventos Potiguares (b)	-	-	1.783	1.834
	1.339	**1.303**	**1.783**	**1.834**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem aos dividendos propostos do exercício. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10. Provisão para demandas judiciais: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

11. Patrimonio líquido: (a) Capital Social: O capital social integralizado de R$28.223 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 15.362 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$2.194 mil em 31 de dezembro de 2024 (R$1.819 mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Resultado do exercício	7.509	7.725
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	5%	5%
	375	386

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício após reserva legal	7.134	7.339
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**5.350**	**1.835**
Dividendos pagos		
Dividendos mínimos pagos (i)	(1.835)	(1.561)
Dividendos adicionais pagos do exercício (i)	-	(7.605)
Total	**(1.835)**	**(9.165)**

(i) Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R$1.835 mil, refere-se a dividendos propostos de 2023 pagos durante o exercício de 2024. **(d) Reserva de lucros:** Após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos a Companhia detém de reserva de lucros no montante de R$ 5.350mil em 31 de dezembro de 2024 (R$ 5.793mil em 31 de dezembro de 2023).

12. Receita liquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração e são geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	2024	2023
Venda de energia mercado livre	13.978	14.186
	13.978	**14.186**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(91)	(92)
COFINS sobre faturamento	(419)	(426)
	(510)	**(517)**
Receita líquida de vendas	**13.468**	**13.669**

13. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **13.1. Custos de energia elétrica:**

Classificação por função	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(5.453)	(5.244)
Despesas administrativas e gerais	(76)	(217)
Outras receitas (despesas) líquidas	(15)	(54)
	(5.544)	**(5.515)**

13.2. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:

Custos/Despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/ despesas administrativas e gerais	2024 Total	2023 Total
Custo de energia				-
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição	(705)		(705)	(657)
Despesas com pessoal	(346)	(8)	(354)	(357)
Material	(40)	-	(40)	(70)
Serviços de terceiros	(2.211)	(27)	(2.238)	(2.111)
Depreciação e amortização (i)	(1.915)	-	(1.915)	(1.907)
Seguros	(138)	-	(138)	(137)
Tributos e taxas	(50)	(16)	(66)	(137)
Arrendamento de terra	-	-	-	(3)
Outras (despesas)/ receitas operacionais	(48)	(40)	(88)	(136)
	(5.453)	**(91)**	**(5.544)**	**(5.515)**

14. Receitas e despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	299	375
Outras	29	1
	328	**376**
Despesas financeiras		
Juros sobre resultado	(41)	-
Juros sobre arrendamento	(178)	(237)
Despesas bancárias	(5)	(5)
Outras	(1)	(22)
	(225)	**(264)**

15. Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Imposto de Renda	2024	2023
Receita bruta	**13.978**	**14.186**
Alíquota	8%	8%
	1.118	**1.135**
Outras receitas, inclusive financeiras.	328	376
Base de cálculo	**1.447**	**1.511**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(217)	(226)
Adicional federal de 10%	(121)	(127)
Imposto apurado	**(338)**	**(354)**
Contribuição social		
Receita bruta	**13.978**	**14.186**
Alíquota	12%	12%
	1.677	**1.702**
Outras receitas, inclusive financeiras.	328	376
Base de cálculo	**2.006**	**2.078**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(181)**	**(187)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(518)**	**(541)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	14.307	14.562
Imposto calculado (IR/CS)	(518)	(541)
	3,62%	**3,71%**

16. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **16.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **16.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	3.265	-	-

16.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **16.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$ 6.120, (R$2.113 em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **16.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **16.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo	
Ativos financeiros	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	2	2
Aplicações financeiras	4.779	808
Contas a receber	1.339	1.303
Total	**6.120**	**2.113**
Passivos financeiros		
Fornecedores	3.265	20
Total	**3.265**	**20**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria:**

2024	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-
Aplicações financeiras	-	4.779	-
Contas a receber	1.339	-	-
Total	**1.341**	**4.779**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	3.265
Total	-	-	**3.265**

2023	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-
Aplicações financeiras	-	808	-
Contas a receber	1.303	-	-
Total	**1.305**	**808**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	20
Total	-	-	**20**

16.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **16.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento 25%	Aumento 50%	Redução 25%	Redução 50%
Aplicação financeira							
Receita financeira	328	12,15%	40	50	60	30	20
Financiamentos							
(-) Despesa financeira	(225)	7,43%	(17)	(21)	(26)	(13)	(9)
Resultado financeiro			**23**	**29**	**34**	**17**	**11**

17. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1SP252875/O-1

MAGNUS NASCIMENTO



A SMS, responsável pelo PROSUS, esclareceu que já foi realizado um processo de aquisição da insulina de ação prolongada

Falta de insulina no PROSUS preocupa pacientes em Natal

« SAÚDE » Problema tem afetado quem possui diabetes tipo 2 e depende do fornecimento regular de insulina de ação prolongada

A falta de insulina no Programa de Suporte ao Usuário do Sistema Único de Saúde (PROSUS), localizado na Policlínica Dr. José Carlos Passos, na Ribeira, tem gerado preocupação entre pacientes que dependem do medicamento. O problema tem afetado, principalmente, quem possui diabetes tipo 2 e depende do fornecimento regular de insulina de ação prolongada para manter a condição sob controle.

Marília de Sá, 39, foi uma das que compareceram ao PROSUS em busca de insulina nesta quinta-feira (30). A mãe, portadora de diabetes aos 67 anos, depende do medicamento para a qualidade de vida. "Eu vim na semana passada e não tinha. Hoje vim tentar de novo. Não tem como comprar, é caro. Sem a insulina, a gente tenta fazer um ajuste na alimentação [para diminuir os impactos]", relata.

Outra paciente que enfrenta dificuldades é Kamila Sales, 32, que também procurou a unidade em dezembro e retornou ao PROSUS nesta quinta-feira, ainda sem conseguir receber o medicamento. "Meu caso é judicializado desde 2008 ou 2010. Mesmo assim, eu não estou conseguindo pegar a insulina. Estou tendo que comprar do meu bolso. Em dezembro, gastei quase R$ 300,00 para conseguir manter meu tratamento", afirma.

O diabetes tipo 2 ocorre quando o corpo não aproveita adequadamente a insulina produzida. De acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 90% dos diabéticos são classificados como tipo 2, que têm causas diretamente relacionadas ao sobrepeso, sedentarismo, triglicerídeos elevados, hipertensão e hábitos alimentares inadequados.

Pedro Henrique, médico endocrinologista, esclarece que existem dois tipos de insulina para pacientes com diabetes tipo 2: a de ação prolongada, que é liberada lentamente ao longo do dia, e a de ação rápida, que é aplicada antes das refeições. "Sem a insulina adequada, o controle glicêmico fica prejudicado. O paciente não consegue bater as metas de controle da glicemia, então vai ficar com a diabetes mais descompensada", disse. Em alguns casos, pode ser necessário o uso das duas insulinas.

Segundo ele, essas insulinas ofertadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) são mais avançadas do que as opções mais antigas, desenvolvidas na década de 1980. "Com as insulinas mais antigas, o controle da glicose é muito mais precário, aumentando o risco de complicações. Para pacientes vulneráveis, como idosos, cardiopatas e transplantados, isso é ainda mais grave", alerta.

Diferentemente do que faz a mãe de Marília de Sá, o ajuste na alimentação não terá resultados significativos para diminuir os impactos por falta de uso da insulina. "No caso de diabetes tipo 2, pode-se tentar reduzir o uso de insulina com o uso de outras medicações, mas não é o ideal para todos", explica Pedro Henrique, médico endocrinologista.

Procurada pela reportagem da TRIBUNA DO NORTE, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), responsável pelo PROSUS, esclareceu que já foi realizado um processo de aquisição da insulina de ação prolongada, do tipo glargina. "O processo foi concluído e a secretaria aguarda o recebimento dos insumos por parte do fornecedor", cita a nota. Já as insulinas de ação rápida, a pasta afirma que a distribuição continua acontecendo normalmente.

"A Secretaria reforça que os usuários cadastrados no serviço devem realizar a renovação cadastral a cada seis meses para garantir o recebimento do insumo, podendo comparecer ao setor com até 60 dias de antecedência do término do prazo para realizar a renovação", conclui a nota da Secretaria Municipal de Saúde.

Desembargador potiguar é eleito para Câmara de Direito Empresarial

« CONQUISTA » Tasso Duarte de Melo foi eleito para a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial de São Paulo. O potiguar recebeu 12 votos. Anúncio foi nesta quarta-feira

O desembargador potiguar Tasso Duarte de Melo foi eleito para a 1.ª Câmara Reservada de Direito Empresarial de São Paulo. O anúncio foi feito nesta quarta-feira (29). A decisão foi tomada por meio de votação dos integrantes da Primeira Sessão de Julgamento do Órgão Especial.

O desembargador potiguar recebeu 12 votos e assume a vaga na 1.ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, em decorrência do desligamento do desembargador Alexandre Alves Lazzarini. Os desembargadores Rui Cascaldi, Carlos Alberto de Salles, Eduardo Azuma Nishi (presidente) e Marcelo Fortes Barbosa Filho e o juiz substituto em 2.º grau, João Batista de Mello Paula Lima, completam o colegiado, que tem competência para, excluídos os feitos de natureza penal, julgar os recursos e ações originárias relativos a falência, recuperação judicial e extrajudicial, sociedades anônimas, propriedade industrial e outros.

DIVULGAÇÃO



Tasso Duarte vive em São Paulo desde os 15 anos de idade, quando saiu da capital potiguar

Tasso Duarte vive em São Paulo desde os 15 anos de idade, quando saiu da capital potiguar. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie (turma de 1986). Ele comemorou a promoção para a 1.ª Câmara Reservada de Direito Empresarial de SP. "Eu me sinto realizado profissionalmente", disse.

Tasso Duarte ingressou na Magistratura, nomeado pelo 5.º Constitucional, Classe Advogado, em 2009. Em 2022, foi eleito para integrar o Órgão Especial, no biênio de julho de 2022 a julho de 2024.

Edital de Leilão Extrajudicial de Bem Imóvel.
Início 1ª Praça: 10/02/25 às 15:00hs - **Término 1ª Praça:** 12/02/2025 às 15:00hs.
Início 2ª Praça: 12/02/25 às 15:01hs - **Término 2ª Praça:** 19/02/2025 às 15:00hs.
Avaliação: R$ **602.104,49 - Lance mínimo em 2ª Praça:** R$ **682.394,00**
Bem: Casa em Emaús, Parnamirim/RN. Rua José Dário, nº 60 - Emaús, Parnamirim/RN.
Comissão: O arrematante pagará ao leiloeiro 5% de comissão sobre o valor da arrematação.
Leiloeiro: Marcus Vinicius Yoshimi Uebara - JUCESP: 1406.
www.destakleiloes.com.br - (11) 3107-0933 K-31/01e01/02

RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
CONCESSÃO DA RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA - Nº 2024-210361/TEC/RLS-0297
VENTOS DE SANTA TEREZA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., CNPJ 13.346.148/0001-24, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA a Renovação da Licença Simplificada nº 2024-210361/TEC/RLS-0297, com prazo de validade até 28/01/2031, em favor do **ACESSO INTERNO AMA 5,** localizado na zona rural do Município de Lajes/RN.
Jarbas Amaro de Souza Filho - Representante Legal

RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
CONCESSÃO DA RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA - Nº 2024-210250/TEC/RLS-0293
VENTOS DE SANTA TEREZA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., CNPJ 13.346.148/0001-24, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA a Renovação da Licença Simplificada nº 2024-210250/TEC/RLS-0293, com prazo de validade até 28/01/2031, em favor do **ACESSO INTERNO AMA 4,** localizado na zona rural do Município de Lajes/RN.
Jarbas Amaro de Souza Filho - Representante Legal

LOTEAMENTO CARMEM, inscrito sob o nº CNPJ: 32.847.619/0001-22, considerando o que dispõe a lei 6.766/1979 art. 19, art. 49 § 1º e § 2º, e considerando que os ora notificados encontram-se em lugar insabido ou recusaram a assinar a notificação realizada e certificada pelo Cartório Único Da Comarca De Canguaretama requer que sejam notificados por meio de edital os inadimplentes abaixo citados:

- **GENILEIDE DE OLIVEIRA DINIZ,** inscrita no CPF nº 078.027.604-37, contrato nº 1810379, com 11 parcelas em atraso e 162 a vencer, com último pagamento em 08/04/2024. Totalizando atualmente R$ 4.070,85 (quatro mil e setenta reais e oitenta e cinco centavos).
- **MARCIO DE OLIVEIRA,** inscrito no CPF nº 851.975.214-49, contrato nº 1810093, com 9 parcelas em atraso e 100 a vencer, com último pagamento em 25/04/2024. Totalizando atualmente R$ 3.891,77 (três mil oitocentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos).

SINDICATO DAS SECRETÁRIAS E SECRETÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SINSERN
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Sindicato das Secretárias e Secretários do Estado do Rio Grande do Norte por intermédio de sua presidente, a Sra. Rejane Soares Monteiro de Souza, no uso de suas atribuições estatutárias e consoante disposições estatutárias, convoca todos os integrantes das categorias dos trabalhadores em Empresas Prestadoras de Serviço, especificamente, nas funções de Secretárias e Secretários, Recepcionistas, Técnico Administrativos e Assistentes Executivos, na base territorial do Estado do RN, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se à Av. Lima e Silva, nº 76, Lagoa Nova, Natal/RN, no dia **11 de fevereiro de 2025, às 18h** em primeira convocação; e, no mesmo dia, às 18h30, em segunda e última convocação, para atender a seguinte ordem do dia: Aprovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2025, que será celebrada entre o SINSERN e o Sindicato Patronal das Empresas Prestadoras de Serviços. Natal/RN, 31 de janeiro de 2025.
Rejane Soares Monteiro de Souza - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS
AVISO DE LICITAÇÃO - SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025
O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN - PREFEITURA MUNICIPAL, através de seu Pregoeiro no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do Processo Licitatório nº 22/2025 na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para Locação de Trator acompanhado de grade aradora para o PROGRAMA CORTE DE TERRAS dos pequenos agricultores e produtores rurais do município de Montanhas/RN, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital. A abertura das propostas está prevista para o dia 14 de fevereiro de 2025, às 11h01min. O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, situada na Rua Nova, nº 30, centro – Montanhas/RN, no horário das 08h00min às 14h00min (de segunda à sexta-feira), em dias úteis, bem como através do fone/fax (84) 3240-2210, LICITA FÁCIL (http://licitafacil.tce.rn.gov.br/#/), site da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN (https://montanhas.rn.gov.br/) e-email: licitacao@montanhas.rn.gov.br e no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. Montanhas/RN, 30 de janeiro de 2025. LUIZ EDUARDO FERNANDES - Agente de Contratação/Pregoeiro da PMM/RN,

---

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A TEKGEO TECNOLOGIA EM GEOLOCALIZAÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 47.277.125/0001-27, com sede na Av. Deputado Gastão Mariz de Farias, 224, sala 10, Parnamirim/RN, CEP: 59152-110, onde exerce suas atividades, devidamente registrada com contrato social arquivado na JUCERN sob NIRE 24200983326, vem, por meio deste, **CONVOCAR** os seus sócios para participarem de Assembleia Geral Extraordinária, **na modalidade presencial**, a ser realizada no dia 07 de fevereiro de 2025, às 14h (primeira convocação) e, não havendo quórum, às 14:30h (segunda convocação), no endereço supracitado, conforme prerrogativas estabelecidas no contrato social e na legislação vigente. Considerando o dever do sócio administrador de convocar assembleia para tratar de questões relevantes à sociedade e em observância ao artigo 1.072 do Código Civil, bem como o encerramento do prazo para comprovação de integralização de quotas no dia 04 de janeiro de 2025, conforme previamente comunicado aos sócios, este edital objetiva debater medidas cabíveis com base nos dispositivos legais aplicáveis. Ordem do Dia: 1) Análise da situação do sócio remisso: 1) Discussão sobre a ausência de comprovação da integralização das quotas pela sócia Águia Guerreiro Administradora de Bens, Participações e Investimentos Ltda., conforme artigos 1.004, 1.031 e 1.058 do Código Civil. 2) Deliberação sobre eventual exclusão do sócio remisso e medidas previstas na legislação, incluindo, mas não se limitando a: Redistribuição das quotas do sócio remisso entre os demais sócios; Transferência a terceiros, conforme o art. 1.058 do Código Civil. 3) Outros assuntos relacionados à regularização da integralização das quotas e seus reflexos na saúde financeira e operacional da sociedade. Observações importantes: A convocação é realizada com base nos artigos 1.071, 1.072, 1.073, 1.078 e 1.152 do Código Civil, além das disposições contratuais pertinentes. As deliberações a serem tomadas na assembleia serão registradas em ata, para posterior arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (JUCERN). Este edital é publicado pela segunda oportunidade para ciência de todos os sócios na data de 30/01/2025. Natal/RN, 30 de janeiro de 2025. **PAULO RICARDO MARQUES GUEDES - Sócio Administrador.**

O LOTEAMENTO BREJINHO, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 21.268.692/0001-23, com sede na Av. Prudente de Morais, Loja 'H', piso inferior, Tirol, Centro Empresarial Djalma Marinho - CEP: 59020-090 – NATAL, RN, considerando o que dispõe a lei 6.766/1979 art. 19, art. 49 § 1º e § 2º, e considerando que o ora notificado encontra-se em lugar insabido ou recusou-se a assinar a notificação realizada e certificada pelo Cartório Único Da Comarca De Canguaretama requer que seja notificado por meio de edital o inadimplente abaixo citado:

- **ANDRÉ PEREIRA DE OLIVEIRA,** inscrito no CPF nº 085.307.814-90, contrato nº 1410024, com 8 parcelas em atraso e 17 a vencer, com último pagamento em 06/05/2024. Totalizando atualmente R$ 3.829,74 (três mil oitocentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos).
- **SEVERINA BENTA DA SILVA,** inscrita no CPF nº 009.298.214-08, contrato nº 1410155, com 5 parcelas em atraso e 54 a vencer, com último pagamento em 06/12/2024. Totalizando atualmente R$ 1.824,20 (mil oitocentos e vinte e quatro reais e vinte centavos).

Assim, os inadimplentes listados acima serão considerados intimados a realizar a purgação da mora no prazo legal de 10 + 30 dias a partir da data de publicação desse Edital.

O pagamento deverá ser realizado por depósito bancário na conta CONTA 000578384553-8 AGÊNCIA 0759 OPERAÇÃO 003 DO BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM NOME **LOTEAMENTO CARMEM - BREJINHO**.

CLUBE DO ASSINANTE TN TRIBUNA DO NORTE

Atenção, assinantes da Tribuna do Norte!

Informamos que, em breve, as listas de transmissão serão **desativadas.** Para continuar recebendo nossas promoções e conteúdos exclusivos, pedimos que façam a **migração para a nossa nova comunidade de promoções.**

LEIA O QRCODE E JUNTE-SE A NÓS!

As promoções do clube do assinante também são divulgadas no jornal impresso e instagram no perfil **@tribunadonorte**.

SISTEMA TRIBUNA | TRIBUNA DO NORTE | JP NEWS

GRUPOSERVENG

CANTO DA ILHA GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ/MF nº 13.336.397/0001-39

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(em milhares de Reais)*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	2	Fornecedores	8 e 9	25	26
Aplicações financeiras	4	898	816	Obrigações tributárias		241	233
Contas a receber	5 e 9	1.623	1.561	Dividendo a pagar	9	2.258	2.336
Impostos a recuperar		28	11	Arrendamentos a pagar	7	138	132
Despesas antecipadas		104	26			**2.662**	**2.727**
		2.654	**2.416**	**Não circulante**			
				Provisão para desmobilização	7	443	407
Não Circulante				Arrendamentos a pagar	7	2.116	2.328
Imobilizado	6 e 7	40.856	43.114			**2.559**	**2.735**
Outras contas a receber		931	312	**Patrimônio líquido**	11		
		41.787	**43.426**	Capital social		28.410	28.410
				Reservas de lucros		10.810	11.970
						39.220	**40.380**
Total do Ativo		**44.441**	**45.842**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**44.441**	**45.842**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**28.410**	**1.916**	**9.509**	-	**39.835**
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Redução de capital		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	11	-	-	-	9.835	**9.835**
Reserva legal	11.b	-	492	-	(492)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(2.336)	**(2.336)**
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	7.007	(7.007)	-
Dividendos adicional	11.c	-	-	(6.954)	-	**(6.954)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**28.410**	**2.408**	**9.562**	-	**40.380**
Lucro do exercício	11	-	-	-	9.510	**9.510**
Reserva legal	11.b	-	476	-	(476)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(2.259)	**(2.259)**
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	6.776	(6.776)	-
Distribuição de dividendos	11.c	-	-	(8.411)	-	**(8.411)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**28.410**	**2.883**	**7.927**	-	**39.220**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	12	**16.329**	**16.572**
(-) Custo dos produtos vendidos	13	(6.203)	(5.970)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**10.126**	**10.602**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(75)	(148)
Outras receitas/(despesas) líquidas	13	-	(63)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**10.051**	**10.391**
Receitas financeiras	14	266	291
Despesas financeiras	14	(219)	(242)
(=) Resultado financeiro líquido		**47**	**49**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**10.098**	**10.440**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	15	(588)	(605)
(=) Lucro líquido do exercício		**9.510**	**9.835**
Lucro líquido por ação		**0,322**	**0,333**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

		2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	**11**	**9.510**	**9.835**
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente do exercício		**9.510**	**9.835**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		**9.510**	**9.835**
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Juros e variações monetárias		2.182	2.188
(+) Depreciação e amortização	6	209	228
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado		-	-
		11.901	**12.251**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		(82)	723
Conta s receber		(62)	(190)
Estoques		-	-
Impostos a recuperar		(17)	(11)
Despesas antecipadas		(79)	(3)
Outras contas a receber		(620)	(58)
Aumento líquido /(redução) nos passivos			
Fornecedores		(1)	(3.186)
Obrigações tributárias		7	75
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**11.047**	**9.601**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	6	-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	-
Arrendamentos pagos		(301)	(311)
Financiamentos pagos		-	-
Dividendos pagos	11.c	(10.747)	(9.303)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(11.048)**	**(9.614)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(13)**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2	15
No fim do exercício		1	2
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(13)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 7.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Canto da Ilha Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Miguel do Gostoso, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Canto da Ilha de Cima, s/nº, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 04 de fevereiro de 2012. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Resolução Autorizativa nº 3.121, de 13 de setembro de 2011 e Despacho nº 3.270 de 27 de setembro de 2013. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada da EOL União dos Ventos VI, no município de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, com 12.800 kW de capacidade instalada constituída por oito unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de janeiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 5** -Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 16** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; • **Nota 7** - Provisões para desmobilização; • **Nota 10** - Provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024.:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública : Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	**2024**	**2023**
Bancos conta movimento	1	2
Aplicações financeiras **(a)**	898	816
	899	**818**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2023 (13,03% a.a. em 2022).

5. Contas a receber:	**2024**	**2023**
Contas a receber – partes relacionadas (Nota 9)	1.623	1.561
	1.623	**1.561**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. Imobilizado:	**2024**	**2023**
Aerogeradores	36.886	38.788
Instalações e benfeitorias	1.020	1.073
Máquinas e equipamentos	1.029	1.081
Direito de uso	1.921	2.172
	40.856	**43.114**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições/ Baixa/ Transf.	2023	Adições/ Baixa/ Transf.	2024
Aerogeradores	-	57.049	-	57.049	-	57.049
Instalações e benfeitorias	-	1.580	-	1.580	-	1.580
Máquinas e equipamentos	-	1.554	-	1.554	-	1.554
		60.183	-	**60.183**	-	**60.183**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(16.359)	(1.902)	(18.261)	(1.902)	(20.163)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(454)	(53)	(507)	(53)	(560)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(422)	(51)	(473)	(52)	(525)
		(17.235)	**(2.006)**	**(19.241)**	**(2.007)**	**(21.248)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		2.760	133	2.893	(76)	2.817
(-) Amortização		(540)	(181)	(721)	(175)	(896)
		2.220	**(48)**	**2.172**	**(251)**	**1.921**
		45.168	**(2.054)**	**43.114**	**(2.258)**	**40.856**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	**2024**	**2023**
Direito de uso do ativo arrendado	2.819	2.893
Amortização do período	(896)	(721)
Saldo contábil líquido	**1.923**	**2.172**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	301	311
(-) Juros a apropriar	(163)	(179)
	138	**132**
Arrendamento a pagar	3.006	3.416
(-) Juros a apropriar	(890)	(1.088)
Provisão para desmobilização	443	407
	2.559	**2.735**
Saldo contábil líquido	**2.697**	**2.867**

Passivo: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	**2024**
2025	148
2026	160
2027	172
2028	185
2029	199
2030 em diante	1.252
	2.116

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	**2023**
Fornecedores	25	26
	25	**26**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladoras.

9. Partes relacionadas:

Descrição	**Ativo 2024**	**Ativo 2023**	**Passivo 2024**	**Passivo 2023**
Ventos Potiguares (a)	1.623	1.561	-	-
Ventos Potiguares (b)	-	-	2.258	2.336
	1.623	**1.561**	**2.258**	**2.336**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem aos dividendos propostos do exercício. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10. Provisão para demandas judiciais: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

11. Patrimonio líquido: (a) Capital Social: O capital social integralizado de R$28.410 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 29.507 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$2.883 mil em 31 de dezembro de 2024 (R$2.408 mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	**2023**
Resultado do Exercício	9.510	9.835
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	5%	5%
	476	**492**

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício após reserva legal	9.035	9.343
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**2.259**	**2.336**
Dividendos pagos		
Dividendos mínimos pagos (i)	2.336	2.349
Dividendos adicionais pagos do exercício (i)	8.411	6.954
Total	**10.747**	**9.303**

(i) Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R$ 10.747 mil, desse valor R$ 8.411 referem se a dividendos adicionais de 2024, e R$ 2.336 mil referem se a dividendos propostos de 2023 pagos durante o exercício de 2024. **(d) Reserva de lucros:** Após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos a Companhia detém de reserva de lucros no montante de R$ 7.927 mil em 31 de dezembro de 2024 (de R$ 9.562 mil em 31 de dezembro de 2023).

12. Receita liquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração e são geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	**2024**	**2023**
Venda de energia mercado livre	16.947	17.200
	16.947	**17.200**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(110)	(112)
COFINS sobre faturamento	(508)	(516)
	(618)	**(628)**
Receita líquida de vendas	**16.329**	**16.572**

13. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **13.1. Custos de energia elétrica:**

Classificação por função	**2024**	**2023**
Custo dos produtos vendidos	(6.203)	(5.970)
Despesas administrativas e gerais	(75)	(148)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	(63)
	(6.278)	**(6.181)**

13.2. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:

Custos/Despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/ despesas administrativas e gerais	2024 Total	2023 Total
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição	(792)	-	(792)	(734)
Despesas com pessoal	(395)	(9)	(404)	(403)
Material	(41)	(1)	(42)	(46)
Serviços de terceiros	(2.526)	(15)	(2.541)	(2.433)
Depreciação e amortização (i)	(2.181)	-	(2.181)	(2.188)
Seguros	(157)	-	(157)	(156)
Tributos e taxas	(57)	(22)	(79)	(65)
Arrendamento de terra	-	-	-	(2)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(53)	(29)	(82)	(151)
	6.202	**76**	**6.278**	**(6.181)**

14. Receitas e despesas financeiras líquidas:

Receitas financeiras	**2024**	**2023**
Rendimentos sobre aplicações financeiras	265	290
Descontos obtidos	1	1
	266	**291**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	-	-
Juros sobre arrendamento	(209)	(227)
Despesas bancárias	(5)	(5)
Outras	(5)	(10)
	(219)	**(242)**

15. Imposto de renda e contribuição social - corrente

Imposto de Renda	**2024**	**2023**
Receita bruta	**16.947**	**17.200**
Alíquota	8%	8%
	1.356	**1.376**
Outras receitas, inclusive financeiras.	266	291
Base de cálculo	**1.622**	**1.667**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(243)	(250)
Adicional federal de 10%	(138)	(143)
Imposto apurado	**(381)**	**(393)**
Contribuição social		
Receita bruta	**16.947**	**17.200**
Alíquota	12%	12%
	2.034	**2.064**
Outras receitas, inclusive financeiras.	266	291
Base de cálculo	**2.299**	**2.355**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(207)**	**(212)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(588)**	**(605)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	17.213	17.490
Imposto calculado (IR/CS)	(588)	(605)
	3,42%	**3,46%**

16. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **16.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **16.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	**Até 2 anos**	**+ 2 anos**
Fornecedores	25	-	-

16.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **16.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$2.522, (R$2.379 em 2022) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **16.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **16.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo 2024	**Valor justo 2023**
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1	2
Aplicações financeiras	898	816
Contas a receber	1.623	1.561
Total	**2.522**	**2.379**
Passivos financeiros		
Fornecedores	25	26
Total	**25**	**26**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria:**

2024

Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	898	-
Contas a receber	1.623	-	-
Total	**1.624**	**898**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	25	-	-
Total	**25**	-	-

2023

Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-
Aplicações financeiras	-	816	-
Contas a receber	1.561	-	-
Total	**1.563**	**816**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	26	-	-
Total	**26**	-	-

16.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **16.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2022) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2022) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	**Exposição**	**Risco**	**Provável**	**Aumento 25%**	**Aumento 50%**	**Redução 25%**	**Redução 50%**
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	266	12,15	32	40	48	24	16
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(219)	7,43%	(16)	(20)	(24)	(12)	(8)
Resultado financeiro			**16**	**20**	**24**	**12**	**8**

17. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1SP252875/O-1

GRUPOSERVENG

ENERGIA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ/MF nº 13.336.223/0001-76

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	2
Aplicações financeiras	4	3.499	1.225
Contas a receber	5 e 9	2.743	2.651
Estoques		-	-
Despesas antecipadas		181	46
		6.426	**3.924**
Não Circulante			
Depósitos judiciais		46	46
Contas a receber		2.594	1.517
Imobilizado	6 e 7	73.942	77.745
Intangível		-	166
		76.582	**79.474**
Total do Ativo		**83.008**	**83.398**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	8 e 9	47	46
Obrigações tributárias		413	393
Dividendo a pagar	9	3.601	3.875
Arrendamentos a pagar	7	291	260
		4.352	**4.574**
Não circulante			
Provisão para contingência	10	-	-
Provisão para desmobilização	7	815	751
Arrendamentos a pagar	7	3.491	3.628
		4.306	**4.379**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		59.215	59.215
Reservas de lucros		15.135	15.230
		74.350	**74.445**
Total do passivo e patrimônio líquido		**83.008**	**83.398**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**59.215**	**2.756**	**17.059**	**-**	**79.031**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.316	16.316
Reserva legal	11.b	-	816	-	(816)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(3.875)	(3.875)
Dividendos adicional	11.c	-	-	(17.026)	-	(17.026)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	11.625	(11.625)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**59.215**	**3.572**	**11.658**	**-**	**74.445**
Lucro do exercício		-	-	-	15.164	15.164
Reserva legal	11.b	-	758	-	(758)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(3.601)	(3.601)
Dividendos adicional	11.c	-	-	(11.658)	-	(11.658)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	10.804	(10.804)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**59.215**	**4.330**	**10.804**	**-**	**74.350**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	12	**27.584**	**27.996**
(-) Custo dos produtos vendidos	13	(11.093)	(10.677)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**16.491**	**17.319**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(148)	(243)
Outras receitas/(despesas) líquidas	13	(159)	27
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**16.184**	**17.103**
Receitas financeiras	14	418	847
Despesas financeiras	14	(417)	(465)
(=) Resultado financeiro líquido		**1**	**382**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**16.185**	**17.485**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	15	(1.021)	(1.169)
(=) Lucro líquido do exercício		**15.164**	**16.316**
Lucro líquido por ação		**0,246**	**0,264**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	11	**15.164**	**16.316**
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		**15.164**	**16.316**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		**15.164**	**16.316**
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	6	3.963	3.940
Juros e variações monetárias		351	383
Provisão para contingências	14	-	(9)
Resultado com impairment de ativos e passivo oneroso		165	(20)
		19.643	**20.610**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicações financeiras		(2.274)	2.319
Contas a receber		(92)	(540)
Estoques		-	102
Impostos a recuperar		-	-
Despesas antecipadas		(135)	(6)
Depósitos judiciais		-	(4)
Outras contas a receber		(1.077)	(101)
Aumento líquido /(redução) nos passivos			
Fornecedores		1	(1.014)
Obrigações tributárias		20	43
Outras contas a pagar		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**16.086**	**21.409**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-
Aquisição de imobilizado	6	-	(102)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		**-**	**(102)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	-
Arrendamentos pagos		(552)	(532)
Financiamentos pagos		-	-
Dividendos pagos	11.c	(15.533)	(20.778)
Caixa Liquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(16.085)**	**(21.310)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1**	**(3)**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2	5
No fim do exercício		3	2
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1**	**(3)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Boca de Campo, s/nº, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Resolução Autorizativa nº 4.111, de 14 de maio de 2013 e Despacho nº 3.265 de 27 de setembro de 2013. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos I, no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, com 22.400 kW de capacidade instalada constituída por quatorze unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de janeiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 5** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 16** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; • **Nota 7** - Provisões para desmobilização; • **Nota 10** - Provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Bancos conta movimento	3	2
Aplicações financeiras **(a)**	3.499	1.225
	3.502	**1.227**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:

	2024	2023
Clientes	-	14
Contas a receber - partes relacionadas **(a)** (Nota 9)	2.743	2.637
	2.743	**2.651**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. Imobilizado:

	2024	2023
Aerogeradores	65.614	68.967
Instalações e benfeitorias	2.587	2.720
Máquinas e equipamentos	2.479	2.611
Móveis e utensílios	42	49
Direito de uso	3.220	3.398
	73.942	**77.745**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições/Baixas/Transf.	2023	Adições/Baixas/Transf.	2024
Aerogeradores	-	100.600	-	100.600	-	100.600
Instalações e benfeitorias	-	3.999	-	3.999	-	3.999
Máquinas e equipamentos	-	3.641	102	3.743	-	3.743
Móveis e utensílios	-	63	-	63	-	63
		108.303	**102**	**108.405**	**-**	**108.405**
Depreciação						
Aerogeradores	3.6	(28.280)	(3.353)	(31.633)	(3.353)	(34.986)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(1.146)	(133)	(1.279)	(133)	(1.412)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(1.009)	(123)	(1.132)	(132)	(1.264)
Móveis e utensílios	10	(7)	(7)	(14)	(7)	(21)
		(30.442)	(3.616)	(34.058)	(3.625)	(37.683)
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		4.669	122	4.791	160	4.951
(-) Amortização		(1.070)	(323)	(1.393)	(338)	(1731)
		3.599	**(201)**	**3.398**	**(178)**	**3.229**
		81.460	**(3.715)**	**77.745**	**(3.803)**	**73.942**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	**2024**	**2023**
Direito de uso do ativo arrendado	4.951	4.791
Amortização do período	(1731)	(1.393)
Saldo contábil líquido	**3.220**	**3.398**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	563	540
(-) Juros a apropriar	(272)	(280)
	291	**260**
Arrendamento a pagar	4.694	5.044
(-) Juros a apropriar	(1.203)	(1.416)
Provisão para desmobilização	815	751
	4.306	**4.379**
Saldo contábil líquido	**4.597**	**4.639**

Passivo total: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	
2025	314
2026	338
2027	364
2028	393
2029	423
2029 em diante	1.659
	3.491

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2)/IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	47	46
	47	**46**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladoras.

9. Partes relacionadas:

Descrição	Ativo 2024	Ativo 2023	Passivo 2024	Passivo 2023
Ventos Potiguares **(a)**	2.743	2.651	-	-
Ventos Potiguares **(b)**	-	-	3.601	3.875
	2.743	**2.651**	**3.601**	**3.875**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem aos dividendos propostos do exercício. **Remuneração do pessoal--chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10. Provisão para demandas judiciais: A Companhia não faz parte de ações cujo risco de perda considerado provável pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos em 31 de dezembro de 2024. **10.1. Ações indenizatórias:** A Companhia é parte em ações indenizatórias por perda e danos. Atualmente o montante perfaz no valor de respectivamente de R$1.200mil em 31 de dezembro de 2023. A Companhia avaliou como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

11. Patrimonio líquido: (a) Capital Social: O capital social integralizado de R$59.215 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 61.760 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$4.330 mil em 31 de dezembro de 2024 (R$3.572mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Resultado do exercício	15.164	16.316
	5%	5%
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	**758**	**816**

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício após reserva legal	14.406	15.500
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**3.601**	**3.875**
Dividendos pagos		
Dividendos mínimos pagos **(i)**	3.875	3.752
Dividendos adicionais pagos do exercício **(i)**	11.658	17.026
Total	**15.533**	**20.778**

(i) Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R$ 15.533mil, desse valor R$ 11.658 mil referem se a dividendos adicionais de 2024, e R$ 3.875 mil referem se a dividendos propostos de 2023 pagos durante o exercício de 2024. **(d) Reserva de lucros:** Após a destinação da reserva legal e dividendos adicionais e mínimos da Companhia detém de reserva de lucros no montante de R$10.804 mil em 31 de dezembro de 2024 (de R$11.658 mil em 31 de dezembro de 2023).

12. Receita liquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração e são geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	**2024**	**2023**
Venda de energia mercado livre	28.629	29.055
	28.629	**29.055**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(186)	(189)
COFINS sobre faturamento	(859)	(870)
	(1.045)	**(1.059)**
Receita líquida de vendas	**27.584**	**27.996**

13. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **13.1. Custos de energia elétrica:**

Classificação por função	**2024**	**2023**
Custo dos produtos vendidos	(11.093)	(10.677)
Despesas administrativas e gerais	(148)	(243)
Outras receitas (despesas) líquidas	(159)	27
	11.400	**10.893**

13.2. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:

Custos/Despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/despesas administrativas e gerais	2024 Total	2023 Total
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição	(1.388)	-	(1.388)	(1.293)
Despesas com pessoal	(691)	(15)	(706)	(684)
Material	(83)	-	(83)	(80)
Serviços de terceiros	(4.414)	(25)	(4.439)	(4.225)
Depreciação e amortização **(i)**	(3.963)	-	(3.963)	(3.940)
Seguros	(276)	-	(276)	(274)
Tributos e taxas	(114)	(47)	(161)	(96)
Arrendamento de terra	-	-	-	(4)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(163)	(221)	(384)	(261)
	(11.092)	**(308)**	**(11.400)**	**(10.893)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 7.

14. Receitas e despesas financeiras líquidas:

Receitas financeiras	**2024**	**2023**
Rendimentos sobre aplicações financeiras	417	845
Outras	1	2
	418	**847**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	-	-
Juros sobre arrendamento	(352)	(453)
Despesas bancárias	(5)	(5)
Outras	(60)	(7)
	(417)	**(465)**

15. Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Imposto de Renda	**2024**	**2023**
Receita bruta	28.629	29.055
Alíquota	8%	8%
	2.290	**2.324**
Outras receitas, inclusive financeiras.	481	877
Base de cálculo	**2.771**	**3.201**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(416)	(480)
Adicional federal de 10%	(253)	(296)
Imposto apurado	**(669)**	**(776)**
Contribuição social		
Receita bruta	28.629	29.055
Alíquota	12%	12%
	3.435	**3.487**
Outras receitas, inclusive financeiras	481	877
Base de cálculo	**3.917**	**4.364**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(352)**	**(393)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(1.021)**	**(1.169)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	29.110	29.932
Imposto calculado (IR/CS)	(1.021)	(1.169)
	3,51%	**3,91%**

16. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **16.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **16.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	47	-	-

16.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **16.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$6.245 (R$3.878 em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **16.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **16.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo 2024	Valor justo 2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	3	2
Aplicações financeiras	3.499	1.225
Contas a receber	2.743	2.651
Total	**6.245**	**3.878**
Passivos financeiros		
Fornecedores	47	46
Total	**47**	**46**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria:**

2024

	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	-
Aplicações financeiras	-	3.499	-
Contas a receber	2.743	-	-
Total	**2.746**	**3.499**	**-**
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	47
Total	**-**	**-**	**47**

2023

	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-
Aplicações financeiras	-	1.225	-
Contas a receber	2.651	-	-
Total	**3.878**	**1.225**	**-**
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	46
Total	**-**	**-**	**46**

16.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **16.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,557,20% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento 25%	Aumento 50%	Redução 25%	Redução 50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	418	12,15%	51	64	77	38	26
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(417)	7,43%	(31)	(39)	(47)	(23)	(16)
Resultado financeiro			**20**	**25**	**30**	**15**	**10**

17. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1SP252875/O-1



ESQUINA DOS VENTOS GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ/MF nº 13.336.404/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	2
Aplicações financeiras	4	1.220	840
Contas a receber	5 e 9	1.878	1.600
Estoques		5	5
Impostos a recuperar		12	12
Despesas antecipadas		117	30
		3.233	**2.489**
Não Circulante			
Depósitos judiciais		27	27
Imobilizado	6 e 7	1.098	48.280
Outras contas a receber		45.927	406
		47.052	**48.713**
Total do Ativo		**50.285**	**51.202**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	8 e 9	27	26
Financiamentos e Debêntures	9	-	-
Obrigações tributárias		279	241
Dividendo a pagar	9	2.638	2.160
Arrendamentos a pagar	7	150	133
Outras contas a pagar		-	-
		3.094	**2.560**
Não circulante			
Provisão para desmobilização	7	499	458
Arrendamentos a pagar	7	2.298	2.339
		2.797	**2.797**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		32.083	32.083
Reservas de lucros		12.311	13.762
		44.394	**45.845**
Total do passivo e patrimônio líquido		**50.285**	**51.202**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	12	**18.891**	**17.920**
(-) Custo dos produtos vendidos	13	(7.030)	(6.718)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**11.861**	**11.202**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(78)	(163)
Outras receitas/(despesas) líquidas	13	-	(1.267)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**11.783**	**9.772**
Receitas financeiras	14	307	339
Despesas financeiras	14	(299)	(352)
(=) Resultado financeiro líquido		**8**	**(13)**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**11.791**	**9.759**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	15	(684)	(664)
(=) Lucro líquido do exercício		**11.107**	**9.095**
Lucro líquido por ação		**0,344**	**0,282**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	11	**11.107**	**9.095**
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		**11.107**	**9.095**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**32.083**	**2.414**	**12.040**	**-**	**46.537**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.095	9.095
Reserva legal	11.b	-	455	-	(455)	-
Dividendos adicional	11.c	-	-	-	(2.160)	(2.160)
Dividendos propostos	11.c	-	-	(7.628)	-	(7.628)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	6.480	(6.480)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**32.083**	**2.869**	**10.893**	**-**	**45.845**
Lucro do exercício		-	-	-	11.107	11.107
Reserva legal	11.b	-	555	-	(555)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(2.638)	(2.638)
Dividendos adicional	11.c	-	-	(9.919)	-	(9.919)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	7.913	(7.913)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**32.083**	**3.424**	**8.887**	**-**	**44.394**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		**11.107**	**9.095**
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Juros e variações monetárias		229	338
(+) Depreciação e amortização		2.467	2.447
(+) Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados		-	1.249
		13.803	**13.129**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		(380)	1.010
Conta s receber		(278)	(1.031)
Estoques		-	117
Impostos a recuperar		-	(12)
Despesas antecipadas		(87)	(4)
Outras contas a receber		(692)	(65)
Aumento líquido/(redução) nos passivos			
Fornecedores		1	(2.033)
Obrigações tributárias		38	141
Outras contas a pagar		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**12.405**	**11.252**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		-	(258)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		**-**	**(258)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	-
Arrendamentos pagos		(327)	(312)
Financiamentos pagos		-	-
Dividendos pagos	11.c	(12.079)	(10.684)
Caixa Liquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(12.406)**	**(10.996)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(2)**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2	4
No fim do exercício		1	2
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(2)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Campinas da Praia, s/nº, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Resolução Autorizativa nº 3.123, de 13 de setembro de 2011 e o Despacho nº 4.304, de 03 de novembro de 2011, com o início de sua operação em abril de 2014. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos VIII, no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, com 14.400 kW de capacidade instalada constituída por nove unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de janeiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 5** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 16** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; • **Nota 7** - Provisões para desmobilização; • **Nota 10** - Provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração e apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Bancos conta movimento	1	2
Aplicações financeiras **(a)**	1.220	840
	1.221	**842**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:

	2024	2023
Contas a receber - partes relacionadas **(a)** (Nota 9)	1.878	1.600
	1.878	**1.600**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. Imobilizado:

	2024	2023
Aerogeradores	41.304	43.449
Instalações e benfeitorias	1.152	1.211
Máquinas e equipamentos	1.388	1.461
Direito de uso	2.083	2.159
	45.927	**48.280**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições	2023	Adições	2024
Aerogeradores	-	64.329	-	64.329	-	64.329
Instalações e benfeitorias	-	1.776	-	1.776	-	1.776
Máquinas e equipamentos	-	1.840	117	1.957	-	1.957
		67.945	**117**	**68.062**	**-**	**68.062**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(18.736)	(2.145)	(20.881)	(2.144)	(23.025)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(506)	(60)	(564)	(60)	(624)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(433)	(60)	(495)	(74)	(569)
		(19.675)	**(2.266)**	**(21.940)**	**(2.278)**	**(24.218)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		2.804	141	2.945	114	3.059
(-) Amortização		607	(1394)	(787)	(189)	(976)
		3.411	**(1.253)**	**2.158**	**(75)**	**2.083**
		51.681	**(3.401)**	**48.280**	**(2.353)**	**45.927**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2024	2023
Direito de uso do ativo arrendado	3.059	2.945
Amortização do período	(976)	(787)
Saldo contábil líquido	**2.083**	**2.158**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	327	312
(-) Juros a apropriar	(117)	(179)
	210	**133**
Arrendamento a pagar	3.265	3.433
(-) Juros a apropriar	(967)	(1.093)
Provisão para desmobilização	499	458
	2.797	**2.798**
Saldo contábil líquido	**3.007**	**2.931**

Passivo: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	**2024**
2025	161
2026	173
2027	187
2028	201
2029	217
2030 em diante	1.359
	2.298

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2)/IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores (Nota 9)	27	26
	27	**26**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladoras.

9. Partes relacionadas:

Descrição	Ativo 2024	Ativo 2023	Passivo 2024	Passivo 2023
Ventos Potiguares **(a)**	1.878	1.600	-	-
Ventos Potiguares **(b)** (nota 12.c)	-	-	2.638	2.160
	1.878	**1.600**	**2.638**	**2.160**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem aos dividendos propostos do exercício. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10. Provisão para demandas judiciais: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

11. Patrimonio líquido: (a) Capital Social: O capital social integralizado de R$32.083 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 32.282 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$3.424 mil em 31 de dezembro de 2024 (R$2.869 mil em 31 de dezembro de 2023) .

	2024	2023
Resultado do exercício	11.107	9.095
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	5%	5%
	555	**455**

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício após a reserva legal	10.552	8.640
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**2.638**	**2.160**
Dividendos pagos		
Dividendos mínimos pagos **(i)**	2.160	3.057
Dividendos adicionais pagos do exercício **(i)**	9.919	7.628
Total	**12.079**	**10.684**

(i) Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R$ 12.079 mil, desse valor R$ 9.919 referem se a dividendos adicionais de 2024, e R$ 2.160 mil referem se a dividendos propostos de 2023 pagos durante o exercício de 2024. **(d) Reserva de lucros:** Após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos a Companhia detém de reserva de lucros no montante de R$ 8.887 mil em 31 de dezembro de 2024 (de R$ 10.893 mil em 31 de dezembro de 2023).

12. Receita liquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração e são geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	**2024**	**2023**
Venda de energia mercado livre	19.606	18.599
	19.606	**18.599**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(127)	(121)
COFINS sobre faturamento	(588)	(558)
	(715)	**(679)**
Receita líquida de vendas	**18.891**	**17.920**

13. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **13.1. Custos de energia elétrica:**

Classificação por função	**2024**	**2023**
Custo dos produtos vendidos	(7.030)	(6.718)
Despesas administrativas e gerais	(78)	(163)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	(1.267)
	(7.108)	**(8.148)**

13.2. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:

Custos/Despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/despesas administrativas e gerais	2024 Total	2023 Total
Custo de energia				
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição	(927)	-	(927)	(898)
Despesas com pessoal	(445)	(10)	(455)	(451)
Material	(52)	-	(52)	(51)
Serviços de terceiros	(2.840)	(16)	(2.856)	(2.684)
Seguros	(177)	-	(177)	(176)
Depreciação e amortização **(i)**	(2.468)	-	(2.468)	(2.447)
Tributos e taxas	(64)	(19)	(83)	(75)
Arrendamento de terra	-	-	-	3
Outras (despesas)/receitas operacionais	(58)	(32)	(90)	(1.365)
	(7.031)	**(77)**	**(7.108)**	**(8.148)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 7.

14. Receitas e despesas financeiras líquidas:

Receitas financeiras	**2024**	**2023**
Rendimentos sobre aplicações financeiras	306	339
Outras	1	-
	307	**339**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(60)	(44)
Juros sobre arrendamento	(229)	(295)
Despesas bancárias	(5)	(5)
Outras	(5)	(8)
	(299)	**(352)**

15. Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Imposto de Renda	**2024**	**2023**
Receita bruta	19.606	18.599
Alíquota	8%	8%
	1.159	**1.488**
Outras receitas, inclusive financeiras.	307	339
Base de cálculo	**1.876**	**1.827**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(281)	(274)
Adicional federal de 10%	(164)	(159)
Imposto apurado	**(445)**	**(433)**
Contribuição social		
Receita bruta	19.606	18.599
Alíquota	12%	12%
	2.353	**2.232**
Outras receitas, inclusive financeiras.	307	339
Base de cálculo	**2.660**	**2.940**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(239)**	**(231)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(684)**	**(664)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	19.913	18.938
Imposto calculado (IR/CS)	(684)	(664)
	3,44%	**3,51%**

16. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **16.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **16.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**+ 2 anos**
Fornecedores	27	-	-

16.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **16.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$3.099 (2.442 em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **16.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **16.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo 2024	Valor justo 2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1	2
Aplicações financeiras	1.220	840
Contas a receber	1.878	1600
Total	**3.099**	**2.442**
Passivos financeiros		
Fornecedores	27	26
Financiamentos	-	-
Total	**27**	**26**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria:**

2024

Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	1.220	-
Contas a receber	1.878	-	-
Total	**1.879**	**1.220**	**-**
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	27
Total	**-**	**-**	**27**

2023

Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-
Aplicações financeiras	-	840	-
Contas a receber	1600	-	-
Total	**1.602**	**840**	**-**
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	26
Financiamentos	-	-	-
Total	**-**	**-**	**26**

16.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **16.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento 25%	Aumento 50%	Redução 25%	Redução 50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	307	12,15%	37	46	56	28	19
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(299)	7,43%	(22)	(28)	(33)	(17)	(11)
Resultado financeiro			**15**	**18**	**23**	**11**	**8**

17. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci
CRC 1SP252875/O-1

GRUPOSERVENG

MORRO DOS VENTOS GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ/MF nº 13.336.386/0001-59

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	2
Aplicações financeiras	4	1.603	928
Contas a receber	5 e 9	2.936	2.822
Estoques		71	70
Impostos a recuperar		20	20
Despesas antecipadas		194	50
		4.825	**3.892**
Não Circulante			
Imobilizado	6 e 7	76.431	80.667
Intangível		-	42
Outras contas a receber		1.601	448
		78.032	**81.157**
Total do Ativo		**82.857**	**85.049**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	8 e 9	48	48
Obrigações tributárias		438	430
Dividendo a pagar	9	3.961	4.162
Arrendamentos a pagar	7	258	247
		4.705	**4.887**
Não circulante			
Provisão para desmobilização	7	840	772
Arrendamentos a pagar	7	3.968	4.365
		4.808	**5.137**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		56.480	56.480
Reservas de lucros		16.864	18.545
		73.344	**75.025**
Total do passivo e patrimônio líquido		**82.857**	**85.049**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**56.480**	**3.273**	**16.511**	-	**76.263**
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
Redução de Capital		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.524	17.524
Reserva legal	11.b	-	876	-	(876)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(4.162)	(4.162)
Distribuição adicional	11.c	-	-	(14.600)	-	(14.600)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	12.486	(12.486)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**56.480**	**4.149**	**14.396**	-	**75.025**
Lucro do exercício		-	-	-	16.676	16.676
Reserva legal	11.b	-	834	-	(834)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(3.961)	(3.961)
Dividendos adicional	11.c	-	-	(14.396)	-	(14.396)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	11.882	(11.882)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**56.480**	**4.983**	**11.882**	-	**73.345**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Miguel do Gostoso, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Canto de Ilha de Cima, s/nº, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Resolução Autorizativa nº 3.128, de 13 de setembro de 2011e o Despacho nº 4.307, de 03 de novembro de 2011, com o início de sua operação em abril de 2014. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos V, no município de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, com 24.000 kW de capacidade instalada constituída por quinze unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de janeiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 5** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 16** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; • **Nota 7** - Provisões para desmobilização; • **Nota 10** - Provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública : Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2024	2023
Bancos conta movimento	1	2
Aplicações financeiras **(a)**	1.603	928
	1.604	**930**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2023 (13,03% a.a. em 2022).

5. Contas a receber:	2024	2023
Contas a receber - partes relacionadas **(a)** (Nota 9)	2.936	2.822
	2.936	**2.822**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. Imobilizado:	2024	2023
Aerogeradores	67.442	70.930
Instalações e benfeitorias	3.270	3.440
Máquinas e equipamentos	2.119	2.224
Direito de uso	3.600	4.073
	76.431	**80.667**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	12	**29.525**	**29.965**
(-) Custo dos produtos vendidos	13	(11.616)	(11.183)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**17.909**	**18.782**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(136)	(246)
Outras receitas/(despesas) líquidas	13	(42)	5
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**17.731**	**18.541**
Receitas financeiras	14	420	563
Despesas financeiras	14	(412)	(455)
(=) Resultado financeiro líquido		**8**	**108**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**17.739**	**18.649**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	15	(1.063)	(1.125)
(=) Lucro líquido do exercício		**16.676**	**17.524**
Lucro líquido por ação		**0,286**	**0,300**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	11	16.676	17.524
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		**16.676**	**17.524**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições	2023	Adições	2024
Aerogeradores	-	104.664	-	104.664	-	104.664
Instalações e benfeitorias	-	5.069	-	5.069	-	5.069
Máquinas e equipamentos	-	2.910	204	3.114	-	3.114
		112.643	**204**	**112.847**	**-**	**112.847**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(30.245)	(3.490)	(33.735)	(3.487)	(37.222)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(1.461)	(170)	(1.631)	(168)	(1.799)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(790)	(96)	(886)	(109)	(995)
		(32.496)	**(3.756)**	**(36.252)**	**(3.764)**	**40.016**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		5.176	249	5.425	(146)	5.279
(-) Amortização		(1.013)	(339)	(1.352)	(327)	(1.679)
		4.163	**(90)**	**4.073**	**(473)**	**3.600**
		84.310	**(3.642)**	**80.667**	**(4.237)**	**76.431**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2024	2023
Direito de uso do ativo arrendado	5.425	5.425
Amortização do período	(1.352)	(1.352)
Saldo contábil líquido	**4.073**	**4.073**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	564	582
(-) Juros a apropriar	(306)	(335)
	258	**247**
Arrendamento a pagar	5.638	6.405
(-) Juros a apropriar	(1.670)	(2.040)
Provisão para desmobilização	840	772
	4.808	**5.137**
Saldo contábil líquido	**5.066**	**5.384**

Passivo total: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	
2024	278
2025	299
2026	322
2027	347
2028	374
2029 em diante	2.348
	3.968

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2)/IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	48	48
	48	**48**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladoras.

9. Partes relacionadas:	Ativo		Passivo	
Descrição	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ventos Potiguares **(a)**	2.936	2.822	-	-
Ventos Potiguares **(b)**	-	-	3.961	4.162
	2.936	**2.822**	**3.961**	**4.162**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem aos dividendos propostos do exercício. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10. Provisão para demandas judiciais: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

11. Patrimonio líquido: (a) Capital Social: O capital social integralizado de R$56.480 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 58.381 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$4.983 mil em 31 de dezembro de 2024 (R$4.149mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Resultado do Exercício	16.676	17.524
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	5%	5%
	834	**876**

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício após reserva legal	15.842	16.648
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**3.961**	**4.162**
Dividendos pagos		
Dividendos mínimos pagos **(i)**	(4.162)	(4.147)
Dividendos adicionais pagos do exercício **(i)**	(14.396)	(14.600)
Total	**(18.558)**	**(18.747)**

(i) Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R$ 18.558 mil, desse valor R$ 14.396 referem se a dividendos adicionais de 2023, e R$ 4.162 mil referem se a dividendos propostos de 2023 pagos durante o exercício de 2024. **(d) Reserva de lucros:** Após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos a Companhia detém de reserva de lucros no montante de R$ 11.881 mil em 31 de dezembro de 2024 (R$ 14.396 mil em 31 de dezembro de 2023).

12. Receita liquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração e são geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	2024	2023
Venda de energia mercado livre	30.644	31.100
	30.644	**31.100**
Impostos sobre faturamento		
ICMS sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(199)	(202)
COFINS sobre faturamento	(920)	(933)
	(1.119)	**(1.135)**
Receita líquida de vendas	**29.525**	**29.965**

13. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **13.1. Custos de energia elétrica:**

Classificação por função	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(11.616)	(11.183)
Despesas administrativas e gerais	(136)	(246)
Outras receitas (despesas) líquidas	(42)	5
	(11.794)	**(11.424)**

13.2. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:

	2024			2023
Custos/Despesas	**Custos dos Serviços**	**Outras receitas/despesas administrativas e gerais**	**Total**	**Total**
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição	(1.474)	-	(1.474)	(1.371)
Despesas com pessoal	(741)	(16)	(757)	(730)
Material	(89)	-	(89)	(87)
Serviços de terceiros	(4.733)	(27)	(4.760)	(4.552)
Depreciação e amortização **(i)**	(4.092)	-	(4.092)	(4.098)
Seguros	(295)	-	(295)	(292)
Tributos e taxas	(105)	(38)	(143)	(144)
Arrendamento de terra	-	-	-	(4)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(87)	(97)	(184)	(146)
	(11.616)	**(178)**	**(11.794)**	**(11.424)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 7.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		**16.676**	**17.524**
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Juros e variações monetárias		392	428
(+) Depreciação e amortização	6	4.091	4.097
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado		-	-
(+/-) Ajuste de exercícios anteriores		42	-
		21.201	**22.049**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		(675)	527
Conta s receber		(114)	(1.128)
Estoques		(1)	104
Impostos a recuperar		-	(20)
Despesas antecipadas		(144)	(7)
Outras contas a receber		(1.153)	(109)
Aumento líquido /(redução) nos passivos			
Fornecedores		-	(2.014)
Obrigações tributárias		7	132
Outras contas a pagar		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**19.121**	**19.534**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		-	(206)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		**-**	**(206)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	-
Arrendamentos pagos		(564)	(582)
Financiamentos pagos		-	-
Dividendos pagos	11.c	(18.558)	(18.748)
Caixa Liquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(19.122)**	**(19.330)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(2)**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2	4
No fim do exercício		1	2
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(2)**

14. Receitas e despesas financeiras líquidas:

Receitas financeiras	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	419	563
Outras	1	-
	420	**563**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	-	(74)
Juros sobre arrendamento	(392)	(354)
Despesas bancárias	(6)	(5)
Outras	(14)	(22)
	(412)	**(455)**

15. Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Imposto de Renda	2024	2023
Receita bruta	30.644	31.100
Alíquota	8%	8%
	2.451	**2.488**
Outras receitas, inclusive financeiras.	420	563
Base de cálculo	**2.872**	**3.051**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(431)	(458)
Adicional federal de 10%	(263)	(281)
Imposto apurado	**(694)**	**(739)**
Contribuição social		
Receita bruta	30.644	31.100
Alíquota	12%	12%
	3.677	**3.732**
Outras receitas, inclusive financeiras.	420	563
Base de cálculo	**4.097**	**4.295**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(369)**	**(387)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(1.063)**	**(1.125)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	31.064	31.664
Imposto calculado (IR/CS)	(1.063)	(1.125)
	3,42%	**3,55%**

16. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **16.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **16.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**+ 2 anos**
Fornecedores	48	-	-

16.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **16.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$4.540, (R$3.752 em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **16.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **16.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo	
Ativos financeiros	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	1	2
Aplicações financeiras	1.603	928
Contas a receber	2.936	2.822
Total	**4.540**	**3.752**
Passivos financeiros		
Fornecedores	48	48
Financiamentos	-	-
Total	**48**	**48**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. Instrumentos financeiros por categoria

	2024		
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	1.603	-
Contas a receber	2.936	-	-
Total	**2.937**	**1.603**	**-**
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	48
Total	**-**	**-**	**48**

	2023		
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-
Aplicações financeiras	-	928	-
Contas a receber	2.822	-	-
Total	**2.824**	**928**	**-**
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	48
Total	**-**	**-**	**48**

16.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **16.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

				Aumento		Redução	
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Provável**	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	420	12,15%	51	64	77	38	26
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(412)	6.55%	(31)	(39)	(47)	(23)	(16)
Resultado financeiro			**20**	**25**	**30**	**15**	**10**

17. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci
CRC 1SP252875/O-1

FACEBOOK
Acesse notícias da Tribuna do Norte via Facebook
@tribunadonorteRN

X
Acesse notícias da Tribuna do Norte via X
@tribunadonorte

Aponte a câmera e ouça a JP News Natal 93.5

Secretário diz que não há motivo para duvidar da efetividade da engorda

« PONTA NEGRA » Thiago Mesquita afirmou que o avanço do mar sobre a área da engorda era algo já previsto. No entanto, esse avanço só deverá ultrapassar a faixa de 50 metros em casos excepcionais

A maré alta registrada nesta quarta-feira (29) avançou sobre um trecho da engorda da praia de Ponta Negra, atingindo uma área próxima ao enrocamento e ultrapassando os 50 metros previstos no projeto para esse tipo de ocorrência. Embora o episódio tenha levantado questionamentos sobre a funcionalidade da obra, o secretário municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (Semurb), Thiago Mesquita, explicou que o fenômeno é natural, pontual e excepcional. Segundo ele, não há razão para duvidar da efetividade do projeto, uma vez que o que ocorreu estava dentro do esperado. A obra foi finalizada no último sábado (25) e será inaugurada nesta sexta-feira (31).

"A dinâmica costeira continua intensa em Ponta Negra, o mar continua avançando sobre o continente, mas agora há uma barreira. O que aconteceu foi algo completamente natural e excepcional", afirmou. Ele explicou que o avanço se deu em um ponto específico da engorda, próximo ao Morro do Careca, onde a obra foi recentemente finalizada e onde não foi implantado o talude de 3,5 metros que foi implantado nos outros trechos. "Além disso, a água avançou de forma lenta, sem força erosiva significativa", disse Mesquita.

Ele também mencionou a avaliação do professor Rodrigo de Freitas, pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e especialista em dinâmica costeira, que considerou o evento um fenômeno natural em entrevistas que concedeu à imprensa. "Foi uma maré de 2,2 metros, influenciada pela fase da lua. Em 2025, podemos ter marés ainda mais altas, chegando a 2,7 metros, e situações semelhantes podem ocorrer ocasionalmente. Não há como impedir a natureza de atuar sobre o continente", explicou.

São quase 5 quilômetros de engorda, desde o Hotel Serhs até a base do Morro do Careca. Desde que o primeiro trecho foi entregue, a obra tem sido alvo de questionamentos. Recentemente, com as chuvas intensas que caíram sobre a capital potiguar, uma área da engorda, onde ocorre a obra de drenagem, ficou alagada. O secretário negou que se tratasse de esgoto e disse que o ocorrido está relacionado à fase de conclusão do novo sistema de drenagem da praia.

Ele explicou que, ao contrário do sistema anterior, que tinha mais de três décadas e favorecia a erosão ao arrastar areia para o mar, a nova estrutura conta com 16 dissipadores de energia para reduzir a velocidade da carga hidráulica e evitar a degradação da engorda. Esses dissipadores também funcionam como caixas de infiltração para receber a água das chuvas e minimizar o impacto sobre a engorda. No entanto, ele reconheceu que a obra ainda não está concluída, o que causa o acúmulo de água em alguns pontos da praia. "Dos 16 dissipadores, 10 estão prontos, dois estão na fase final de acabamento e ainda faltam seis. Esse é o motivo do desconforto visual na área, mas é uma questão de tempo", afirmou.

O secretário destacou que, apesar dos lagos temporários formados pela água das chuvas, essa situação não é um problema, mas sim parte da solução para evitar a erosão. Segundo ele, quando o sistema estiver totalmente finalizado, a drenagem será mais eficiente e os alagamentos momentâneos serão menos abrangentes e terão infiltração mais rápida. De acordo com a Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinfra), que também acompanha e fiscaliza a execução do projeto, a previsão é de que o sistema de drenagem esteja completamente finalizado em até 40 dias.

ALEX RÉGIS



Secretário de Meio Ambiente afirma que obra tem cumprido a proposta e não há motivo para duvidar de sua efetividade

Rodolitos e ondas mais fortes

Outra dúvida é sobre os detritos que estão misturados à areia da engorda. O secretário esclareceu que o material triturado não são restos de corais, mas sim rodolitos, formações compostas por carbonato de cálcio presentes no solo oceânico. Segundo ele, os rodolitos tendem a se sedimentar naturalmente na areia ao longo do tempo. No entanto, a prefeitura está tomando medidas para acelerar o processo de remoção, minimizando o impacto para os banhistas. O secretário informou que a operação deve começar ainda em fevereiro, garantindo que a situação é temporária e será solucionada em breve.

A dinâmica costeira de Ponta Negra segue intensa, e a percepção de maior força das ondas pelos frequentadores é explicada por essa característica natural que, segundo Thiago Mesquita, sempre foi forte, especialmente em áreas mais afastadas do Morro do Careca. Com a obra de engorda, um talude de três metros foi implementado para conter a erosão, o que influencia o comportamento das ondas. Na área dos hotéis, por exemplo, após quatro meses de execução da obra, ele diz que o padrão de banho já está mais estabilizado. "Talvez a normalização total ocorra em um ano ou dois, mas em quatro a seis meses já deve estar praticamente estável", afirmou.

Para o secretário, as dúvidas não podem apagar a importância da obra, tanto do ponto de vista econômico, social quanto ambiental. "A engorda é indispensável para conter a erosão costeira no Morro do Careca e em toda sua extensão, traz a praia para o natalense frequentar e atrai mais turistas, gerando mais emprego e renda, com maior arrecadação de ICMS para o Estado e Município", pontuou.

Vale das Cascatas segue sem infraestrutura

« URBANISMO » Projetos para dar mais estrutura e revitalizar o Vale das Cascatas não saem do papel e área segue sem banheiros, lixeiras ou segurança. Governo não informa prazo para construir parque

Um ambiente ao ar livre, com vista privilegiada para o mar, trilha de pinheiros e espaço para lazer. Mesmo sem qualquer estrutura adequada, o local conhecido como Pinheiros ou Vale das Cascatas, na Via Costeira, segue sendo frequentado por moradores e turistas. Apesar do potencial, a área continua sem banheiros, lixeiras ou segurança, e o projeto de revitalização, anunciado em 2017, ainda não saiu do papel. A reportagem da TRIBUNA DO NORTE procurou o Governo do Estado para atualizar a situação do projeto, mas não houve resposta por parte da Secretaria de Infraestrutura (SIN) e do titular da pasta, Gustavo Coelho.

O Costeira Parque, como foi nomeado o futuro espaço, chegou a ter um edital de licitação lançado, mas foi suspenso por decisão judicial após questionamentos do Ministério Público Federal (MPF). Desde então, a área permanece sem mudanças e, apesar de ser um dos poucos espaços verdes da cidade, carece de manutenção e ordenamento. A falta de infraestrutura é evidente. Não há lixeiras no local, o que leva ao acúmulo de resíduos entre os pinheiros e nas ruínas do antigo clube. Banheiros também inexistem, tornando-se um problema especialmente nos finais de semana, quando o fluxo de visitantes é maior. Mesmo assim, o espaço segue sendo utilizado para piqueniques, ensaios fotográficos, atividades esportivas e contemplativas. Alisson Lima, militar da reserva e motorista de aplicativo, costuma visitar o local entre uma corrida e outra para descansar a mente da rotina intensa de trabalho. "Eu paro o carro, desligo o aplicativo e fico curtindo o mar para espairecer um pouco a cabeça, às vezes tomo banho. Nos últimos anos cresceu bastante o número de visitantes e a estrutura não acompanhou, então, com muita gente, acaba que começa a ter uma ocupação desorganizada", pontua.

Washington Oliveira, também motorista de aplicativo, costuma frequentar a região com a família e reforça a falta de segurança. "O lugar aqui é sensacional, tranquilo, costumo vir aqui com minha esposa, meu filho, de quando em quando a minha sogra vem também. É um espaço para trazer a família; a gente vem aqui quando quer fugir da bagunça que é Ponta Negra, com todo aquele barulho, muita gente, muitos ambulantes, que a gente obviamente entende que todos precisam, mas, pela quantidade, chega a ser incômodo às vezes, e aqui, não. Aqui é uma tranquilidade", diz. O projeto de revitalização da área incluía a construção do Costeira Parque, um equipamento com cerca de 30 mil metros quadrados e investimento de aproximadamente R$ 13,9 milhões à época do anúncio. A ideia era que o Costeira Parque tivesse quadras de areia, pista de skate e patins, academia pública para idosos, equipamentos esportivos, paisagismo, pista para cooper e estacionamento. Além disso, o projeto previa a instalação de um posto de guarda-vidas do Corpo de Bombeiros.

16 FEV
FESTIVAL Bisteca e Bochechinha
TEATRO RIACHUELO NATAL
PATROCÍNIO:
NATAL PREFEITURA
CORAL PLAZA Apart Hotel
Colégio Prince Educar é a nossa diversão!
ENTRADA GRATUITA

KIM CATEDRAL
35 Anos
Voz e Violão
VERÃO Romântico 2025
21 FEV
TEATRO RIACHUELO NATAL
INGRESSOS uhuu.com
PRODUÇÃO Idearte
SHOW DE ABERTURA
Kimz



INSTAGRAM

Acesse notícias da Tribuna do Norte via Instagram em @tribunadonorte



HUMOR

O rei das pegadinhas e do improviso, Ítalo Sena traz ao palco do Teatro Riachuelo Natal, em 2025, o show "Duas Conversas". Apresentação está marcada para este domingo 02 de Fevereiro, às 19:00.



Aponte a câmera e ouça a JP News Natal 93.5

FOTOS: DIVULGAÇÃO

Música E POESIA



Dani Cruz diz que vídeo representa seu novo momento

Dani Cruz, cantora e compositora, lançará no dia 02 (domingo), em seu canal no Youtube, a videoarte "Alvorada", um comunicado em forma de imagem

A cantora e compositora Dani Cruz lançará no dia 02 (domingo), em seu canal no Youtube, a videoarte "Alvorada", um comunicado em forma de imagem, música e poesia sobre um novo ponto de virada em sua carreira de 11 anos. A artista se uniu às diretoras audiovisuais Babi Baracho, Vitória Real e Carol Queiroz na assinatura do roteiro, que apresentará o universo estético desse novo momento de sua trajetória.

Dani explica que o vídeo atuará como o primeiro anúncio de seu novo momento artístico. "A videoarte é uma colagem de referências visuais na qual há a narração de um poema na minha voz, com trilha sonora incidental e diversas imagens. É algo meio experimental, uma 'viagem' de som e imagem para despertar a curiosidade das pessoas sobre o que vem por aí", diz.

A musicalidade solar de Dani Cruz está intencionalmente conectada com a videoarte que será lançada no domingo. A cantora explica que será o momento de mostrar outras possibilidades dentro de sua música. "Eu sou bastante associada ao samba, e eu amo demais o samba, mas tenho outras referências também, coisas que escuto desde sempre ou que também fui conhecendo ao longo do tempo", conta.

A cantora afirma que, mesmo sendo tão associada ao samba, sua música autoral já contava com alguns elementos para além do gênero. E ela deseja explorar isso cada vez mais. "Minha produção autoral é versátil, e há algum tempo quero expressar isso da melhor forma. 'Alvorada' anuncia esse momento", ressalta. "Alvorada é o anúncio de algo maior, o primeiro feixe de luz de um sol forte que está por vir", completa.

A nova fase não significa que Dani esquecerá o samba. "Não teria como. Eu tenho respeito demais pela comunidade natalense do samba que me abraçou com tanta força e me inspira sempre", afirma. Além de cantar samba, Dani também fortalece a cena em projetos como o "Samba de Sereia", uma roda que celebra o protagonismo feminino no batuque.

Dani Cruz começou sua carreira na música em 2014, já tendo lançado cinco EPs e nove singles. É uma das artistas jovens mais ativas da cena musical potiguar contemporânea, sempre envolvida em variados projetos. Entre shows e parcerias também esteve à frente da websérie "Conversa de Camarim", que mostrava os bastidores de sua produção musical.

Serviço:
Lançamento de "Alvorada", de Dani Cruz, em seu canal no Youtube. Dia 02 (domingo).

Passeio leva turistas e natalenses ao Centro Histórico

O percurso, que é guiado, é uma oportunidade para descobrir histórias, curiosidades e o legado artístico e arquitetônico da capital potiguar

As vielas, becos e monumentos da Cidade Alta contam histórias que muitos ainda desconhecem. O historiador Alexandre Rocha organiza uma nova edição de seu Passeio pelo Centro Histórico de Natal, que será realizado neste sábado (01), a partir das 7h. O passeio guiado é uma oportunidade para descobrir histórias, curiosidades e o legado artístico e arquitetônico da capital potiguar. O passeio custa R$50 por pessoa, mas é gratuito para professores. Inscrições pelo (84) 2020-2404.

Durante três horas os participantes vão circular por lugares e construções que fizeram a história de Natal. O ponto de partida será o "marco zero" natalense, ou seja, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, na Praça André de Albuquerque. O trajeto inclui visitas a igrejas como as do Galo e Rosário dos Pretos, IHGRN, Museu Café Filho, e o Instituto Câmara Cascudo, além do Solar Bela Vista e a Praça dos Quatro Poderes.

A proposta mais intimista permite que os passeios mensais guiados pelo historiador promovam uma maior integração e troca de informações entre o guia e os participantes. "Esse passeio é uma forma de reaproximar a população do Centro Histórico e estimular o fluxo de pessoas nessa área. Decidimos não cobrar de professores porque acreditamos que eles são os principais multiplicadores desse conhecimento", declarou.



Arquitetura das igrejas do Centro Histórico é um dos pontos altos do evento



Feira exibirá LPs e CDs, novos e usados, com preços a partir de R$ 30

Fenadisc reúne amantes das mídias do passado

A 14ª edição da Feira Natalense será realizada neste sábado (01), das 10 às 17h, no Shopping Natal Sul, em Lagoa Nova. A entrada é gratuita

Os colecionadores e apreciadores em geral das "velhas mídias" de ouvir música terão um novo encontro para dividirem sua paixão em comum na 14ª Feira Natalense do Disco (Fenadisc), que será realizada neste sábado (01), das 10 às 17h, no Shopping Natal Sul, em Lagoa Nova. A entrada é gratuita e o público também pode levar discos para trocarem e venderem aos lojistas do evento.

A feira exibirá centenas de LPs e CDs, novos e usados, com faixa de preço a partir de R$ 30, incluindo exemplares importados. Estarão disponíveis discos de vários gêneros da música nacional e internacional, mas com predominância do pop, rock e MPB. Participarão as lojas Sunrise Discos, Ziggy Discos, Natown Discos, Oliver Discos, Titan Vynil Store, Sebo Toca Disco, Espaço Música, Liberta Sons, e Le Corveau. A maioria dos lojistas são de Natal e arredores.

O evento foi criado em maio de 2019, através de uma parceria entre o músico Alexandre Alves e Edu Vinícius, proprietário do Seburubu. "São os sebos que mantém viva a cultura do disco em Natal, já que não temos mais lojas por aqui", declarou. No começo eram apenas cinco lojistas entre lojas físicas e virtuais. Hoje já soma o dobro de participantes e vem até lojistas de fora, como o Oliver Discos, de João Pessoa.

Segundo Alexandre, o interesse pela feira vem aumentando gradativamente e o público presente vai desde adolescentes até pessoas da terceira idade, "todos procurando seu formato predileto de escutar música, algo que vai muito além do streaming", conclui.

Serviço:
14ª Feira Natalense do Disco. Sábado (01), das 10 às 17h, no Shopping Natal Sul, Lagoa Nova.

GRUPOSERVENG

TORRES DE SÃO MIGUEL GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ/MF nº 13.336.491/0001-98

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1
Aplicações financeiras	4	2.839	1.813
Contas a receber	5 e 9	1.307	1.256
Impostos a recuperar		9	9
Despesas antecipadas		91	24
		4.247	**3.103**
Não Circulante			
Depósitos judiciais		24	24
Contas a receber		758	221
Imobilizado	6 e 7	35.231	37.180
		36.013	**37.425**
Total do Ativo		**40.260**	**40.528**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	8 e 9	22	22
Obrigações tributárias		196	191
Dividendo a pagar	9	1.730	1.819
Arrendamentos a pagar	7	120	116
		2.068	**2.148**
Não circulante			
Provisão para desmobilização	7	390	358
Arrendamentos a pagar	7	1.852	2.037
		2.242	**2.395**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		28.597	28.597
Reservas de lucros		7.353	7.388
		35.950	**35.985**
Total do passivo e patrimônio líquido		**40.260**	**40.528**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**28.597**	**1.417**	**6.246**	**-**	**36.260**
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Redução de capital		-	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	7.658	7.658
Reserva legal	11.b	-	383	-	(383)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(1.819)	(1.819)
Distribuição de dividendos	11.c	-	-	(6.114)	-	(6.114)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	5.456	(5.456)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**28.597**	**1.800**	**5.588**	**-**	**35.985**
Lucro do exercício		-	-	-	7.283	7.283
Reserva legal	11.b	-	364	-	(364)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(1.730)	(1.730)
Distribuição de dividendos	11.c	-	-	(5.588)	-	(5.588)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	5.189	(5.189)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**28.597**	**2.164**	**5.189**	**-**	**35.950**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	12	**13.144**	**13.340**
(-) Custo dos produtos vendidos	13	(5.410)	(5.152)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**7.734**	**8.188**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(60)	(140)
Outras receitas/(despesas) líquidas	13	-	(9)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**7.674**	**8.039**
Receitas financeiras	14	299	347
Despesas financeiras	14	(192)	(207)
(=) Resultado financeiro líquido		**107**	**140**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**7.781**	**8.179**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	15	(498)	(521)
(=) Lucro líquido do exercício		**7.283**	**7.658**
Lucro líquido por ação		**0,244**	**0,256**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

		2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	12	**7.283**	**7.658**
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		**7.283**	**7.658**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		**7.283**	**7.658**
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Depreciação e amortização	6	1.882	1.887
(+) Juros e variações monetárias		183	200
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado		-	-
		9.348	**9.745**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		(1.026)	(581)
Conta s receber		(51)	85
Estoques		-	-
Impostos a recuperar		-	(9)
Despesas antecipadas		(67)	(4)
Depósitos judiciais		-	-
Outras contas a receber		(538)	(50)
Aumento líquido /(redução) nos passivos			
Fornecedores		(1)	(1.030)
Obrigações tributárias		5	-
Outras contas a pagar		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**7.670**	**8.156**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		**-**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	-
Arrendamentos pagos		(263)	(272)
Financiamentos pagos		-	-
Dividendos pagos	11.c	(7.407)	(7.886)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(7.670)**	**(8.158)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**-**	**(2)**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		1	3
No fim do exercício		1	1
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**-**	**(2)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Canto da Ilha de Cima, s/nº, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Resolução Autorizativa nº 3.120, de 13 de setembro de 2011e o Despacho nº 4.114, de 14 de maio de 2013, com o início de sua operação em abril de 2014. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos VI, no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, com 12.800 kW de capacidade instalada constituída por oito unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de janeiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 5** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 16** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; • **Nota 7** - Provisões para desmobilização; • **Nota 10** - Provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Bancos conta movimento	1	1
Aplicações financeiras **(a)**	2.839	1.813
	2.840	**1.814**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:

	2024	2023
Contas a receber - partes relacionadas **(a)** (Nota 9)	1.307	1.256
	1.307	**1.256**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. Imobilizado:

	2024	2023
Aerogeradores	32.221	33.885
Instalações e benfeitorias	697	733
Máquinas e equipamentos	634	663
Direito de uso	1.679	1.899
	35.231	**37.180**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições/Baixa/Transf.	2023	Adições/Baixa/Transf.	2024
Aerogeradores	-	49.923	-	49.923	-	49.923
Instalações e benfeitorias	-	1.068	-	1.068	-	1.068
Máquinas e equipamentos	-	870	-	870	-	870
		51.861	**-**	**51.861**	**-**	**51.861**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(14.374)	(1.664)	(16.038)	(1.664)	(17.702)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(299)	(36)	(335)	(36)	(371)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(178)	(29)	(207)	(29)	(236)
		(14.851)	**(1.729)**	**(16.580)**	**(1.729)**	**(18.309)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		2.417	116	2.533	(67)	2.466
(-) Amortização		(476)	(158)	(634)	(153)	(787)
		1.941	**(42)**	**1.899**	**(220)**	**1.679**
		38.951	**(1.771)**	**37.180**	**(1.949)**	**35.231**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2024	2023
Direito de uso do ativo arrendado	2.466	2.533
Amortização do período	(787)	(634)
Saldo contábil líquido	**1.679**	**1.899**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	263	272
(-) Juros a apropriar	(143)	(156)
	120	**116**
Arrendamento a pagar	2.631	2.989
(-) Juros a apropriar	(779)	(952)
Provisão para desmobilização	390	358
	2.242	**2.395**
Saldo contábil líquido	**2.362**	**2.511**

Passivo: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	
2025	130
2026	140
2027	150
2028	162
2029	174
2030 em diante	1.096
	1.852

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2)/IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	22	22
	22	**22**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra para geração de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladoras.

9. Partes relacionadas:

Descrição	Ativo 2024	Ativo 2023	Passivo 2024	Passivo 2023
Ventos Potiguares **(a)**	1.307	1.256	-	-
Ventos Potiguares **(b)**	-	-	1.730	1.819
	1.307	**1.256**	**1.730**	**1.819**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem aos dividendos propostos do exercício. **Remuneração do pessoal--chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10. Provisão para demandas judiciais: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

11. Patrimonio líquido: (a) Capital Social: O capital social integralizado de R$28.597 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 29.864 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$2.164mil em 31 de dezembro de 2024 (R$1.800mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Resulta do exercício	7.283	7.658
	5%	5%
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	**364**	**383**

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	7.283	7.658
Constituição da reserva legal (5%)	(364)	(383)
Base de Cálculo dos dividendos	**6.919**	**7.275**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**1.730**	**1.819**
Dividendos pagos		
Dividendos mínimos pagos **(i)**	(1.819)	(1.773)
Dividendos adicionais pagos do exercício **(i)**	(5.588)	(6.114)
Total	**(7.407)**	**(7.887)**

(i) Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R$7.407 mil, desse valor R$5.588 referem se a dividendos adicionais de 2024, e R$1.819 mil referem se a dividendos propostos de 2023 pagos durante o exercício de 2024. **(d) Reserva de lucros:** Após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos a Companhia detém de reserva de lucros no montante de R$5.189 mil em 31 de dezembro de 2024 (de R$5.588 mil em 31 de dezembro de 2023).

12. Receita liquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração e são geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	2024	2023
Venda de energia mercado livre	13.642	13.845
	13.642	**13.845**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(89)	(90)
COFINS sobre faturamento	(409)	(415)
	(498)	**(505)**
Receita líquida de vendas	**13.144**	**13.340**

13. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **13.1. Custos de energia elétrica:**

Classificação por função	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(5.410)	(5.152)
Despesas administrativas e gerais	(60)	(140)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	(9)
	(5.470)	**(5.301)**

13.2. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:

Custos/Despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/despesas administrativas e gerais	2024 Total	2023 Total
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição	(691)	-	(691)	(645)
Despesas com pessoal	(346)	(8)	(354)	(357)
Material	(40)	-	(40)	(40)
Serviços de terceiros	(2.213)	(13)	(2.226)	(2.081)
Depreciação e amortização **(i)**	(1.882)	-	(1.882)	(1.888)
Seguros	(138)	-	(138)	(137)
Tributos e taxas	(51)	(15)	(66)	(61)
Arrendamento	-	-	-	(1)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(48)	(25)	(73)	(91)
	(5.409)	**(61)**	**(5.470)**	**(5.301)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 7.

14. Receitas e despesas financeiras líquidas:

Receitas financeiras	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	298	346
Outras	1	1
	299	**347**
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento	(183)	(199)
Despesas bancárias	(5)	(6)
Outras	(4)	(2)
	(192)	**(207)**

15. Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Imposto de Renda	2024	2023
Receita bruta	13.642	13.845
Alíquota	8%	8%
	1.091	**1.108**
Outras receitas, inclusive financeiras.	299	347
Base de cálculo	**1.390**	**1.455**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(209)	(217)
Adicional federal de 10%	(115)	(121)
Imposto apurado	**(324)**	**(340)**
Contribuição social		
Receita bruta	13.642	13.845
Alíquota	12%	12%
	1.637	**1.661**
Outras receitas, inclusive financeiras.	299	347
Base de cálculo	**1.936**	**2.009**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(174)**	**(181)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(498)**	**(521)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	13.941	14.192
Imposto calculado (IR/CS)	(498)	(521)
	3,57%	**3,67%**

16. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **16.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **16.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	22	-	-

16.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **16.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 a exposição máxima é de R$3.070, (R$2.576 em 2022) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **16.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **16.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

Ativos financeiros	Valor justo 2024	Valor justo 2023
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Aplicações financeiras	2.839	1.813
Contas a receber	1.307	1.256
Total	**4.147**	**3.070**
Passivos financeiros		
Fornecedores	22	22
Total	**22**	**22**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria:**

2024

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	2.839	-
Contas a receber	1.307	-	-
Total	**1.308**	**2.839**	**-**
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	22
Total	**-**	**-**	**22**

2023

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	1.813	-
Contas a receber	1.256	-	-
Total	**1.257**	**1.813**	**-**
Passivos financeiros			
Financiamentos	-	-	22
Total	**-**	**-**	**22**

16.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **16.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2022) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2022) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento 25%	Aumento 50%	Redução 25%	Redução 50%
Aplicação financeira							
Receita financeira	299	12,15%	36	45	54	27	18
Financiamentos							
(-) Despesa financeira	(192)	7,43%	(14)	(18)	(21)	(11)	(7)
Resultado financeiro			**22**	**27**	**33**	**16**	**11**

17. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci
CRC 1SP252875/O-1

GRUPOSERVENG

PONTA DO VENTO LESTE GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ/MF nº 13.336.480/0001-08

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	2
Aplicações financeiras	4	2.505	1.020
Contas a receber	5 e 9	2.713	2.608
Estoques		-	-
Impostos a recuperar		-	-
Despesas antecipadas		181	47
		5.400	**3.677**
Não Circulante			
Depósitos judiciais		42	42
Contas a receber		1.329	251
Imobilizado	6 e 7	72.673	76.443
Intangível		-	-
		74.044	**76.736**
Total do Ativo		**79.444**	**84.413**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	8 e 9	47	45
Financiamentos e Debêntures	9	-	-
Obrigações tributárias		407	393
Dividendo a pagar	9	3.601	3.811
Arrendamentos a pagar	7	291	259
Outras contas a pagar		-	-
		4.346	**4.508**
Não circulante			
Provisão para desmobilização	7	809	746
Arrendamentos a pagar	7	3.491	3.629
		4.300	**4.375**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		55.370	55.370
Reservas de lucros		15.428	16.160
		70.798	**71.530**
Total do passivo e patrimônio líquido		**79.444**	**84.413**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2022		**55.370**	**3.064**	**15.266**	**-**	**73.699**
Aumento de Capital		-	-	-	-	-
Redução de capital		-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.048	16.048
Reserva legal	11.b	-	802	-	(802)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(3.811)	(3.811)
Dividendos adicional	11.c	-	-	(14.407)	-	(14.407)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	11.435	(11.435)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**55.370**	**3.866**	**12.294**	**-**	**71.530**
Lucro do exercício		-	-	-	15.163	15.163
Reserva legal	11.b	-	758	-	(758)	-
Dividendos propostos	11.c	-	-	-	(3.601)	(3.601)
Dividendos adicional	11 c	-	-	(12.293)	-	(12.293)
Reserva de retenção de lucros	11.d	-	-	10.804	(10.804)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**55.370**	**4.624**	**10.804**	**-**	**70.799**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Boca de Campo, s/nº, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Resolução Autorizativa nº 3.127, de 13 de setembro de 2011e o Despacho nº 4.309, de 03 de novembro de 2011, com o início de sua operação em abril de 2014. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos III, no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, com 22.400 kW de capacidade instalada constituída por quatorze unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de janeiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 5** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 16** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; • **Nota 7** - Provisões para desmobilização; • **Nota 10** - Provisão para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Bancos conta movimento	1	2
Aplicações financeiras **(a)**	2.505	1.020
	2.506	**1.022**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:

	2024	2023
Contas a receber - partes relacionadas **(a)** (Nota 9)	2.713	2.608
	2.713	**2.608**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	12	**27.287**	**27.693**
(-) Custo dos produtos vendidos	13	(11.009)	(10.457)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**16.278**	**17.236**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(128)	(225)
Outras receitas/(despesas) líquidas	13	-	(36)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**16.150**	**16.975**
Receitas financeiras	14	409	600
Despesas financeiras	14	(409)	(462)
(=) Resultado financeiro líquido		**-**	**138**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**16.150**	**17.113**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	15	(987)	(1.065)
(=) Lucro líquido do exercício		**15.163**	**16.048**
Lucro líquido por ação		**0,264**	**0,279**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	**15.163**	**16.048**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**15.163**	**16.048**

6. Imobilizado:

	2024	2023
Aerogeradores	68.394	68.291
Instalações e benfeitorias	1.687	1.774
Máquinas e equipamentos	2.833	2.980
Direito de uso	3.219	3.398
	72.673	**76.443**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições/Baixa/Transf.	2023	Adições/Baixa/Transf.	2024
Aerogeradores	-	100.754	-	100.754	-	100.754
Instalações e benfeitorias	-	2.613	-	2.613	-	2.613
Máquinas e equipamentos	-	4.064	219	4.282	-	4.283
		107.431	**219**	**107.649**	**-**	**107.650**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(29.103)	(3.358)	(32.462)	(3.358)	(35.819)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(753)	(87)	(840)	(87)	(926)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(1.164)	(138)	(1.302)	(147)	(1.449)
		(31.020)	**(3.583)**	**34.603**	**(3.592)**	**(38.195)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		4.670	121	4.791	160	4.951
(-) Amortização		(1.072)	(323)	(1.395)	(338)	(1.733)
		3.598	**(202)**	**3.396**	**(178)**	**3.218**
		80.009	**3.566**	**76.443**	**(3.770)**	**72.673**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2024	2023
Direito de uso do ativo arrendado	4.951	4.791
Amortização do período	(1.733)	(1.395)
Saldo contábil líquido	**3.218**	**3.396**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	563	540
(-) Juros a apropriar	(272)	(281)
	291	**259**
Arrendamento a pagar	4.695	5.044
(-) Juros a apropriar	(1.204)	(1.415)
Provisão para desmobilização	809	746
	4.300	**4.375**
Saldo contábil líquido	**4.591**	**4.634**

Passivo: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	2024
2025	314
2026	338
2027	364
2028	393
2029	423
2030 em diante	1.659
	3.491

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2)/IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	47	45
	47	**45**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladoras.

9. Partes relacionadas:

Descrição	Ativo 2024	Ativo 2023	Passivo 2024	Passivo 2023
Ventos Potiguares **(a)**	2.713	2.608	-	-
Ventos Potiguares **(b)**	-	-	3.601	3.811
	2.713	**2.608**	**3.601**	**3.811**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem aos dividendos propostos do exercício. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

10. Provisão para demandas judiciais: As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

11. Patrimonio líquido: (a) Capital Social: O capital social integralizado de R$55.370 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 57.463 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$4.624 mil em 31 de dezembro de 2024 (R$3.866 mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Resultado do Exercício	15.163	16.048
	5%	5%
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	**758**	**802**

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.163	16.048
Constituição da reserva legal (5%)	(758)	(802)
Base de Cálculo dos dividendos	**14.405**	**15.246**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**3.604**	**3.811**
Dividendos pagos		
Dividendos mínimos pagos **(i)**	3.811	3.740
Dividendos adicionais pagos do exercício **(i)**	12.293	14.407
Total	**16.104**	**18.147**

(i) Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R$16.104mil, desse valor R$ 12.293 referem se a dividendos adicionais de 2024, e R$3.811mil referem se a dividendos propostos de 2023 pagos durante o exercício de 2024. **(d) Reserva de lucros:** Após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos a Companhia detém de reserva de lucros no montante de R$ 10.804 mil em 31 de dezembro de 2024 (de R$12.294 mil em 31 de dezembro de 2023).

12. Receita liquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração e são geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita liquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	2024	2023
Venda de energia mercado livre	28.321	28.742
	28.321	**28.742**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(184)	(187)
COFINS sobre faturamento	(850)	(862)
	(1.034)	**(1.049)**
Receita líquida de vendas	**27.287**	**27.693**

13. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **13.1. Custos de energia elétrica:**

Classificação por função	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(11.009)	(10.457)
Despesas administrativas e gerais	(128)	(225)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	(36)
	(11.137)	**(10.718)**

13.2. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:

Custos/Despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/despesas administrativas e gerais	2024 Total	2023 Total
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição	(1.380)	-	(1.380)	(1.286)
Despesas com pessoal	(691)	(15)	(706)	(684)
Material	(80)	-	(80)	(80)
Serviços de terceiros	(4.462)	(28)	(4.490)	(4.181)
Depreciação e amortização **(i)**	(3.930)	-	(3.930)	(3.908)
Seguros	(275)	-	(275)	(273)
Tributos e taxas	(109)	(34)	(143)	(124)
Arrendamento	-	-	-	(4)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(82)	(51)	(133)	(178)
	(11.009)	**(128)**	**(11.137)**	**(10.718)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 7.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		**15.163**	**16.048**
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Depreciação e amortização		3.930	3.908
(+) Juros e variações monetárias		351	445
(+) Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados		-	(79)
		19.444	**20.322**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		(1.485)	688
Conta s receber		(105)	(732)
Estoques		-	219
Impostos a recuperar		-	-
Despesas antecipadas		(134)	(7)
Depósitos judiciais		-	-
Outras contas a receber		(1.078)	(101)
Aumento líquido /(redução) nos passivos			
Fornecedores		1	(1.609)
Obrigações tributárias		13	116
Outras contas a pagar		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**16.655**	**18.896**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		-	(219)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		**-**	**(219)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	-
Arrendamentos pagos		(552)	(532)
Financiamentos pagos		-	-
Dividendos pagos	11.c	(16.104)	(18.147)
Caixa Liquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(16.656)**	**(18.679)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(2)**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2	4
No fim do exercício		1	2
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1)**	**(2)**

14. Receitas e despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	408	598
Outras	1	2
	409	**600**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	-	-
Juros sobre arrendamento	(351)	(446)
Despesas bancárias	(5)	(5)
Outras	(53)	(11)
	409	**462**

15. Imposto de renda e contribuição social - corrente

Imposto de Renda	2024	2023
Receita bruta	28.321	28.742
Alíquota	8%	8%
	2.266	**2.299**
Outras receitas, inclusive financeiras.	409	600
Base de cálculo	**2.675**	**2.899**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(401)	(434)
Adicional federal de 10%	(243)	(266)
Imposto apurado	**(645)**	**(701)**
Contribuição social		
Receita bruta	28.321	28.742
Alíquota	12%	12%
	3.398	**3.449**
Outras receitas, inclusive financeiras.	409	600
Base de cálculo	**3.807**	**4.049**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(343)**	**(364)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(987)**	**(1.065)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	28.730	29.342
Imposto calculado (IR/CS)	(987)	(1.065)
	3,44%	**3,63%**

16. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **16.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **16.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	47	-	-

16.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **16.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$5.219, (R$3.630 em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **16.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **16.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo 2024	Valor justo 2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1	2
Aplicações financeiras	2.505	1.020
Contas a receber	2.713	2.608
Total	**5.219**	**3.630**
Passivos financeiros		
Fornecedores	47	45
Total	**47**	**45**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria:**

2024

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	2.505	-
Contas a receber	2.713	-	-
Total	**2.714**	**2.505**	**-**
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	47
Total	**-**	**-**	**47**

2023

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-
Aplicações financeiras	-	1.020	-
Contas a receber	2.608	-	-
Total	**2.610**	**1.020**	**-**
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	45
Financiamentos	-	-	-
Total	**-**	**-**	**45**

16.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **16.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2022) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2022) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento 25%	Aumento 50%	Redução 25%	Redução 50%
Aplicação financeira							
Receita financeira	409	12,15%	50	63	75	38	25
Financiamentos							
(-) Despesa financeira	(409)	7,43%	(30)	(38)	(45)	(23)	(15)
Resultado financeiro			**20**	**25**	**30**	**15**	**10**

17. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1SP252875/O-1

Rubens Lemos Filho
rubinholemos@gmail.com



Projeto Neymar

Os problemas físicos de Neymar levaram o português Jorge Jesus, seu treinador no Al Hilal a descartá-lo. Para JJ, tremendo boçal, Neymar, que volta ao Santos, estava sem condições de acompanhar o ritmo dos colegas por conta da contusão.



Neymar, ao retornar ao Brasil, deve se preparar para a sua última Copa do Mundo daqui a um ano e meio. Neymar não vinha jogando bem, segundo JJ por conta de problemas clínicos desde que se machucou jogando no mundo árabe.No Santos, joga de casa.

Neymar carrega a seleção brasileira desde 2010 quando foi convocado pelo treinador Mano Menezes depois de ser esquecido por Dunga que levou, entre outros, Felipe Melo para o Mundial da África do Sul. Já tinha vaga para Neymar naquela época.

O Brasil espera por Neymar para jogos em março e ele precisa estar bem cuidado para entrar em campo e fazer o time girar em torno dele. Neymar é o melhor jogador brasileiro depois da aposentadoria dos Ronaldos Fenômeno e Gaúcho.

Habilidoso com requintes de genialidade, Neymar não pode ser condenado por jamais ter ganho o troféu de melhor do mundo porque contracenou com Lionel Messi e Cristiano Ronaldo, os melhores de sua geração e ele não é nem nunca foi melhor que os dois.

No Brasil, a transição do estrelato sempre foi normal. De Pelé para Rivelino, de Rivelino para Zico, de Zico para Romário e de Romário para os Ronaldos foram as linhas sucessórias coerentes.

Nos tempos modernos, Neymar herdou o trono triplo de Rnaldo Fenômeno, Ronaldinho Gaúcho e de Rivaldo. Depois dele, nunca mais tivemos um fora-de-série porque Kaká era um mediano. Não amarrava a chuteira de Neymar.

Essa ideia de o Brasil coletivizar o futebol tem muito a ver com a dependência de Neymar, um cara que desperdiçou bola em firulas, mas naturalmente é um superdotado na técnica e poderia fazer crescer os outros coadjuvantes como Vinícius Júnior, também muito abaixo do que joga o ex-santista.

Neymar, superadas as bobagens de imagem, o ego inflado e as idiotices extracampo, é o que mais perto temos de um talento dos grandes tempos. Jogando pelo lado direito, em todos os tempos, só pode ser considerado inferior a Mané Garrincha.

Com a idade e a correspondente decadência física, Neymar também passou a jogar pelo meio-campo e é, óbvio, o nome obrigatório para comandar a criação na Copa, com a camisa 10.

O medo do seu estado físico, colocado abertamente pelo chato JJ, pode ser melhor tratado se ele vier para um clube nacional, sem a obrigação de jogar todas as partidas.

Deve ser criado um Projeto Neymar visando unicamente a Copa do Mundo, que ele também vai querer ganhar, pois perdeu três consecutivas. Mesmo ausente do jogo Alemanha 7x1 Brasil, carregou a cruz do anticlímax daquela seleção medonha comandada por Felipão e Parreira.

Neymar sem uma Copa do Mundo na bagagem será desprestígio porque no Brasil, mais vale um Baldochi tricampeão em 1970, um Paulo Sérgio tetra em 1994 e um Anderson Polga penta em 2002 do que Zico, Dirceu Lopes e Djalminha, para citar apenas três injustiçados sem taça.

Perder mais um título, no entanto, não deve ser motivo para achincalhe a Neymar principalmente porque a geração atual é muito fraca em relação às demais.

Ele é o dono do time, mas precisa de companheiros eficientes para servir e ser servido e hoje lembremos que a sua camisa, a 10 está no corpo do comum Rodrygo do Real Madrid.

O fato é que o Brasil precisa de uma luz e essa luz, ainda que um pouco turva, é Neymar, que nunca teve a sorte de ser estrela solitária em time estrangeiro.

No Barcelona, eram Messi e Iniesta no topo, no PSG, o ciúme de Mbappé era evidente tanto contra o brasileiro quando contra Messi. O fato é que, se não quisermos cair nas quartas como nas anteriores, a próxima Copa precisa ser de Neymar.



Sem salário Ao deixar o Al Hilal, Neymar vai empalmar 70 milhões de dólares, o que o dispensaria de qualquer salário pelos próximos anos. Ele volta para se divertir e ser referência da seleção brasileira.

Mãe de santo Uma mãe de santo foi acionada e deu seu parecer: "Futuro vitorioso para Neymar. " Aí é bobagem e se todas fossem ouvidas, de forma oportunista, a previsão seria a mesma.

ABC ABC jogou mal contra o Baraúnas e venceu com sorte e graças ao talento de Emanuel. Ele é centroavante, não de beirada.

Violência ABC, América e Federação, além dos órgãos estatais voltados para o futebol fizeram um pacto de combate à violência de gangues travestidas de torcedores organizados.

Ataques Os ataques não se resumiram à sede do América e atingiram o Estádio Frasqueirão. Nada mudará enquanto não forem endurecidas as leis contra o vandalismo.

Henrique Esse joga uma beleza no América.

FNF afirma que monitora o torneio através de empresa

« ESTADUAL » Após denúncia feita pelo ex-técnico do Força e Luz, a entidade, procurada pela TN revelou que mantém contrato com a Sportradar

Há pouco mais de um ano, a Federação Norte-Rio-Grandense de Futebol (FNF) encaminhou uma suspeita de manipulação de resultados em duas partidas do Campeonato Potiguar 2024 ao Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN). O jogo entre ABC e Força e Luz, que teve resultado positivo de 6 a 0 para o alvinegro, no dia 17 de Janeiro, e o confronto entre Globo e Santa Cruz de Natal são os que constavam em relatórios. Dessa vez, uma acusação feita nas redes sociais, pelo ex-técnico do mesmo Força e Luz, voltou a ser notícia.

Wagner Carioca publico em sua conta no Instagram mensagens que depois foram editadas com um tom mais brando. Ele fez acusações, alegou ameaças e falou de dívidas do "Clube Elétrico" com ele.

A Tribuna do Norte desta quarta-feira (29) publicou na matéria da cobertura do duelo entre o Força e Luz e o América, o que foi escrito pelo treinador. Nesta quinta-feira (30), a redação procurou a Federação Norte-rio-grandense de Futebol – FNF para saber se haveria alguma investigação sobre o fato novo e como a entidade estava trabalhando para evitar casos como os do ano passado e o atual.



> Todos esses relatórios são encaminhados aos órgãos competentes (Ministério Público e Polícia) para que estes procedam com as investigações necessárias"
>
> **ERICK DIAS**
> Diretor Executivo da FNF

Erick Dias, Diretor Executivo da entidade afirmou que a Federação ainda não tinha sido comunicada, mas garantiu que a FNF segue vigilante em relação a denúncias.

"A Federação mantém um contrato com a empresa Sportradar, empresa especializada no combate à manipulação de jogos de futebol, que também presta serviços de monitoramento de partidas para a CBF e a FIFA, para que os jogos dos nossos campeonatos sejam monitorados. A Sportradar emite relatórios detalhados a respeito das partidas onde é identificada a suspeita de manipulação. Todos esses relatórios são encaminhados aos órgãos competentes (Ministério Público e Polícia) para que estes procedam com as investigações necessárias", explicou.

Em 2024, a informação da possível manipulação chegou à Federação através de uma empresa contratada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) que monitora as chances de fraudes em jogos. Em caso de comprovação da participação de atleta ou do clube em irregularidades podem haver punições individuais os às instituições esportivas envolvidas.

Na denúncia do ano passado o Ministério Público confirmou o recebimento da suspeita de manipulação de resultados. Segundo o MP, os relatórios produzidos pela empresa contratada pela CBF identificaram movimentações atípicas com base no volume de apostas em determinadas estatísticas dos jogos. Uma notícia de fato foi instaurada para apurar se houve manipulação nos dois jogos.

Em 2024, os relatórios sobre as suspeitas nos jogos do Campeonato Potiguar 2024 também juntaram à notícia de fato a necessidade de análise do resultado em um jogo da segunda divisão. A partida em questão terminou 7 a 3 para o Parnamirim, diante do Riachuelo.

ABC e América podem antecipar a classificação

ABC e América podem conseguir a vaga antecipada na fase de semifinal do Campeonato Potiguar 2025, na rodada deste sábado (1). O Alvinegro recebe o Globo às 16h, no estádio Frasqueirão. O Alvirrubro encara o Potiguar de Mossoró, às 20h, na Casa de Apostas Arena das Dunas, com mando de campo do time mossoroense.

Os dois principais clubes do futebol local lideram, com o time abecedista em primeiro com 13 pontos e a equipe americana em segundo com 10 pontos conquistados. A vantagem do ABC sobre o rival se deve a vitória por 1 a 0 no clássico.

Na rodada anterior, ambos os times venceram. No entanto, o futebol apresentado pelas equipes foi alvo de críticas e os próprios atletas e comissões técnicas reconheceram os jogos ruins, apesar de comemorarem a conquista dos três pontos na tabela de classificação.

"Não jogamos bem. A vitória foi importante, mas ficamos devendo ao torcedor que esteve no estádio para acompanhar a partida contra o Baraúnas", comentou o meia do ABC, Adeílson. "Não fizemos um jogo bom. Tentamos de tudo, mas a equipe não se comportou como treinamos. Vamos descansar e corrigir para o jogo contra o Globo", complementou Ney Franco.

No América, o técnico Leston Júnior, que já está sendo pressionado por parte da torcida alvirrubra, também fez um "mea culpa" sobre o desempenho abaixo da média diante do Força e Luz, na vitória por 2 a 0, na Arena Desembargador José Rocha. "O torcedor tem sempre a razão. Não mostramos intensidade. Até começamos bem, mas perdemos força ao longo do jogo e isto ficou muito evidente", analisou o treinador americano.

EDMÁRIO OLIVEIRA



Leston Júnior disse que não discorda do torcedor e cobra o time

RENNÊ CARVALHO



Ney Franco fez críticas ao fraco desempenho contra o Baraúnas

Neste sábado, no estádio Manoel Barretto – Barrettão, às 15h, entram em campo Força e Luz e Baraúnas. Neste jogo a briga é para tentar fugir do rebaixamento. As duas equipes ocupam as últimas posições no campeonato. O Tricolor é o 7º com três pontos e o "Time Elétrico" ocupa a "lanterna" com apenas um ponto conquistado.

No domingo, no Nazarenão, a rodada será fechada no estádio Nazarenão, em Goianinha. Santa Cruz e Laguna brigam, no meio da tabela.

« MERCADO »

Times do Brasil batem recorde com negócios internacionais

São Paulo (AE) - A Fifa divulgou nesta quinta-feira o tradicional relatório de transferências de jogadores, o "Global Transfer Report", relativo ao ano de 2024, contabilizando todas as transações internacionais do futebol masculino e feminino. Houve um recorde histórico de 78.742 transações, porém os valores tiveram queda em relação a 2023. O Brasil bateu recordes e foram 1.102 transações. Uma das transferências mais caras realizadas por um clube brasileiro em 2024, envolveu o Botafogo que contratou Luís Henrique por cerca de R$ 90 milhões. Almada, também no Alvinegro, está entre os mais caros.

Depois que os clubes estabeleceram um novo recorde de taxas de transferência em 2023 (US$ 9,66 bilhões), o valor total pago em 2024 foi menor, de US$ 8,59 bilhões (cerca de R$ 50 bilhões pelo câmbio atual), mas ainda mais de 15% acima do recorde anterior, de 2019 (US$ 7,33 bilhões).

Quase 40% dos gastos totais com transferências no futebol profissional masculino foram contabilizados pelas maiores 2,5% das transações, que envolveram custos de pelo menos US$ 20 milhões por transferência.

Em 2024, os clubes ingleses foram os que mais gastaram e receberam mais em taxas de transferência, gastando US$ 1,88 bilhão (R$ 11 bilhões) em contratações e ganhando US$ 1,34 bilhão em vendas ou transferências. No total de transferências, é liderado pelos clubes brasileiros, que contrataram 1.102 jogadores e venderam ou emprestaram outros 1.113.

Segundo o relatório da Fifa, os clubes brasileiros gastaram mais de US$ 1,1 bilhão (R$ 6,5 bilhões) em taxas de transferências internacionais no ano passado, um recorde desde que a ferramenta da entidade permite o registro, nos últimos cinco anos.

Importante enfatizar que entram nessa conta apenas transferências internacionais. Se algum jogador de um clube brasileiro foi comprado por outro time do País, não entra nessa lista. O número de clubes que investiram em transferências continuou a aumentar, atingindo o recorde de 1.100 entidades em 2024. Da mesma forma, o número de clubes que ganharam dinheiro com a transferência de pelo menos um jogador, 1.378, também foi maior do que nunca.

FEMININO

Em 2024, os clubes continuaram a investir no futebol profissional feminino e os gastos totais com transferências atingiram US$ 15,6 milhões (R$ 88 milhões), um valor recorde e mais de 2,5 vezes superior ao do ano anterior. Um total de 695 clubes participaram em transferências internacionais (+11,6%), dos quais 109 investiram em pelo menos uma contratação (+23,9%) e 124 receberam compensação por vendas ou transferências (+27,8%).

Estes números dão conta do progresso extraordinário que o futebol feminino tem feito, onde há cada vez mais jogadoras profissionais. Em 2024, foram registradas 2.284 transferências internacionais de jogadoras profissionais, o que representa um aumento de 20,8% face a 2023. O número de transferências internacionais no futebol profissional feminino aumentou mais de 20% pelo sexto ano consecutivo e é agora mais o triplo do que em 2018, ano em que começaram a ser contabilizados.